

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 11 – Nº 31
Janeiro/Abril – 2005**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 11, Nº 31, (jan./abr.2005) – Rio de Janeiro: CIFEFiL. 148 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

CDU 801(05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512/97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefax: (21) 2569-0276 – E-mail: pereira@uerj.br e www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretora:	Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon
Primeiro Secretário:	Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior
Segunda Secretária:	Profa. Dra. Délia Cambeiro Praça
Diretor de Publicações	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor de Publicações	Prof. Dr. Vito Cesar de Oliveira Manzollilo

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Alfredo Maceira Rodríguez	Maria Lúcia Mexias Simon
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Nataniel dos Santos Gomes
Cristina Alves de Brito	Patricia Teresita Festini
Claudio Cezar Henriques	Ruy Magalhães de Araujo
José Pereira da Silva	Vito César de Oliveira Manzollilo

Diagramação, editoração e edição José Pereira da Silva
Projeto de capa: Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOGOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – <i>José Pereira da Silva</i>	05
A APLICABILIDADE DA SEMIÓTICA E SEUS RAMOS NA ANÁLISE INSTITUCIONAL – <i>Carmem Praxedes</i>	07
A SEMIÓTICA NA PROPAGANDA POLÍTICA BRASILEIRA – <i>Miguel Eugênio Almeida</i>	17
AMOR ET DOLOR DE OVÍDIO, O POETA ELEGÍACO NA URBS – <i>Eliana da Cunha Lopes</i>	22
O BRETÃO: ÚLTIMO REBENTO CÉLTICO NO CONTINENTE EUROPEU (II) – <i>João Bittencourt de Oliveira</i>	34
HIPERTEXTO: UMA POSSIBILIDADE DE CRÍTICA TEXTUAL – <i>Andréa Abrate Coimbra Machado e Nataniel dos Santos Gomes</i>	48
O ESTRANGEIRISMO NO PORTUGUÊS DO BRASIL – FATOR DESCARACTERIZANTE? – <i>Gil Roberto Costa Negreiros</i>	62
O OBJETO DE ESTUDO DA GRAMÁTICA GERATIVA E A CARACTERIZAÇÃO DE CATEGORIA VAZIA – <i>Dimar Silva de Deus</i>	67
O TEXTO LITERÁRIO SOB UMA PERSPECTIVA LINGÜÍSTICO-EXPRESSIVA: A LEITURA E A LÍNGUA PORTUGUESA EM QUESTÃO – <i>Maria Teresa Gonçalves Pereira</i>	79
OVÍDIO E A PÔNTICA II, 5 – <i>Mariza Mencalha de Souza</i>	85
PRELIMINARES DE UM ESTUDO LINGÜÍSTICO E HISTÓRICO DA TOPONÍMIA BAIANA: O CASO DA REGIÃO ECONÔMICA OESTE (II) – <i>Ricardo Tupiniquim Ramos</i>	102
PROPAGANDA E PUBLICIDADE NO INTERDISCURSO: OS SUJEITOS DOS DISCURSOS CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM BUSCA DE SEUS OBJETOS DE VALOR – <i>Cidmar Teodoro Pais</i>	117

ENTREVISTA

COM EVANILDO BECHARA por <i>Vito Cesar Manzolillo</i>	133
---	-----

RESENHAS

A DESCRIÇÃO DO GÊNERO GRAMATICAL DO SUBSTANTIVO NA LÍNGUA PORTUGUESA – <i>José Pereira da Silva</i>	137
A SEMÂNTICA DOS CONECTIVOS NA GRAMÁTICA FILOSÓFICA E NA GRAMÁTICA TRADICIONAL – <i>José Pereira da Silva</i>	140
HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA – <i>José Pereira da Silva</i>	142
PROCESSOS DE GRAMATIZAÇÃO DE PREPOSIÇÕES DO LATIM AO PORTUGUÊS: UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA – <i>Amós Coêlho da Silva</i>	145

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o trigésimo primeiro número de sua Revista *Philologus*, com onze artigos, uma entrevista e quatro resenhas, da autoria dos seguintes professores e filólogos ou lingüistas: Amós Coêlho da Silva (145-148), Andréa Abrate Coimbra Machado (48-61), Carmem Praxedes (7-17), Cidmar Teodoro Pais (117-132), Dimar Silva de Deus (67-78), Eliana da Cunha Lopes (22-33), Evânildo Bechara (133-136), Gil Roberto Costa Negreiros (62-66), João Bittencourt de Oliveira (34-47), José Pereira da Silva (137-139, 140-141 e 142-144), Maria Teresa Gonçalves Pereira (79-84), Mariza Mencialha de Souza (85-101), Miguél Eugênio Almeida (17-21), Nataniel dos Santos Gomes (48-61), Ricardo Tupiniquim Ramos (102-116) e Vito Cesar Manzolillo (137-140).

Alguns artigos submetidos foram transferidos para o próximo número, visto que a Diretoria de Publicações do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos decidiu que, a partir do número 28, cada volume terá de variar entre 120 e 150 páginas para conter um pouco as despesas porque alguns associados vêm deixando sistematicamente de cumprir suas obrigações financeiras, repassando para nós as suas dificuldades.

Os artigos que ultrapassam o número máximo de páginas permitido pelo regulamento da Revista *Philologus* são divididos e editados em dois números consecutivos, para se dar oportunidade a outros associados de publicarem os seus trabalhos.

Este é o segundo número da Revista *Philologus* com a nova estrutura, que passa a contar com uma seção de entrevistas, com o plano de publicarmos nos próximos números as entrevistas feitas pelo Vice-Diretor de Publicações do CiFEFiL, Prof. Dr. Vito Cesar de Oliveira Manzolillo, com os filólogos Bruno Bassetto e João Bortolanza, dando seqüência com a entrevista dos três filólogos agraciados com a Medalha Santo Isidoro de Sevilha, cuja outorga ocorreu no dia 4 de abril de 2005, quando se celebrou o dia daquele Santo na Igreja Católica e se realizou, na Universidade de São Paulo a IV Jornada Nacional de Filologia.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Acreditamos que a qualidade dos artigos publicados na Revista *Philologus* justificaria o patrocínio de alguma agência de fomento para pudéssemos melhorar a sua qualidade gráfica, que continua sofrível por falta exclusivamente de alguma forma de patrocínio ou fomento.

Como o nosso objetivo é divulgar os estudos filológicos e linguísticos, gostaríamos, com isso, de poder distribuí-la gratuitamente a todas as bibliotecas de cursos de letras das universidades públicas brasileiras e para as particulares que a solicitarem.

Para o próximo número já estão programados os seguintes trabalhos, aguardando parecer da Diretoria de Publicações e do Conselho Editorial: “Discutindo o caráter acessório atribuído aos artigos”, de Alex Swander; “E a língua portuguesa tornou-se disciplina curricular”, de Márcia de Souza Luz-Freitas; a continuação do artigo “Hipertexto: Uma possibilidade de crítica textual”, de Andréa Abrate Coimbra Machado e Nataniel dos Santos Gomes; “Motivos bíblicos da Apologia de Jerônimo contra Rufino”, de Luís Carlos Lima Carpinetti; “Subjetividade Revisitada”, Milton Chamarelli Filho; “Tradução e estudos culturais”, de Maria Aparecida Andrade Salgueiro; uma entrevista com o Professor Bruno Fregni Bassetto e três resenhas ainda não definidas.

A Direção desta *Revista Philologus* e a Direção do CiFEFiL pedem aos colegas que contribuam com as suas críticas positivas e honestas para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível que os seus recursos permitem.

Ainda não temos em mãos os artigos que serão publicados no próximo número deste periódico, o que nos leva a sugerir-lhe que apresente o seu trabalho dentro das normas estabelecidas nas INSTRUÇÕES EDITORIAIS, até o mês de janeiro de 2005, visto que o próximo número deverá ser aprontado até o mês de abril.

Rio de Janeiro, abril de 2005.

José Pereira da Silva

A APLICABILIDADE DA SEMIÓTICA E SEUS RAMOS NA ANÁLISE INSTITUCIONAL

Carmem Praxedes (UERJ)

RESUMOS

A semiótica pode contribuir muito para a análise institucional, a partir dos modelos organizados por Pais, 1993. Tais modelos possibilitam ao estudioso da Semiótica uma visão precisa dos percursos a serem seguidos, das relações estabelecidas, dos efeitos de sentido criados. A parte da pesquisa relatada neste trabalho, centrou-se na análise dos discursos manifestos na comunidade dos técnicos-administrativos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, estimulados pela pergunta a que é *Universidade*.

Palavras-chave: Semiótica, Universidade, Linguística.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A Semiótica, entendida como Ciência da Significação, propõe-se a estudar os processos semióticos, ou seja, os sistemas de significação e os seus discursos (microsemióticas), dialeticamente articulados, enquanto processos de produção de significação - entendida como relação de dependência entre o plano do conteúdo e o plano da expressão -, de produção de informação - recortes culturais -, de produção e sustentação de ideologia - sistemas de valores -, examina sua estrutura e funcionamento, no seio da vida social, como mecanismos dotados de retro-alimentação e auto-regulagem, sua mudança no eixo da história, suas relações com a cultura e a sociedade. (PAIS: 1982). A Semiótica é, portanto, uma ciência interdisciplinar, o que se retrata em seus ramos, por exemplo: a Sociossemiótica - o estudo dos discursos sociais não-literários - que objetiva estabelecer uma tipologia. A Semiótica é, portanto, uma ciência interdisciplinar, o que se retrata em seus ramos, por exemplo: a Sociossemiótica - o estudo dos discursos sociais não-literários - que objetiva estabelecer uma tipologia dos discursos; a Psicosemiótica - o estudo das relações entre sujeitos e objetos de valor e a Semiótica das Culturas - que objetiva estabelecer tipologias das culturas. O nosso estudo iniciou-se no primeiro ramo citado - o da Sociossemiótica, tendo em vista uma Análise do Discurso Burocrático Universitário: O caso da UERJ (PRAXEDES, 2002). Considerando as limitações e ampliações do estudo, podemos constatar que a partir de uma mesma proposta, com um *topos*

tão privilegiado que é a universidade, Arca de Noé das sociedades, faz-se necessário percorrer os diversos ramos da Semiótica, com vistas a desenvolver um estudo que contemple a longo prazo diversas abordagens desse objeto com os seus sujeitos do *fazer*.

INTRODUÇÃO

O célebre lingüista italiano Tullio De Mauro, depois de seu magnânimo trabalho sobre os dialetos italianos, está desenvolvendo uma minuciosa revisão da linguagem da administração pública de seu país:

Il "burocratese" ha le ore contate, parola del Ministro Franco Fratini. Il linguaggio dei vari avvisi di pagamento, bandi di concorso, e comunicazioni varie verrà infatti notevolmente snellito. Con l'obiettivo di tradurre tutti gli atti, appunto, in un italiano più semplice, un gruppo di linguisti avrà il compito di portare avanti il progetto "parlare chiaro". Per loro è pronto un progetto che sarà firmato in questi giorni (<http://it.news.yahoo.com> - 13/03/2002)

A importância de um trabalho em que se proponha revisar as relações institucionalizadas e aparentemente aceitas pela sociedade, como o trabalho que citamos acima, oportunamente sobre a linguagem burocrática, é aquela de tentarmos levar a termo as teorias nascidas no seio da ciência. Há muito é possível observar o questionamento de boa parte da sociedade - tanto leiga quanto iniciada - a respeito da aplicabilidade do produto científico. Muito embora tal aplicabilidade seja claramente percebida pelo pesquisador, para a sociedade como um todo este valor científico só lhe é atribuído no momento em que é notada a possibilidade de mudança com os seus benefícios imediatos.

A universidade é uma instituição secular, se considerarmos como marco de sua origem as universidades de Bolonha, na Itália, e de Montpellier, na França. Como tal, equipara-se à Igreja, principalmente, em suas relações que apontam para a manutenção de uma rotina instaurada em suas atividades fins de ensino e pesquisa. Da mesma forma que a Igreja, ela evitou mostrar os seus papéis. Segundo Verger (1996, p. 25), somente no século XIV é que surgiram os primeiros documentos (pergaminhos de requerimentos individuais endereçados pelas universidades ao papado, registros de matrículas,

sobretudo na Alemanha). O país da burocracia aponta para os caminhos das gestões dos papéis dos quais tanto carecemos para a História das universidades. Mas a quem interessaria conhecer a sua história? Os interesses são vários. Se dissecar um cadáver pode ser um exercício de aprendizagem para o entendimento das anatomias e fisiologias humanas, o conhecer da estrutura e funcionamento de uma instituição, qualquer que seja, poderá propiciar tanto o seu extermínio – colocando mais doença nesse corpo - quanto o seu desenvolvimento se buscarmos a cura para os seus males.

Foi considerando a necessidade de melhor conhecer a universidade e seus atores, com vistas a desenvolver suas atividades fins de ensino e pesquisa, de uma maneira a mais comprometida possível com a sociedade, que propusemos inicialmente um estudo que visava estabelecer uma sociossemiótica do discurso burocrático universitário. No percurso deste trabalho fizemos diversos ajustes, limitando o corpus e, até mesmo, discutindo a adequação do título que oscilava entre o discurso burocrático e o discurso do burocrata. Efetivamente, chegamos a conclusões que julgamos importantes, tais como aquela que aponta para uma relação bastante afetiva entre o técnico-administrativo universitário e o seu ambiente de trabalho. Todavia, tal relação, apesar de estar investida de afeto não se expressa em seu trabalho diretamente relacionada com a qualidade no desenvolvimento das atividades fins universitárias. Urge, de acordo com a pesquisa que fizemos, orientar os técnicos-administrativos para que eles tenham uma visão redimensionada de o quanto são importantes na realização eficiente e, sobretudo, eficaz das atividades fins. Notamos também que a nossa pesquisa foi uma gota em um oceano carente de reconhecer seus atores e actantes, adjuvantes e oponentes. Enfim, de estudá-los sob as mais diversas óticas. Naquilo que nos cabe, vislumbramos na Lingüística e na Semiótica os mais eficazes instrumentos para conduzirmos tal estudo.

Retomando uma questão terminológica apresentada por Janotti (1992) sobre a definição de *universitas* - vista em geral como toda e qualquer corporação de ofício - cabe à *Università degli Studi di Bologna* o merecido reconhecimento enquanto *mater universitas*, ou seja, o de 1ª *Universitas Magistrorum et Scolarum*, à luz da História, foi na Universidade de Bolonha que o *Studium generale* teve sua plenitude, pois esta passou de universidade de mestres para universi-

dade de estudantes, além de ter sido a grande receptora de estrangeiros (*Citramontani* - não Bolonheses e *Ultramontani* - não italianos). Em VERGER (1990, p. 38) são expostos os problemas sobre sua origem:

O nascimento da Universidade de Bolonha coloca também numerosos problemas e a narração que dele fazemos (...), segundo alguns trabalhos recentes, não poderia ser considerada definitiva. Como ponto de partida, algumas dessas escolas leigas que, a partir do Século XI, prosperavam em algumas cidades da Itália do Norte. No caso de Bolonha foi de escolas notariais que nasceu a universidade. Essas escolas ministravam um ensino baseado nas Artes liberais, complementadas por algumas noções práticas de Direito, extraídas das leis bárbaras e do Código Teodosiano.

Juntamente com o seu ensino a organização das escolas bolonhesas transformou-se completamente ao longo do século XII. É preciso não esquecer que a cidade de Bolonha esteve, do ponto de vista geográfico, no centro do conflito entre papas e imperadores, estando situada na província de Ravena, capital do antipapa Viberto, mas próxima dos domínios da condessa Matilde e dos estados da Igreja. O resultado foi o rápido enfraquecimento do poder imperial nessa cidade e o desenvolvimento da comuna a partir dos anos de 1116 - 1120. Esta última, nascida originariamente de uma associação privada de proteção mútua, assenhorou-se com bastante rapidez do poder da cidade, entre os quais as escolas, organizaram-se segundo esse modelo ao longo do século XII. Cada doutor formou com seus alunos uma *societas*; num nível superior, é provável que o conjunto de doutores se tenha outorgado também alguma forma geral de associação, mas não existem textos para definir com precisão sua organização e sua cronologia.

Romano (1995, p. 10) aborda que a Universidade de Messina, no sul da Itália, assim como as de Catania e Nápoles pertencem ao grupo de universidades que surgiram muito tarde por um ato de fundação de Federico II, diferentemente das Universidades de Bolonha, Paris e Oxford, que se reuniram para coordenar, renovar e aprofundar as estruturas, as organizações e as formas de ensino presentes nas escolas preexistentes que eram produto de um poder laico ou religioso. Nesta perspectiva, destaca-se a importância das universidades espontâneas que são um centro de cultura e produção do saber. Todavia, sobre as universidades criadas os autores assinalam que longe de

serem um centro de estudos e de cultura, elas se limitavam a fabricar juristas e médicos para as necessidades da vida e para o funcionamento do Estado. E no sentido das relações entre classe política, núcleo dirigente, participação dos cidadãos na vida coletiva e centros de produção cultural, a história das universidades pode ser notavelmente instruída.

Em nossos dias também existem diferenças abissais entre as universidades e, atualmente, podemos identificar algumas como empresas educacionais, que tendem a crescer com o aprimoramento e democratização das Tecnologias da Comunicação e Informação.

Contudo, o que nos inquieta é a dinâmica das relações existentes nas universidades que são ao mesmo tempo paraíso, purgatório e inferno, dependendo do momento e da situação em que se encontrem professores, estudantes e técnicos, podendo todos eles serem chamados de universitários. Da mesma forma, ela pode ser Arca de Noé e Torre de Babel, pois, se de um lado traz amostragens valiosas, de outro a comunicação apresenta-se ruidosamente inaudível. A universidade é uma eminente representante das relações humanas e, por isso, ambiente de estudo sedutor para o semiótico.

A BUROCRACIA

Considerando, conforme Pais (1993, p. 83), que uma língua natural é antes de tudo uma forma de pensar o mundo, cujo privilégio de seu domínio possibilitou ao homem, além de pensá-lo, usá-lo e, infelizmente, como podemos notar, bastante inadequadamente para o seu próprio bem estar, buscamos, através da análise dos discursos manifestos, estabelecer uma tipologia do discurso burocrático universitário, partindo do estudo de caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Com um *topos* tão privilegiado no que se refere à hierarquia socio-cultural de seus membros, esperava-se que a visão de mundo manifesta apontasse para a superação da cultura dos papéis, privilegiando-se a qualidade do ensino e da pesquisa. Para tanto, entendia-se como condição *sine qua non* a compreensão de universidade enquanto instituição comprometida com o ensino e a pesquisa.

O termo burocracia, conforme Sandroni (1996, p. 50) literalmente significa o governo dos funcionários da administração. Inicialmente aplicado ao conjunto dos funcionários públicos, atualmente se refere, genericamente, a qualquer organização complexa, pública ou privada, baseada numa rígida hierarquização e especialização das funções. Nesse sentido o referido autor expõe:

O conflito entre autoridade e competência, nas grandes organizações, tende a ser resolvido pelos mecanismos internos de defesa da burocracia - - normas, hierarquia, especialização -, com freqüente prejuízo da racionalidade e da eficiência, que são a própria razão de ser do organismo burocrático.

As primeiras burocracias surgiram para movimentar o aparelho administrativo dos grandes impérios do passado (China, Assíria, Babilônia, Egito, Roma). Também a Igreja Católica, depois de sua afirmação como religião universal e oficial, desenvolveu um eficiente sistema burocrático, centralizado no poder papal. O processo de consolidação do capitalismo foi acompanhado de intenso desenvolvimento dos mecanismos burocráticos, não só ao nível estatal mas também no plano empresarial. Isso fez com que os cientistas sociais passassem a analisar o funcionamento da burocracia como um fenômeno típico do sistema capitalista, expressão concreta de sua racionalidade. Embora para alguns não haja contradição necessária entre burocracia e democracia, para muitos estudiosos da questão o sistema burocrático é um dos principais impedimentos para o estabelecimento da democracia. No que se refere às sociedades de organização socialista, o fenômeno da burocracia foi analisado por Trótski em sua crítica ao stalinismo.

A teoria da burocracia, desenvolvida por Max Weber apontou as características de uma organização que maximiza a estabilidade e controlabilidade de seus componentes. A burocracia ideal é a que reúne numa organização todos os seus elementos característicos em alto grau. O tamanho crescente das organizações passou a exigir formas de administração não contempladas nas concepções das escolas clássica e das relações humanas. Ou melhor, com o desenvolvimento do capitalismo, as empresas passaram a exigir de seus empregados um comportamento burocrático, no sentido de que cada um é pago para realizar funções definidas. Dessa forma, o exercício de uma função não depende mais da personalidade de quem a executa, e sim

das normas e regras predefinidas para a sua execução. O modelo de organização empresarial daí decorrente, se aplicado às empresas, constitui o cerne da teoria da burocracia na ciência da administração.

LEITURA DOS DADOS

Para a elaboração das categorias, levamos em conta as lexias que se encontravam historicamente relacionadas à idéia de universidade, ou seja, o ensino, a pesquisa e a cultura, que foram imediatamente identificadas nas fichas. Em seguida organizamos, por campo lexical, outras categorias, como trabalho e casa. De certa forma também podemos afirmar que estas duas lexias acompanham a idéia de universidade no decorrer dos tempos, uma vez que a universidade, enquanto instituição de ofício, é condutora de uma forma organizada de saber com vistas ao desenvolvimento de uma técnica – o trabalho futuro dos jovens que nela se encontram.

A lexia universidade é passível de adquirir o investimento semântico de coisa pública (*Res-*) e, assim, pode ser entendida como a casa de todos os cidadãos. Como a Igreja que com as suas portas abertas estaria à espera de todos os homens da cristandade.

A universidade foi apontada como casa, centro, lugar de cultura, portanto um discurso embreado no espaço, em geral com uma debreagem actancial, pois o sujeito da enunciação raras vezes afirmou: Para mim, a universidade é um lugar de cultura.

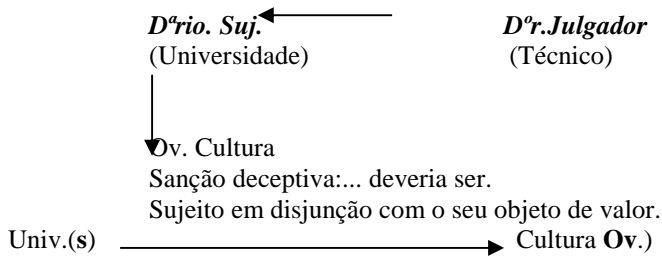
É oportuno salientar que, em geral, as pessoas não gostam de responder às perguntas que tratem direta ou indiretamente do trabalho delas. E isso foi bastante notado no decorrer desta pesquisa.

Em “A universidade deveria ser uma casa de cultura” o sujeito enunciativo aponta a finalidade da universidade vista através de um “futuro passado”, como um projeto Brasil, país do futuro. Em negativa, nota-se o enunciado de um futuro muito desejado, mas ainda não alcançado.

O objeto de valor instaurado – Ov. – é a cultura.

Destinador(D^or)
Objeto de valor (Ov.)

Destinatário(D^{ario})
Sujeito (S)
Adjuvante (Ad)
Oponente (Op)



Para outros a universidade é, efetivamente, um centro de cultura. (Respostas: É um centro cultural; um centro de desenvolvimento cultural e acadêmico). Nesses discursos, o sujeito – universidade – consegue ser um centro de cultura, atingindo, assim, por desempenho, o seu objeto de valor. O sujeito está em conjunção com o seu objeto de valor.

Em a universidade é um centro de desenvolvimento cultural e acadêmico o sujeito universidade alcança o seu objeto de valor – cultura.

Univ.(s) → Cultura(ov.)

Dever-fazer-saber poder-fazer-saber poder-fazer-avançar

A leitura das respostas à pergunta “O que é universidade?”, privilegiadamente daquelas que atribuíram a essa IES a responsabilidade, ou o dever, de produzir, dar espaço a, transmitir, difundir, prover de cultura a sociedade e/ou os cidadãos, aponta, pelo menos, para duas possibilidades 1- Aquela de a cultura precisar ter o seu espaço de preservação, encontro – um centro ou casa de – como podemos notar nos discursos manifestos; 2- O de a cultura estar cada vez mais afastada do povo, ao ponto de ele não perceber mais que ela lhe pertence.

Na primeira hipótese, e numa sociedade rigorosamente estratificada como a nossa, em estratos graduados segundo os graus de privilégio, propriedade e/ou poder, caberia à universidade a responsabilidade de colaborar com a circulação das informações culturais

de uma forma dinâmica, entendendo a produção cultural – não no sentido da *mass-media*, mas enquanto dom comunicativo do povo (*in semiose*) que possui tanto um valor cognitivo – enquanto expressão do saber (sabedoria) empírico de uma comunidade ou de uma sociedade – quanto pragmático, na medida em que seja aceito por toda a população.

Na segunda hipótese seria o produto de séculos de dominação na forma imperialista, cujo principal modelo advém da Roma Antiga.

Assim ratifica-se a visão de cultura enquanto um valor a ser guardado em templos, tais como igrejas, castelos e universidades; lugares secularizados nas mais diversas semióticas – pintura, escultura, arquitetura, vitral, livro.

Sendo a cultura um objeto de valor pouco acessível ao povo, pois a sua produção, divulgação e manutenção é atribuição do outro, resta ao homem simples que pretende ter acesso a ela esperar que a universidade, entre as instituições citadas, abra as suas portas.

CONCLUSÃO

Na análise das fichas-pesquisa pudemos concluir que os poderes temporais e atemporais continuam sendo vistos como os produtores legítimos da cultura. E, até mesmo para o trabalhador universitário, essa visão se mantém. Para os técnicos, Igreja/Governos e Universidades são os destinadores dos valores culturais e o professor, visto enquanto membro dessas instituições seculares (Igreja/Governo/Universidade), é um adjuvante desses sujeitos, sendo, portanto, considerado um produtor/divulgador de cultura e saber, que é também um objeto de valor para o povo em geral.

Quando a universidade é entendida como responsável pela produção e divulgação da cultura, desconsidera-se que as práticas comunitárias, do folclore aos rituais religiosos não-eclesiais sejam manifestações culturais.

Por outro lado, a universidade, não sendo totalmente responsável pela produção cultural, é uma instituição fundamental para sua difusão e aceitação de grupos e práticas inovadores.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em Certeau (1995, p. 192), buscamos uma definição de cultura que entendemos poder colaborar com a reflexão sobre o assunto, numa perspectiva mais tolerante:

Mais do que um conjunto de “valores” que devem ser defendidos ou idéias que devem ser promovidas, a cultura tem hoje a conotação de um trabalho que deve ser realizado em toda a extensão da vida social. Por esse motivo, impõe-se uma operação preliminar que vise determinar, no fluxo fecundo da cultura: um funcionamento social, uma topografia de questões ou tópicos, um campo de possibilidades estratégicas e das implicações políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERTEAU, M. *A cultura no plural*. Campinas, Papirus: 1995.
- CHARLE, C & VERGER, J. *História das universidades*, São Paulo: Unesp, 1996.
- JANOTTI, A. *Origens da Universidade*. São Paulo: Edusp, 1992.
- PAIS, C. *Conditions semântico-sintaxiques et semiotiques de la pro ductivité systemique, lexicale et discursive (tome I et II)* Thèse de Doctorat d’État ès-Lettres et Sciences Humaines. Directeur de Recherche: Bernard Pottier. (Paris, Université de Paris-Sorbonne (Paris IV), Lille, Atelier National de Réproduction des Thèses, 1993.
- . Elementos para uma tipologia dos sistemas semióticos. *IN: Revista Brasileira de Linguística*, V. 6, São Paulo: Duas Cidades, p. 45-60.
- PRAXEDES, C.L.P. *Sociosemiótica do discurso burocrático universitário- o caso da UERJ*. Tomos I e II. São Paulo, FFLCH da USP, 2002.
- ROMANO, A. *Università in Europa*. Messina: Rubbertino, 1995.
- SANDRONI, P. *Dicionário de Administração e Finanças*. São Paulo: Best Seller, 1996.
- VERGER, J. *As Universidades na Idade Média*. São Paulo: Unesp, 1990.

**A SEMIÓTICA
NA PROPAGANDA POLÍTICA BRASILEIRA**

Miguél Eugênio Almeida (UEMS)

RESUMO

Assim, fez-se uma aplicação teórica da manipulação greimasiana no aspecto da sintaxe narrativa de superfície com a prática textual das falas retiradas da revista *Veja* da declaração de Fernando Henrique Cardoso sobre Roseana Sarney e excertos da reportagem sobre a mesma. Além da manipulação, enfoca-se a isotopia das narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: semântica; semiótica objeta; semântica estrutural.

INTRODUÇÃO

Apresentamos, sem detalharmos muito, as noções teóricas da manipulação na semiótica objetal e a análise de dois textos da revista *Veja*, assim distribuídos: um sobre a declaração de FHC sobre Roseana SARNEY e outro, a reportagem sobre Roseana.

PERSPECTIVA TEÓRICA

Observamos, inicialmente, que a manipulação, no âmbito da semiótica objetal, está inserida na *sintaxe narrativa de superfície* quando determina as funções sintáticas dos actantes em dois grupos subdivididos. Assim, temos:

O SUJEITO DO FAZER-QUERER

A modalidade /fazer-querer/ compreende a vontade do sujeito destinador tornar alguém competente. Enquadram-se neste conjunto a sedução e a tentação.

1.1 - A *sedução* é expressa pelo elogio do sujeito destinador para o sujeito destinatário. Por exemplo:

– Você é uma pessoa prestimosa!

– És muito disposta e trabalhadeira!

1.2 – A *tentação* envolve valores materiais entre a comunicação do sujeito destinador para com o sujeito destinatário. A mesma ocorre quando o sujeito destinador oferece suborno ao sujeito destinatário, como por exemplo:

– Quando o governo norte-americano oferece cinco milhões de dólares para aquele que souber do paradeiro de Osama bin Laden.

O SUJEITO DO FAZER-DEVER

A referida modalidade do /fazer-dever/ implica numa obrigação entre o sujeito destinador para com o sujeito destinatário. Faz parte deste contexto à provocação e a intimidação.

2.1 – A *provocação* é desafiadora. A mesma leva o sujeito destinatário a ser desafiado pelo sujeito destinador. Vejamos, desta maneira, com THALIA, atriz mexicana (*Apud ISTO É*, 28/06/2000):

Cuidado, senão eu os devoro! Especialmente, os homens (2000: 26)

2.2 – A *intimidação* acontece através da ameaça do sujeito destinador para com o sujeito destinatário onde está presente a dimensão cognitiva e a dimensão pragmática. Isto acontece, quando o pai ameaça o filho em relação aos estudos:

– Se você vir com nota vermelha, tirarei a mesada.

GREIMAS & COURTÉS (1989), dentro do exposto, esclarecem:

a) O manipulador (...) proporá então ao manipulado objetos positivos (valores culturais) ou negativos (ameaças); em outros casos ele persuadirá o destinatário graças ao saber*: na dimensão cognitiva*, fará então com que ele saiba o que pensa de sua competência modal sob forma de juízos positivos ou negativos. Vê-se, assim, que a persuasão segundo o poder caracteriza a tentação (em que é proposto um objeto-valor positivo) e a intimidação (em que é proposta uma doação negativa), enquanto a persuasão, segundo o saber, é própria da provocação (com um juízo negativo: “Tu és incapaz de...”) e da sedução (que manipula um juízo positivo) (1989:270).

O texto de FHC sobre Roseana Sarney (*VEJA*, 28/11/2001:

22) ilustra a forma de manipulação semiótica quando diz: “O Brasil quer uma coisa de mulher, uma coisa positiva”. O “Brasil” como sujeito-do-querer é seduzido pela “coisa positiva de mulher”. Podemos nos perguntar: mas que “coisa positiva” é esta? Podemos relacionar “coisa positiva”, seguindo o parâmetro greimasiano, com os objetos positivos (valores culturais). Fazendo uma ponte com a antropologia, os mesmos (valores culturais) abarcam tudo o que é fabricado pela mão do homem que transforma tudo o que está ao seu alcance, ou seja, são as expressões de sua interferência na natureza. Assim, o que podemos imaginar sobre a ação do homem na modificação da natureza constitui os referidos valores culturais, tais como: atividades econômicas (agricultura, comércio e indústria), atividades artísticas (música, artes plásticas, literatura, cinema, televisão, teatro, escultura, arquitetura etc.), atividades científicas e tecnológicas, atividades políticas, atividades religiosas etc. Desses valores culturais, quais que o sujeito destinador “Brasil” quer do sujeito destinatário “mulher”? O sujeito destinador é seduzido ou tentado, ou ambas manipulações, pelo sujeito destinatário? O sujeito destinatário “mulher” seduz o Brasil com a beleza, a simpatia e o sorriso feminino. É o que a revista *Veja* (14/11/2001: 36) declara sobre Roseana Sarney: “O que aparece na televisão é uma mulher dinâmica, bonita, simpática, sorridente”.

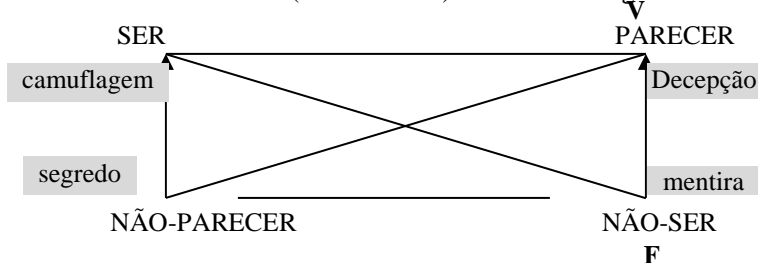
Podemos retirar, a partir da referida declaração, que *o dinamismo, a beleza, a simpatia e o sorriso* constituem a isotopia textual das propagandas políticas sobre Roseana, ou seja, os lexemas eufóricos ocorrem devido ao seguinte fato, como coloca a revista *Veja* (14/11/2001):

Sua ascensão é resultado direto de um trabalho de laboratório. Nos últimos três meses, Roseana tem sido a única estrela na propaganda do PFL. Foram setenta inserções em cadeia nacional e duzentos e cinquenta em redes regionais, de trinta segundos cada uma. Nos comerciais, ela não faz discurso, não critica ninguém, não apresenta propostas nem faz promessas (2001: 14)

Pela lógica, o disfórico, ou seja, o que é negado e não aparece no texto são os lexemas de oposição no aspecto paradigmático, relacionados a seguir: apatia, feiura, antipatia e carranca. Lembremos que dentro da linguagem visual a *prossêmica* é de suma importância na comunicação não-verbal, onde o visual responde aproximadamente por 55% da apreensão comunicativa.

Quando relacionamos a declaração de FHC com a da Revista, estamos trabalhando com a questão valorativa. Naturalmente que é do ser humana a capacidade de atribuir valores ao que ele faz, (...) *avalia (...) a realidade como bela ou feia, boa ou má, agradável ou dolorosa, nobre ou comum, santa ou impura (...) a vida humana é um tecido de apreciações e avaliações* (cf. BOCHENSKI 1977: 67). Assim, somos atraídos, ou semioticamente falando, manipulados pela sedução quando algo nos aparece como belo, agradável e santo. O sujeito destinador “Brasil” tem como objeto modal, objeto de valor, o /querer/ a coisa positiva da mulher que na leitura antropológica e filosófica de BOCHENSKI (1977) pode englobar os valores morais, estéticos e religiosos. Os valores morais centram-se na ação /dever-fazer/ e /dever-ser/. Os valores estéticos referem-se ao belo, ao feio, ao elegante, ao rude, ao nobre, ao suave etc. São de outra ordem os valores religiosos. Qual desses valores que o Brasil quer?

Para averiguar a veracidade da “coisa positiva” relacionada com lexemas eufóricos, recorreremos às modalidades veridictórias em GREIMAS & COURTES (1989: 487-88) desta forma diagramada:



1. Se a “coisa positiva” parece e é; então é verdadeira.
2. Se a “coisa positiva” não-parece e não-é; então é falsa.
3. Se a “coisa positiva” não-é, mas parece; logo é mentira.
4. Se a “coisa positiva” não-parece, mas é; logo é segredo.
5. Se a “coisa positiva” parece, mas não-é; logo é decepção.
6. Se a “coisa positiva” é, mas não parece; então é camuflagem.

Podemos verificar as mesmas, modalidades veridictórias, no contexto de onde imanam as imagens propagandísticas – televisão - sobre Roseana Sarney. Portanto, é a partir da isotopia onde podemos retirar os semas profundos do texto em questão. Para encontrar os

mesmos, é que fazemos a indagação: o que afirma (euforia) e o que nega (disforia) o texto? Isto constitui o ponto de partida para a análise semiótica do texto. Fora do mesmo (texto), ou seja, o extratextual foge completamente da proposta semiótica objetual, quando, por exemplo, fazemos outras abordagens: sociolinguística e psicolinguística. Assim, toda a significação é retirada no texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCHENSKI, J. M. *Diretrizes do Pensamento Filosófico*. 6ª ed. Tradução: Alfred Simon. São Paulo: EPU, 1977.

GREIMAS, A. J. (1976). *Semântica Estrutura*. Tradução: Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1976.

——— & COURTES, J. *Dicionário de Semiótica*. Tradução: Alceu Dias Lima *et alii*. São Paulo: Cultrix, 1989.

ISTO É, n° 1604 – 28/06/2000.

VEJA, n° 1728 – 28/11/2001.

AMOR ET DOLOR
OVÍDIO, O POETA ELEGÍACO NA URBS

Eliana da Cunha Lopes (FGS e USS)

RESUMO

AMOR et DOLOR foram os alicérceres que enriqueceram sobremaneira a obra do poeta. Isolado dos familiares, distante de Roma, no longínquo Ponto Euxino, Ovídio consegue elaborar uma rica obra de cunho inteiramente pessoal, com versos eivados de dor e saudades: *DOLOR*, no desterro, que os aproximam das mais modernas elegias.

A primeira pessoa é enfatizada, o subjetivismo é a marca da elegia do poeta. O tom confessional é harmonizado, com muita habilidade. Há um aprimoramento formal particular ao estilo ovidiano. O constante meditar, a busca eterna de compreensão dos seres e da natureza fazem-se presentes quando o poeta dispensa atenção primordial à análise do comportamento humano.

Com Ovídio, encerra-se a galeria dos grandes poetas elegíacos latinos e, como eles, soube desenvolver, com mestria, a elegia temática amorosa. O mundanismo faz-se presente em várias obras ovidiana. Este, provavelmente, foi a causa que o levou à dor e ao sofrimento *DOLOR* que o baniu do convívio de Roma.

Iniciou, por volta dos vinte anos, a composição do seu cancionário amoroso com a obra *AMORES*. Ovídio deu a sua amada *AMOR*, o pseudônimo de Corina alusão feita à pretensa professora de Píndaro.

Procurar-se-á, neste trabalho, mostrar que *AMOR et DOLOR* marcaram a trajetória da vida do poeta sulmonense: *AMOR*, por Corina, na *URBS* e *DOLOR*, no Pontus Euxinus.

PALAVRAS-CHAVE: Amor; Dolor; Ovídio; Elegia; Latim

Públio Ovídio Nasão é um escritor relativamente tardio na literatura latina. Nasceu em 43, na segunda metade do século I a.C., em Sulmona, Abruzzos, Itália, mas que iria perpetuar, de forma indelével, seu nome e sua fama na *URBS*, na península itálica e no mundo. Não viveu diretamente os períodos mais conturbados da história de Roma. Nasce depois do assassinato de César (100 a.C.-44). Cícero (106 a.C.-43 d.C.) e Virgílio (79 a.C.-19 d.C.) foram-lhes apresentados em estudos literários; assim como a instabilidade que se sucedeu à morte do ditador César, a guerra contra os cesaricidas, as condenações e o segundo triunvirato. O auge do conflito entre Otávio e Marco Antonio, que culminou na batalha de Ácio, em 31 a.C. Estes

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

acontecimentos não exerceram sobre Ovídio o mesmo fascínio que exerceu sobre Cícero, Virgílio e Horácio.

Vivendo sob o império de Augusto, participou das modificações decisivas da época. Acompanhou a trajetória que culminou na *Pax Romana*, vivenciou a implantação das políticas dos *princeps*, participou da evolução social e cultural da *URBS*, a cidade eterna, e atuou intensamente nas conseqüências determinadas pela consolidação de uma estrutura imposta pelo imperador.

Oriundo de família abastada da classe dos *equites* (cavaleiros), Ovídio foi enviado, ainda muito jovem, juntamente com seu irmão mais velho, a Roma onde recebeu esmerada e completa formação retórica com os mestres Aurélio Fusco e Pórcio Latrão. O irmão se debruçava avidamente sobre a eloqüência e sobre o direito, mas Ovídio logo se deu conta de que a vida no fórum não era a sua preferência e que, como deixa claro em sua obra, o desprezava.

Ingrato...foro?

(*Amores*, I, XV.06)

fórum ingrato

Contemplo..... Foro

(*Ars Amatoria*, III, 542)

fórum desprezível

Sua inspiração, para desgosto de seu pai que almejava vê-lo como um novo Cícero, levava-o para as musas. Cada vez mais, Ovídio conscientizava-se de que nascera para a poesia, ser poeta era seu objetivo, como registra em sua obra:

Et quod temptabam dicere uersos erat...

A vida política de Roma e o governo absoluto do Imperador Augusto apenas interessavam aos que aspiravam à carreira política e que o vírus da política o submetessem aos caprichos do Imperador. Estas não eram a ambição de Ovídio, grande apreciador do convívio com os poetas, que eram, nesta época, numerosos em Roma.

Ainda jovem, tornou-se o poeta conhecido e privilegiado de uma sociedade culta, frívola e elegante. Era figura indispensável nos banquetes e festas romanas. O próprio Ovídio confessa na sua obra *Ars Amatoria*, II, 738 *ser um grande amoroso*:

...tantus amator ego.

Amou todas as mulheres que pôde. As cultas, as incultas, as descaradas, a *flaua Chlide* (Am.VII, 23), a *candida Pitho* (Am.,VII,23), *Libas* (Am.,VII, 24). *Corina* é o símbolo das mulheres que fizeram parte de sua vida. O poeta amava todas as mulheres desde que não ultrapassassem a idade ideal para os prazeres amorosos. Amou-as intensamente com amou a *URBS*. Durante muito tempo, Ovídio, o último poeta elegíaco da literatura latina, freqüentou a cidade imperial, conheceu-lhe o luxo, a glória, a riqueza, o mundanismo, a ociosidade, a cultura intelectual e artística.

Ovídio canta, em sua obra *AMORES*, o seu romance com *Corina* e deixa registradas suas facetas amorosas. Com esta obra, o poeta sulmonense, inicia o longo ciclo erótico que compreende a poesia da primeira face ovidiana, e sua enorme produção em dísticos elegíacos, que o torna ímpar no aperfeiçoamento deste metro. Nesta obra, Ovídio nos mostra traços documentais da vida social de Roma de sua época

Em *Amores*, V, 9-10 canta o *AMOR*, na *URBS*, com sua amada *CORINA*:

Ecce Corinna uenit, tunica uelata recincta,
Candida diuidia colla tegente coma;

Eis que chega Corina numa túnica ligeira, os cabelos cobriam seu alvo pescoço;

Descreve, em *AMORES* V,17-20, lembrando-nos *Catulo*, a beleza carnal da mulher amada, sem nenhum defeito.

Ut stetit ante oculos posito uelamine nostros,
In toto nusquam corpore menda fuit.
Quos umeros, quales uidi tetigique lacertos!
Forma papillarum quam fuit apta premi!

Ficou em pé, sem roupa alguma, diante dos meus olhos. Não havia, em seu corpo, um único defeito. Que ombros e que braços a mim foi dado ver, tocar! Os belos seios, que deleite comprimi-los!

Como em *Catulo*, V,7, onde o número de beijos deve ser infinito e a quantidade, apenas uma referência:

Da mi basia mille, deinde centum, ...
dá-me mil beijos, depois outros cem,...

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em *AMORES*, II, 4. v.10, para o amante, as causas também são infinitas para amar:

Centum sunt causae cur ego semper amem.
Cem são as causas de eu andar sempre amoroso.

O objeto do amor podia ser de qualquer nível social, desde que estivesse na idade da volúpia e que satisfizesse o amante na cama, como nos deixa claro em *AMORES*, II, 13-14

Siue procax aliqua est, captior quia rustica non est
Spemque dat in molli mobilis esse toro.

Mas se é descarada, seduz-me por não ser bisonha e faz supor que deve ser ágil na cama.

Em *AMORES*, II, 4, 17-18, o poeta encontra o amor tanto na amante *docta* quanto na *rudis*:

Siue es docta, places raras dotata per artes;
Siue rudis, placita es simplicitate tua.

Se és culta, me agradas por tuas artes invulgares; se és inculta, me apraz tua simplicidade.

Côncio de seu gênio criador e de ser um verdadeiro amante faz a seguinte observação:

Et quae Callimachi prae nostris rustica dicat
Carmina; cui placeo, protinus ipsa placet;
(Am.,II, 4, 19-20)

Uma diz que, perto dos meus versos, os de Calímaco são toscos; se lhe agrada, ela também me agrada;

No livro II da *Arte de Amar*, v. 739-40, ratifica:

Me uatem celebrate, uiri, mihi dicite laudes:
Cantetur toto nomen in Orbe meum.

Homens, o vosso poeta celebrai! Enchei-me de louvores. Seja o meu nome no universo inteiro festejado.

A primeira pessoa é enfatizada, o subjetivismo é a marca da elegia do poeta. O tom confessional é harmonioso e escrito com muita habilidade o que o torna um mestre e um discípulo na arte de seduzir como nos revela em *AMORES*, II,, 29-31:

Illa placet gestu numerosaque brachia ducit
Et tenerum molli torquet ab arte latus;
Ut taceam de me, qui causa tangor ab omni,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Outra me apraz pelos gestos dos braços harmoniosos, pela arte com que torce o flanco sensual, e nada digo de mim próprio, a quem incita tudo.

Todas suas amantes recebem uma característica amorosa ou sensual as quais, sem interrupção, atende-as sexualmente:

At nuper bis flaua Chlide, ter candida Pitho,
Ter Libas officio continuata meo est;

(Am. ,III,23-24)

E há não muito, sem interrupção, dei duas na loura Clide, três na branca Pito e três em Libas

A trajetória amorosa de Ovídio na *URBS*, até a data do *relegatio*, foi marcada pelo *AMOR* das amantes que ambicionavam seus prazeres, pela que seduziam e pelas que se deixavam seduzir e como amante, a todas ambicionava, como confessa nos versos de *AMORES* II, 4.

Haec habilis breuitate sua est; corrumpor utraque
Conueniunt uolo longa breuisque meo.;

(35-36)

A outra, pequena, está sempre à mão; ambas seduzem-me; convêm ao meu desejo a grande e a pequena.

Candida me capiet, capiet me flaua puella,
Est etiam in fusco grata colore uenus.

(39-40)

A de tez alva me seduz, seduz-me a rubicunda, até mesmo na cor fusca há encanto e graça

Seu flauent, placuit croceis Aurora capillis.
Omnibus historiis se meus aptat amor.

(43-44)

Se são louros, Aurora agradeou pelo ouro dos cabelos, o meu amor se ajusta a todas as histórias.

Denique quas tota quisquam probat Urbe puellas,
Noster in has omnis ambitiosus amor.

(47-48)

Em suma, as jovens todas a que Roma rende preto, a todas elas ambiciona meu amor.

Na obra *ARS AMATORIA* (Arte de Amar)- uma doutrina sobre a técnica amorosa, o poeta viria a converter-se em uma espécie de *Magister* do amor como nos revela nos versos de Arte de Amar, II, 744 e Arte de Amar, III, 812.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Naso Magister erat.
Ovídio foi nosso mestre!

Nesta obra, também escrita em dísticos elegíacos, Ovídio desvenda o universo social de sua época, onde o amor é o corpo do poema, nos versos 1-4, I:

Siquis in hoc artem populo non nouit amandi,
Hoc legat et lecto carmine doctus amet.
Arte citae ueloque rates remoque mouentur,
Arte leuis currus. Arte regendus amor.

Se alguém há de nossa gente que a arte de amar não conhece, leia este canto; e, depois de ter lido, entregue-se, com sabedoria, ao amor. É pela arte e pelas velas e pelos remos que as naus velozes são movidas; é a arte que impele o carro ligeiro; a arte deve comandar o Amor.

É evidente, nos versos supra, o uso excessivo e enfático da palavra *ars* que fazendo parte do título do livro (*Ars Amatoria*) é repetida na maioria dos dísticos, por meio de anáfora, disposta estrategicamente nos versos. Para o poeta a *ARS* de seduzir deve comandar sempre o *Amor*.

A obra ovidiana *Ars Amatoria* apresenta-se dividida em três livros, cada um com um tema definido. No primeiro, composto de 770 versos, em dísticos elegíacos, o poeta o dedica aos homens transmitindo-lhes os ensinamentos mais eficazes na arte de seduzir o seu objeto do desejo. Ensina-lhes como se dirigir às mulheres, quais as palavras adequadas na hora da corte, os gestos e os artifícios mais convincentes. Revela-os também os lugares mais freqüentados pelas mulheres e, assim, propícios à caçada que poderá culminar no verdadeiro amor ou, apenas, numa diversão.

Se tu praecipue curris uenare theatris:
Haec loca sunt uoto fertilia tua.
Illic inuenis quod ames, quod ludere possis,
Quoque semel tangas, quodque tenere uelis.

(A A. 89-92)

Mas tu organiza a tua caçada, em especial, nas bancadas dos teatros: tais lugares são muito férteis para o teu desejo; ali encontrarás o que podes amar, o que podes usar por diversão, o que podes tocar e largar, e o que podes ter vontade de conservar.

Os lugares poderiam ser o teatro, como também, o circo, o fórum, os lugares das festividades romanas onde, certamente, haveria um grande número de mulheres.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No livro II, tendo também como destinatário o homem, o caçador, o poeta ensina-lhes a *ars* de conservar os favores da mulher que foi conquistada mas que precisa a qualquer preço ser conservada.

Non satis est uenisse tibi, me uate,puellam;
Arte meã capta est:arte tenenda meã est.
Nec minor est uirtus, quam quarere, parta tueri;
Casus inest illic;hic erit artis opus.

(A.A., II, 11-14)

Não basta que, pela força de meus versos, ao teu encontro tenha vindo a amada; pela minha arte foi ela conquistada, pela minha arte a hás de conservar. Menor engenho não precisas para manter as conquistas, do que aquele que usaste para as realizar. Na conquista o acaso toma parte. A conservá-la te ensinará a minha arte.

O livro III, é dedicado as mulheres conquistadas. A estas, são ensinados os melhores métodos para agradar aos homens.

Munditis capimur: non sint sine lege capilli:

(A A.,III,.133)

Pela elegância somos conquistados. Não deixes os teus cabelos em desordem.

Neve forent duris aspera crura pilis.

(ibidem, v. 194)

e feias são as pernas de rudes pêlos eriçadas.

Est mihi, quo dixi uestrae medicamina formae,
Paruus, sed cura grande, libellus, opus:
Hinc quoque praesidium laesae petitote figurae;
Non est pro uestri ars mea rebus iners.

(ibidem, 205-8)

Mulheres: para servir vossa beleza um tratado escrevi: breve tratado, porém obra importante pelo cuidado que a essas linhas dediquei. Aí socorro encontrareis contra os ultrajes que vos ofendem a figura. Minha arte está pronta para tudo o que interessa à vossa formosura.

Na *Ars Amatoria*, I, 29-34 o poeta pede que a mãe do Amor, Vênus, o favoreça nos desígnios amorosos, pois não vê crime algum nos amores furtivos.

Usus opus mouet hoc;uati parete perito.
Vera canam; coeptis, mater Amoris, ades.
Este procul, uittae ténues, insigne pudoris,
Quaque tegis médios instita longa pedes.
Nos Venerem tutam concessaque furta canemus,
Inque meo nullum carmine crimen erit.

A experiência é o motor desta obra; submetei-vos ao poeta e à sua mestria. É

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

a verdade o que vou cantar; os meus desígnios, ó mãe do Amor, favorece-os. Longe daqui, grinaldas delicadas, emblema de pudor, e vós, longas pregas, que velais, até ao meio, os pés; Vênus livre de riscos e lícitos amores furtivos, isso hei de cantar, e no meu canto crime algum terá lugar.

Ovídio, como conhecedor da *Urbs* onde vive intensamente, deixa patente em sua obra que se algum poeta/amante/poeta desejar desfrutar dos encantos femininos, das mais sedutoras jovens, estes prazeres têm uma farta legião em Roma., pois Roma é a cidade dos encantos femininos.

Quot caelum stellas, tot habet tua Roma puellas;
Mater in Aeneae constitit urbe sui.
Seu caperis primis et adhuc crescentibus annis,
Ante oculos ueniet uera puella tuos;
Siue cupis iuuenem, iuuenes tibi mille placebunt,
Cogeris et uoti nescius esse tui;
Seu te forte iuuat sera et sapientior aetas,
Hoc quoque, crede mihi, plenius agnen erit.

(A.A, I, 59-66)

Quantas estrelas possui o céu, tantas damas possui a tua Roma; a Mãe fixou residência na cidade do seu Enéas. Se te deixas cativar pela tenra idade e pelos anos que vão crescendo, diante de teus olhos há de surgir uma verdadeira donzela; se desejas uma jovem, jovem mil hão de ser do teu agrado, e hão de forçar-te a seres incapaz da tua escolha; se acaso te apraz a idade madura e mais sabida, esta mesmo. Podes crer-me, é a legião mais farta.

Chega o ano de 762 de Roma e o oitavo da era cristã. Ovídio, com quase cinqüenta anos, foi surpreendido por um édito proferido pelo Imperador Augusto que, segundo o poeta, nos *Tristia*, I, 1,3, ele fora exsulis (exilado) da cidade eterna .

(...) qualem decet exsulis esse;

A trajetória ovidiana foi marcada por uma moeda de duas faces. A primeira, o Amor vivido intensamente na *URBS*, a segunda, pela Dolor, em *Tômis*.

O poeta dos *FASTI*, o mais respeitado de Roma, após a morte de Horácio em 8 d.C, encontrava-se, nesta época, na fase áurea de todo seu percurso poético. O poeta das *Metamorfosis libri XV* encontrava-se na ilha de Elba com o amigo Cota Máximo, filho de Messala Corvino, quando recebeu a notícia de que Augusto o mandava retornar a Roma. Vivendo na cidade que ostentava o título de cidade centro do mundo, nada lhe faltava. Desfrutava de um bom convívio fa-

miliar junto à sua terceira mulher, Fábía e da filha que lhe fizera avô duas vezes, assim como, da amizade das pessoas bem sucedidas, de riqueza e saúde. Era detentor de uma coleção poética que o destacava dentre os poetas da época. Tinha glória e fama e, sobretudo, a certeza de que seu nome figurava entre os poetas eleitos pelos romanos.

Numa das noites do mês de novembro do ano 8 de nossa era, um raio fulminante caiu-lhe sobre a cabeça, mas não enviado pelos deuses. Um édito do amigo e, anteriormente, protegido, o Imperador Augusto o exilava de Roma para um dos mais longínquos limites até então do império romano. O poeta das *Heroides* foi enviado para Tômis, hoje Constantza, cidade da foz do Íster (baixo Danúbio), no Ponto Euximo, hoje Mar Negro, terra dos getas, lugar frio e inóspito. A ordem é imediata. O poeta dos versos amorosos de *Amores* e *Arte de Amar* percebe, assim, com muita DOLOR que sua trajetória de glória e fama na Urbs estava no fim.

Banido de Roma, por motivos políticos, a personalidade do poeta das *Metamorfoses* foi duramente abalada. O isolamento imposto ao poeta marcou-lhe, com traços indelévels, o espírito fazendo que Ovídio criasse, em algumas de suas obras escritas no exílio, uma atmosfera de sonhos e mitos onde procurava alívio e esquecimento para as suas desventuras.

Carminibus quaero miseraeum oblivia reru:
Praemia si studio consequor ista, sat est.

(*Tristia*, VII, V, vv.67-68)

Procuo nos versos o esquecimento de minhas desventuras: se consigo pela atividade literária esta vantagem é suficiente.

O vates que pedia que seu nome fosse festejado em todo o universo (in toto Orbe, A.A., II, 739-40) obteve o reconhecimento na Idade Média e no Renascimento. O Barroco o elegeu como modelo.

Nos versos finais dos *Tristia*, III:7, 51-52, o poeta reafirma a crença inabalável na imortalidade de seu nome, alcançada através da sua obra poética. Cômico de ter cumprido a missão de um poeta inspirado, enfatiza que enquanto durar o nome de Roma, há de perdurar o do poeta.

Dumque suis uictrix omnem de montibus orbem
Prospiciet domitum Martis Roma, legar.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Enquanto Roma, filha de Marte, vitoriosa, do alto de suas colinas contemplar todo o universo subjogado, eu serei lido.

Ovídio é o próprio eu-lírico; os dísticos elegíacos, enquanto expressão da dor, refletiam o sentimento do poeta e do homem, um único ser exilado. O poeta convivia no interior do homem, inseparáveis na dor. O homem a pedir clemência ao Imperador e o poeta transformando este pedido em versos elegíacos.

Ovídio (Públio Ovídio Nasão), objeto do nosso trabalho, foi o único poeta latino que sofreu as punições mais cruéis impostas pelo Imperador Augusto. O AMOR et DOLOR marcaram a trajetória da vida do poeta sulmonense: AMOR , por Corina, na URBS e DOLOR, no exílio, no Ponto Euximo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. *História da vida privada : do império romano ao ano mil*. Org. Paul Veyne, trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

ARTE DE AMAR (ARS AMATORIA). *Ovídio*. Texto bilíngüe. Trad. de Natália Correia e David Mourão-Ferreira., com trad. erudita de Antônio Feliciano de Castilho. São Paulo: Ars Poetica, 1992.

AYMARD, A, e AUBOYER, J. *Roma e seu império*. São Paulo: Difel, 1980.

AZEVEDO, Fernando de. *O desterro de Ovídio*. In: —. No tempo de Petrônio, p. 147-155 em *Obras Completas*, vol. II. São Paulo: Melhoramentos. 3ª ed. ver. e aum. 1962

BAYET, J. *Littérature latine*. Paris: Armand Colin, 1962, 10ª ed. rev. e corr.

BORNECQUE, Henri. *OVIDE*. Traduit par Marcel Prévost. Paris: Les Belles Lettres, 1928.

CARA, Salete de Almeida. *A poesia lírica*. 2ª ed. São Paulo: Ática. 1986.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A Literatura Latina*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CARCOPINO, J. *A vida em Roma no apogeu do Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, A.J. F. de *Dicionário das instituições, usos e costumes romanos*. Braga: Imprensa Henriquina, 1904.

CATULO.O. *Cancioneiro de Lésbia*. Trad., introd. e notas de Paulo Sérgio de Vasconcellos. Edição bilíngüe. São Paulo: Hucitec., 1991.

CATULO. *O livro de Catulo*. Trad. comentada dos poemas de Catulo por João Ângelo Oliva Neto São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

FRAENKEL, H.F. *OVIDE, a poet between two words*. Berkeley, 1945.

GRANAROLO, Jean. *L'Ouvre de Catulle; aspects religieux, éthiques et stylistiques*. Paris: Belles Lettres, 1979.

Grant, Michel. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRIMAL, Pierre. O amor em Roma. (L'Amour a Rome). Trad. de Hildegard Fernanda Feist. São Paulo: Martins fontes, 1991.

———. *Le Lyrisme à Rome*. Paris: Press Universitaires de France, 1978, 1 ed. .

GUILLEMIN, A .M. *Le public et la vie littéraire a Rome*. Paris: Les belles Lettres, 1937.

LOPES, Eliana da C. *Heróides XVI e XVII de Ovídio: um hino de amor*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio Janeiro, 1993. (Dissertação de Mestrado).

LUQUE MORENO, J. *El dístico elegíaco*. Lecciones de métrica latina. Madrid, 1994.

NOVAK, Maria da Glória e NERI, Maria Luiza (orgs.). *Poesia lírica latina*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

OVÍDIO. *Obras: Os Fastos, Os Amores, A Arte de Amar*. 2ª ed. Trad. de Antônio Feliciano de Castilho. São Paulo: Cultura, 945.

OVÍDIO: *Poemas da carne e do exílio*. Seleção, trad., introd. e notas: PAES, José Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PAOLI, U.E. *Vita romana*. 6ª ed. Firenze: Le Monnier, 1951.

PEREIRA, M.H.R. *Estudos de Histórias da cultura clássica*. 2ª ed. Vol.2 –Cultura Romana. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.

PINTO, Edith Pimentel. *Ovídio e a época de Augusto*. Revista de História. São Paulo: Univ. de São Paulo, Soc. de Estudos Históricos, 1(4): 453-484, out / dez. .1950.

RIPERT, Émile. *Ovide: Les Tristes – Les Pontiques – Íbis – Le Noyer Halieutiques*. Paris: Librairie Garnier Frères, [s/d.].

———. *Ovide, poète de l'amour, des dieux et de l'exil*. Paris: Armand Collin, 1921.

VEYNE, Paul. *A elegia erótica romana*. Trad. M. M. Nascimento e M. G. S. Nascimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VILLENAVE, M.G.T. *Ovidius: vie d'Ovide, sec. de Auguste*. Chez F. Gay.

WILKINSON, L. P. *Greek influence on the poetry of Ovide*. Discussion. In: *L'Influence Greek sur La Poésie Latine de Catulle à Ovide* par Jean Bayet et alii. Vandoeuvres: Fondation Hardt, 1953 v.2, p. 223-4.

**O BRETÃO
ÚLTIMO REBENTO CÉLTICO
NO CONTINENTE EUROPEU (II)**

(Continuação do número anterior)

João Bittencourt de Oliveira (UERJ)

ALGUNS ASPECTOS GRAMATICAIS

Destacaremos aqui apenas alguns traços curiosos da gramática bretã. O bretão se assemelha às demais línguas célticas nos seguintes aspectos: mutação consonantal, determinada pela combinação das palavras; preposições flexionadas; padrão frasal VSO; somente dois gêneros gramaticais (masculino e feminino); e contagem vegesimal.

O alfabeto

O alfabeto bretão compõe-se das seguintes letras:

A B C H C' H D E F G H I J K L M N O P R S T U V W Y Z

São sempre acentuadas as letras ñ, que marca vogal nasalizada e ù, que marca o plural (*où*).

Vogais

Muitas vogais possuem uma correspondente nasalizada. As vogais podem ser longas (principalmente em sílabas tônicas) ou breves. (Veja tabela na página seguinte)

Semivogais

i, y [j] (ing: yet, youth) *yen, bleunIou*

u [uj] (ir: puis) *kuit*

w, o, v [w] (ing: wall, quite) *gWastell, c'hOar, ataV*

SIMPLES	NASALIZADAS
a como no inglês bat : tal	(añ): bremañ (fr: flan)
e	(en) : den
- como no francês é : per (fr: été),	(eñ): peñse (fr: pain,vin)
- (fr/ing: ai - lait,said): penn, laezh	(iñ): riñsan
i (ing: pig): hir	(on): don (fr: son)
o	
- (fr: pot, beau) rod	
- (ing: lot, toll) klorz, kaol	
eu	(euñ) : bleuñv (fr: un)
- meuleudi (fr: peu)	
- meurzh (fr: peur)	
u	
- (fr: mou, ing: tool [put]) dour	pounner
- (fr: lune) tu	(un) : dilun

Consoantes

h (ing: hat) hir

m (ing: mat) merenn

n (ing: pan) bihanik

gn (fr: paGNe) kiGNan

n [nj] (ing: link) frankiz

l (ing: lad) liñsel

lh (espanhol ll: caballo) dilhad

r (fr: roue) rodeal

v (ing: vat) aval

Consoantes surdas e sonoras

O traço distintivo entre as consoantes surdas e as sonoras é de fundamental importância, já que o sistema de mutação ocorre nos pares opositivos do tipo: P/B T/D K/G.

SURDAS	SONORAS
p penn (ing: pig)	b bara
t ti	d dorn
k korn	g genou
f frikan	f ifern
s start	z louzou
ch bruched	j dañjer
c'h mac'h (alemão: nach)	c'h ac'hann

Os pronomes pessoais

me = “eu”, *te* = “tu = “você”, *eñ* = “ele”, *hi* = “ela”, *c'hwi* = “nós”, *int/int-i* = “eles/elas”

O artigo

Ao contrário das demais línguas célticas, o bretão possui o artigo indefinido, com três formas : UR, UL, UN (um, uma). A seleção de uma ou outra forma é determinada pela primeira letra da palavra seguinte:

UL : somente antes de L : *ul leue*

UN : antes de D, N, T, H, e vogais : *un dañvat*

UR : antes das demais : *ur c'hi, ur plac'h*

O artigo definido possui igualmente três formas: AR, AL, AN (o, a, os, as) e obedece às mesmas regras do artigo indefinido.

Mutação

Uma das particularidades do bretão e das línguas célticas em geral é a mutação de consoantes após o artigo.

Mutações após o artigo	nos substantivos	
	singular	plural
Tipos de consoante: 1. K – G 2. P – B 3. T – D 4. G - C'H 5. GW – W 6. B – V 7. M – V	<i>Substantivos Femininos</i> Exemplos : Kador, ar gador Paner, ar baner Taol, an daol Godell, ar c'hodell GWerenn, ar werenn Bag, ar vag Merc'h, ar verc'h Exceções : 1. Dor, an nor 2. Plac'h, ar plac'h	<i>Substantivos Masculinos</i> Exemplos : Kelennerien, ar gelennerien Paotred, ar baotred Tud, an dud Gallaoued, ar c'hallaoued GWerzherien, ar werzherien Bugale, ar vugale Mistri, ar vistri Exceções : 1. Tadoù, an tadoù 2. Testoù, an testoù 3. Priedoù, ar priedoù
Mutação da consoante K : K - C'H	<i>Substantivos masculinos (singular)</i> Exemplos : Kelenner, ar c'helenner Ki, ar c'hi Penn, ar penn Ti, an ti	<i>Outros substantivos (plural)</i> Exemplos : Kador, ar c'hadorioù Kelennerezed, ar c'helennerezed Bag, ar bagoù Merc'h, an merc'hed

Particularidade:

A palavra *tra* “coisa”, que é masculina, flexiona como se fosse feminina : *Tra, an dra ; An dra vat*

Mutação do adjetivo

O adjetivo quando adjunto atributivo de um substantivo feminino singular ou masculino sofre mutação (por abrandamento), como nos seguintes exemplos:

- B/V Ar *baotred vras*
- M/V *Tud vat*
- K/G *levezon greñv; Mamm gozh*

Há, porém, algumas exceções que, por falta de espaço, omitiremos aqui.

Complemento nominal e aposto

O complemento nominal e o aposto sofrem mutações semelhantes às do adjetivo:

- K/G : *un daol goad*; porém *paotred Kerne*
- P/B : *ul loa-bod*; porém *oaioù-pod*
- B/V : *labouerien vreizh ...*

Mutações irregulares

As mutações irregulares ocorrem após *da* (para), *da* (seu, sua), *e* (dele, dela, deles ou delas), *a* (de), *a* (partícula verbal). Exemplos:

- 1.K - G : *Kemper, da Gemper*
- 2.T - D : *Tregastell, da Dregastell*
- 3.P - B : *Penmarc'h, da Benmarc'h*
- 4.G - C'H : *Gourin, da C'Hourin*
- 5.GW - W : *Gwened, da Wened*
- 6.B - V : *Brest, da Vrest*
- 7.M - V : *Mur, da Vur*
- 8.D - Z : *Dinan, da Zinan*

Mutações mistas

As mutações mistas ocorrem após *o* (preposição do presente) e *e* (partícula verbal). Exemplos:

1. G - C'H : *gortoz, o c'hortoz*
2. GW - W : *gwelout, o welout*
3. B - V : *butuniñ, o vutuniñ*
4. M - V : *mont, o vont*

5. D - T : *debriñ, o tebriñ*

Mutações após os possessivos

<i>Possessivo</i>	<i>Mutações</i>
Ma	K/C'H : P/F : T/Z
Da E	K/G : P/B : T/D G/C'H : B/V : D/Z GW/W : M/V
He (hec'h)	K/C'H : P/F : T/Z
Hon (hor, hol)	K/C'H : (P/F : T/Z)
Ho (hoc'h)	G/K : B/P : D/T
O	K/C'H : P/F : T/Z

Se, porém, os possessivos da primeira e segunda pessoas do singular forem precedidos da preposição *da* (para) ou *e* (em), ocorrem uma contração e uma mudança na natureza das mutações:

1. *Da + ma = d'am*: flexiona após *ma* exceto *P*

2. *E + ma = em*: idem

3. *Da + da = d'az*: flexiona após *ho*

4. *E + da = ez*: idem

O verbo BEZAN “ser ou estar”

on = “sou/estou”

out = “você é/está”

eo = “ele ou ela é/está”

omp = “nós somos/estamos”

oc'h = “vocês são/estão”

int = “eles são/estão”

oar / eur = “a gente (as pessoas em geral) é/está etc.”

Como se pode perceber, na conjugação desse verbo, omitem-se os pronomes na função de sujeito, já que as flexões designam cada pessoa; porém a supressão só pode ocorrer quando um atributo inicia a frase, como por exemplo:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Prest on = “estou pronto” (Literalmente “pronto estou”).

Bras int = “eles são grandes” (Literalmente “grandes são”).

Pergunta:

Petra eo se ? = “O que é isso?”

Ur c'hi eo = “É um cão.” (Literalmente “Um cão é ele”).

Negativa:

N'on ket prest = “eu não estou pronto”.

N'out ket prest = “você não está pronto”.

N'eo ket prest = “ele/ela não está pronto(a).”

A desinência –AN é bastante comum nos verbos bretões, como *hastan* “apressar-se”, *kanan* “cantar”, *kontañ* “contar” etc.

O marcador comum do plural é a terminação -où: *Vakansoù* “férias”, *kentelioù* “lições”, *skolioù* “escolas”. Após o verbo, o sujeito no plural, entretanto, não afeta a conjugação:

echu EO ar vakansoù ? “estão as férias terminadas?”

echu int = “estão terminadas”

Contagem

Em bretão, a contagem de 21 a 99 é feita por vintenhas e não por dezenas. Desse modo, 79 é *noantek-há-tri-ugent*, literalmente “dezenove sobre três vinte”. O objeto contado segue imediatamente a expressão de unidades e permanece no singular :

pemp ki warn ugent (Literalmente: “cinco cão e vinte”)

un den ha tri-ugent (Literalmente: “um homem e sessenta”)

Os numerais

0. mann	19. naontek
---------	-------------

1. unan	20. ugent
2. daou	21. unan warn ugent
3. tri, tair
4. pewar	30. tregont
5. pemp
6. c'hwec'h	40. daoul-ugent
7. seizh
8. eizh	50. hanter kant
9. nav
10. dek	60. tri-ugent
11. unnek
12. daouzek	70. dek ha tri-ugent
13. rizek
14. pevarzek	80. pevar-ugent
15. pemzek
16. c'hwezek	90. dek ha pevar-ugent
17. .seitek
18; triwec'h	100. kant

Perguntas sobre números e quantidade

1. *Pet?* Quantos(as)?

-Pet levr zo ? -tri levr zo

(Literalmente: “Quantos livros existem?” – “Três livros existem.”)

2. *Pegement ?* Perguntas sobre preços.

-Pegement eo ar banne kafe? - pemp lur (=franc) eo.

-Pegement eo ar c'harr-mañ? - dek mil dollar eo

-Pegement eo al levr? - seizh lur hag hanter-kant eo

3. *Pe oad out? / Pet vloaz out?* Perguntas sobre idade.

Em bretão, ao contrário do português, usa-se o verbo “ser” (*emañ, bezañ*) e não o verbo “ter” (*eus/'peus, o deus*):

Pe oad	out ?
Ur bloaz warn ugent	on
tri bloaz ha daou-ugent	"
pevar bloaz ha tregont	"
pemp bloaz ha tri-ugent	"
c'hwec'h vloaz	"
triwec'h vloaz	"
nav bloaz	"

Observação: *bloaz* “idade” flexiona após *pet* e os numerais, exceto: *ur*, *tri*, *pevar*, *pemp* e *nav*.

Perguntas sobre datas

1. *Pegoulz* ? quando ?
2. *Peseurt deiz* ? qual o dia ?

As estações do ano

1. *An Nevez-Amzer* = “primavera”
2. *An Hañv* = “verão”
3. *An Diskar-Amzer* = “outono”
4. *Ar Goañv* = “inverno”

Os meses do ano

1. *Genver* = “janeiro”
2. *C'Hwevrer* = “fevereiro”
3. *Meurzh* = “março”
4. *Ebrel* = “abril”

5. Mae = “maio”
6. Even / Mezheven = “junho”
7. Gouere = “julho”
8. Eost = “agosto”
9. GWengolo = “setembro”
10. Here = “outubro”
11. Du = “novembro”
12. Kerzu = “dezembro”

Os dias da semana S

1. al Lun = “segunda-feira”
2. ar Meurzh = “terça-feira”
3. ar Merc'her = “quarta-feira”
4. ar Yaou = “quinta-feira”
5. ar GWener = “sexta-feira”
6. ar Sadorn = “sábado”
7. ar Sul = “domingo”

Meurzh, Merc'her, Yaou, GWener, Sadorn correspondem aos nomes dos planetas : Marte, Mercúrio, Júpiter, Vênus e Saturno. Na verdade, foram os romanos que emprestaram seu calendário aos bretões. De modo semelhante, *Lun* e *Sul* provêm do latim, mas o bretão preservou os termos nativos *Loar* (lua) and *Heol* (sol).

Observações:

1^a) A data quando se responde à pergunta *pegoulz ... ?*, é expressa pela forma *D'* [o nome do dia e sua ordem] *a viz* [o nome do mês].

Pergunta : *pegoulz ec'h echue ar brezel-bed diwezhañ ?*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Resposta : *D'an eizh a viz Mae 1945 ec'h echue ar brezel en Europa.*

2^a) Quando se responde à pergunta *peseurt deiz...?*, a preposição *da* é omitida:

Pergunta : *peseurt deiz omp hiziv?*

Resposta : *Ar meurzh pemp a viz Ebrel omp hiziv.*

3^a) Quando se faz referência a um dia da semana, passado ou futuro, empregam-se, conforme o contexto, *dilun, dimeurzh, dimer-c'her, diryaou, digwener, disadorn, disul*. Desse modo *dilun* tanto pode significar “segunda-feira próxima” quanto “segunda-feira passada”.

Horas

Para se dizer as horas em bretão, coloca-se o número referente à hora seguido do número referente aos minutos abaixo de 30 e para os demais coloca-se o número referente à hora seguinte nemet e o número referente aos minutos que faltam.

- 1:10 *un eur dek*
- 2:23 *Pet eur eo ? div eur tri warn ugent eo*
- 3:53 *Pet eur eo ? peder eur nemet seizh eo*
- 8:40 *Pet eur eo ? nav eur nemet ugent eo*

Casos especiais:

1. um quaro e meia hora:
 - 10:15 *Pet eur eo ? dek eur ha kard eo*
 - 6:45 *Pet eur eo ? seizh eur nemet kard eo*
 - 9:30 *Pet eur eo ? nav eur hanter eo*
2. para exprimir meio-dia e meia-noite, usam-se respectivamente *Kreisteiz* e *hanternoz*.

Note-se que *eur* é palavra feminina, daí o emprego das formas femininas dos numerais *div*, *teir*, *peder* correspondentes às masculinas *daou*, *tri*, *pevar*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o bretão (*brezhonek*), falado por cerca de 500.000 pessoas na Bretanha (região do oeste da França), é - juntamente com o corno e o galês - uma continuação ininterrupta da antiga língua britônica da Roma Britânica. O bretão compartilha de muitos traços comuns a outras línguas neocélticas, mas é de particular interesse ao lingüista já que é a única língua céltica que evoluiu completamente sem a influência da língua inglesa. É também a única língua céltica ainda falada no Continente Europeu.

Através dos séculos a soberania do francês, a língua oficial desde os tempos medievais, contribuiu de maneira decisiva para o declínio do domínio do bretão.

O bretão vem sofrendo mudanças radicais. Outrora falado nas zonas rurais, tornou-se também uma língua urbana. A língua da Basse-Bretagne (Bretanha ocidental) é agora também falada em Nantes, em Rennes, bem como em Brest ou Vannes.

A área que inspira maior preocupação é naturalmente a da educação. Existem cerca de 800.000 crianças freqüentando a escola na Bretanha. Apenas 5.700 delas podem se beneficiar do ensino bilíngüe (bretão-francês). Essa cifra leva em consideração tanto as escolas públicas quanto as privadas. Não obstante esse insignificante percentual, o impacto dessas escolas é muito importante, particularmente no que diz respeito à conscientização dos bretões sobre sua própria língua. O número de alunos nas escolas bilíngües tem aumentado anualmente entre 15 e 20%. Os cursos para adultos têm também obtido bastante sucesso. Estima-se que 9.300 pessoas tenham ingressado em cursos da língua bretã entre 1998/1999 (cursos noturnos e cursos por correspondência).

A Bretanha possui seus próprios editores, que respondem por um décimo dos livros publicados anualmente na região, ou seja, entre 80 e 100 títulos em bretão. A maior parte dessa publicação desti-

na-se às crianças. A mídia é também bastante variada, incluindo um periódico de informações gerais intitulado *Bremañ*. A Radio-France Bretagne Ouest transmite programas em bretão diariamente. Na televisão, apenas um noticiário local de 5 minutos é apresentado e cobre somente parte da Bretanha Ocidental. Quanto ao mais, dois outros documentários são televisados, um de 25 minutos para todos os departamentos (exceto o Loire-Atlantique) e outro de 45 minutos para toda a Bretanha. Há um projeto recente para a criação de um canal bilíngüe privado (TV Breizh).

O bretão está começando a marcar sua presença na vida institucional. Os departamentos de Cotes d'Armor e Finistère, por exemplo, exibem, de maneira sistemática, placas de sinalização bilíngües ao longo das principais estradas. Esse exemplo vem sendo seguido por muitas cidades como Kemper (Kemper) e Oriant (Lorient), que implantaram um programa ambicioso incentivando a exibição de anúncios e letreiros bilíngües nos shopping centers. Essa evolução já é visível na economia: slogans em bretão são freqüentemente veiculados em outdoors e em outros meios de publicidade.

O bretão, como já mencionamos, é a única língua céltica ainda falada no continente europeu e talvez por isso encontra-se numa situação ambígua. Já foi falada por mais de um milhão de pessoas no início de século XX. Dados recentes revelam que apenas 250.000 indivíduos falam a língua nas atividades quotidianas contra 600.000 que se dizem capazes de compreendê-la. (Fonte: I.N.S.E.E. – Octant No 56-57-194 – T.M.O Le Tèlégramme April 1997). A maioria dos falantes nativos do bretão é composta de pessoas idosas e estima-se que cerca de 15.000 desaparecem a cada ano.

Para enfrentar a situação, foi criado um movimento, na Bretanha, em defesa da preservação do idioma. Esse movimento tem o apoio de associações culturais e algumas comunidades locais.

TRURGAREZ = “OBRIGADO”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUGH, Albert & CABLE, Thomas. *A History of the English Language*. 4th ed. London: Routledge, 1993.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- BRUNOT, E. & BRUNEAU, C. *Précis de Grammaire Historique de la Langue Française*. Paris: Masson et Cie., 1969.
- CRYSTAL, David. *The Cambridge Encyclopedia of the English Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- CUNLIFFE, Barry. *The Ancient Celts*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- DALBY, Andrew. *Dictionary of Languages*. New York: Columbia University Press, 1998.
- DAUZAT, Albert. *L'Europe linguistique*. Paris: Payot, 1940.
- FAVEREAU, Francis. *Grammaire du Breton Moderne Contemporain – Yezhadur ar Brezhoneg a- Vreman*. Paris: Skol Vreizh, 1997.
- FISHMAN, Joshua. *Revising Language Revisited; Can Threatened Languages Be Saved?* London: Multilingual Matters of England, 2000.
- GREGOR, D. B. *Celtic: a Comparative Study*. Cambridge: Oleande Press, 1980.
- GREENE, David. "Celtic Languages". In *Encyclopaedia Britannica*. Macropaedia Volume 3 (p. 1064-1068). 15th edition. Chicago: The University of Chicago, 1976.
- HAYWOOD, John. *Atlas of the Celtic World*. London: Thames & Hudson, 2001.
- JAMES, Simon. *The Atlantic Celts: Ancient People or Modern Invention?* London: British Museum Press, 2000.
- MEILLET, Antoine. *Introduction à l'Étude Comparative des Langues Indo-européennes*. Alabama: University of Alabama Press, 1964.
- ONIONS, C. T. *The Oxford Dictionary of English Etymology*. Oxford: Oxford University Press, 1966.
- TEXIER, Marcel & Diarmuid Ciarán Óneill. *The Nminöe Study of the Breton Language Compiled from Field Research*. International Committee for the Defense of the Breton Language, 2000.
- TRUDGILL, Peter. *Language in the British Isles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

**HIPERTEXTO:
UMA POSSIBILIDADE DE CRÍTICA TEXTUAL**

Andréa Abrate Coimbra Machado (UNESA)

Nataniel dos Santos Gomes (UNESA)

RESUMO

Esta pesquisa visa a encontrar uma possibilidade de crítica textual em textos já consagrados, textos canônicos. Saber como surgiu um texto, o que é e como nos utilizar a Internet tornou-se igualmente importante para esta pesquisa, que se vale desta linguagem para chegar ao seu objetivo: o texto virtual é definido e suas características são expostas.

As bibliotecas que em outras épocas tinham a função de reproduzir textos, copiando-os, foram aqui abordadas, sendo ressaltada a Biblioteca da Alexandria, por ser uma das mais importantes por sua grandeza e por sua pluralidade de culturas.

O Renascimento, como período marcante para a Filologia, pois nele a crítica textual ganha forma de ciência, é abordado mais adiante, mostrando que a Internet é a mega biblioteca, algo comparável a Biblioteca da Alexandria, na Antigüidade, porém com um alcance superior, além das técnicas desenvolvidas por Lachmann, para os estudos dentro do campo da crítica textual.

Considerando todas as abordagens anteriores, chegamos à conclusão que é possível fazer uma crítica textual com o hipertexto possibilitado pela estrutura do software que tem entre seus programas um que resgata todos os hipertextos que são acessados, como um backup que garante a acessibilidade mais rápida.

Palavras-chave: edição crítica; hipertexto; filologia

Esta pesquisa tem por finalidade levantar a possibilidade de fazer crítica textual com o hipertexto, o texto da Internet. O vislumbre de um caráter histórico-filológico foi à mola propulsora para este trabalho.

Para que fosse alcançado tal objetivo, fez-se necessário iniciar no primeiro capítulo o estudo do texto, passando pela coesão e coerência, ressaltando a importância de ambas para o entrelaçamento do mesmo, ou seja, seu entendimento, mister foi também lembrarmos a necessidade de uma hierarquização de pensamentos para o êxito desse processo.

Na segunda parte, definimos o que é Internet, ressaltando a responsabilidade da ARPA em seu surgimento, quando na década de

50 houve a necessidade de um sistema eficaz de comunicação entre os órgãos do governo americano. Neste mesmo capítulo é apontado como utilizar esta ferramenta, usada, atualmente, em todos os cantos do mundo.

Na parte seguinte definimos “biblioteca”, com o objetivo de falarmos sobre o acervo de textos. Hoje a sua função maior e o empréstimo de livros, mas na Antigüidade a Biblioteca da Alexandria (considerada a maior de sua época), era acima de tudo, um Centro Universitário. Vale ressaltar a dificuldade de conseguirmos material para fecharmos este capítulo, já que as informações e fontes são desconstruídas e confusas, uma vez que a Biblioteca da Alexandria foi incendiada por diversas vezes.

Iniciamos a última sessão falando do Renascimento, apontando-o como o marco da edição crítica. Definimos Internet como uma mega acervo de textos, explicamos a noção de hipertexto, e procuramos discutir se neste e a partir deste há a possibilidade de realizarmos uma edição crítica.

PRA COMEÇO DE CONVERSA

**“Como sabemos tanto com tão poucas evidências?”
(Platão)**

Desde os primórdios, o homem sente uma necessidade inexplicável de se comunicar com os demais, expressando suas idéias e sentimentos. A princípio, eram só ruídos, com os quais o homem procurava se comunicar e mostrar seus sentimentos tais como dor, medo, ódio, revolta, carinho, inconscientemente, visando uma forma de preparar o corpo para algo maior, a produção de sons significativos no qual a mente poderia através da estrutura física, expressar-se. Desconhecemos como surgiu e qual foi à primeira palavra, o fato é que a natureza proveu o homem de meios, e este fez acontecer sua vontade.

Chomsky, em sua teoria racionalista, inserida no gerativismo, afirma que o homem possui uma capacidade inata de se comunicar, justificando o fato de uma criança aprender se expressar, mesmo quando o “estímulo ambiental é falho e fragmentado” (KATO, 1986:101). Essa capacidade é comprovada através do fato de que

somente o homem tem essa competência, porque o mesmo adquire a língua materna, da mesma forma em todos os lugares do mundo, com a perfeição no processo de aprendizagem, pois é real e não mera repetição, mesmo a língua sendo abstrata. Se entendermos como abstração algo que não copia a realidade, conseguimos entender perfeitamente o por quê da abstração da língua. Adquirir uma língua não acontece através de mera repetição. Há toda uma estrutura mental e física preparada para desenvolvermos esta habilidade. Em outras palavras, para este teórico, “tanto o conhecimento quanto o comportamento lingüístico seriam geneticamente determinados” (*Id. Ibid.*).

Em “The capacity for language acquisition” (*Apud* KATO, 1986, p. 101), Lennenberg demonstra seguir totalmente a visão de Chomsky, pois ele compara a aquisição da fala com outras atividades do desenvolvimento humano. Este teórico se vale de vários critérios para tirar suas conclusões. O primeiro critério é de que o homem não pode traçar o momento, na história da humanidade, em que ele começa a andar da mesma maneira que pode fazer com a escrita. Um segundo critério, é que algumas atividades do desenvolvimento humano, tais como andar e falar, não apresentam variação na espécie, como apresenta escrever e ler, com relação à aprendizagem. Ainda há um outro critério que é o da herança genética, pois o homem aprende a andar sozinho e outras atividades como a de ler e escrever se dá através de um treinamento. Por fim, um último critério envolve o que ele chama de “correlatos orgânicos específicos”. Isso se explica no fato do homem desenvolver sua habilidade de falar num período específico de sua existência, não ocorrendo o mesmo com relação à escrita e a leitura. Lennenberg concluiu, então, que escrever e ler não são inatos, mas falar o é, pois a aquisição da fala não apresenta variação na espécie, explicando o fato da língua ser abstrata.

Estas são possibilidades de como pode ter surgido a língua e de como adquirimos a linguagem: da vontade humana de querer se expressar, de expor seus pensamentos e idéias, não pra si, mas para outros, porque há no homem não só o desejo, mas a estrutura mental e física que o possibilita a exata interação com o próximo.

A língua tornou-se o maior instrumento de comunicação humana, que num primeiro momento ficou restrita a oralidade, a qual o homem desenvolveu de diversas formas. Em outros tempos, era o

maior veículo de transmissão de saberes e a palavra tinha força religiosa numa decisão, pois o homem utilizava-a, como medida de sua honra. Uma vez a palavra dada, uma vez ela dita e empenhada, era preciso cumprir com a sua parte no trato para que sua honra não ficasse “manchada”. Uma vez que houvesse dúvida sobre a palavra empenhada por um homem, ele era desacreditado e se tornava indigno de qualquer confiança.

Com o passar do tempo, percebeu-se a necessidade de registro de decisões, idéias e sentimentos humanos, pois toda tradição cultural que era baseada na oralidade, já não dava conta de tudo o que era interpretado numa situação real de fala, gerando arbitrariedade na aplicação de leis, por exemplo. Surge, então, os primeiros textos escritos, que valorizaram a palavra registrada.

Texto, um entrelaçamento.

**O texto é, pois, um todo organizado de sentido
(PLATÃO & FIORIN, 2001, p. 16)**

Antes de seguirmos, pensemos então: O que é texto? Para o Dicionário Houaiss, texto é “conjunto de palavras, frases escritas” ou ainda “qualquer material escrito destinado a ser falado ou lido em voz alta”.

A palavra texto tem origem no latim *teccer*, o mesmo que trama, teia. Exatamente isso é o texto: um emaranhado, um entrelaçado de idéias e de formas, apesar de acharmos que o texto é fragmentado, pois está pontuado e cheio de convenções. Então, diferente do que se possam pensar, as partes de um texto são “dependentes semanticamente uma das outras, seguindo uma hierarquia de pensamentos” (PLATÃO & FIORIN, 2001: 14). Em outras palavras, para que possamos entender o texto, não podemos julgá-lo por um fragmento, apenas por uma frase, pois cada parte mantém uma relação semântica com as demais. Essa combinação resulta na interpretação do leitor, que somente no ato da leitura poderá ter o entendimento do que está escrito, pois a compreensão não está presa à forma, não pertence ao texto. Esse nexos, essa lógica a qual alguns teóricos linguistas e outros tantos literários afirmam estar no leitor e não no texto, chama-se coerência. Essa coerência é uma “harmonia de sentidos, ou uma

ausência de discrepâncias no sentido do que se lê”.

Para melhor entendimento do que foi dito acima, tomemos como exemplos o que vem escrito em algumas cartilhas didáticas. Muitas delas trazem frases supostamente de fácil leitura, pois quem a elaborou, pensava existir nessas frases sílabas simples e tentando facilitar a leitura do seu usuário, agrupou-as em um único período, esquecendo-se de dar coerência, como nas frases:

1ª: “O jacaré bebe cajuada de jaleco”.

2ª: “O boi baba no bebê”.

3ª O bode joga dado e bebe água de coco. (PASSOS, 1997: 38).

4ª O tatu toca tuba na mata (*Id.*, p. 52)

Onde está o sentido nestas frases? Como o jacaré não vive dentre os humanos e seus costumes, como não é um animal pensante, pois é irracional apenas utilizando-se de seus instintos, beber cajuada e usar jaleco deva estar fora da idéia humana de jacaré. Então, a frase número um é um amontoado de palavras, mas sem sentidos o mesmo ocorrendo na frase número dois, na três e na quatro. Isso também nos prova que para ter significado, o leitor precisa relacionar o texto com o contexto. É preciso ter um mínimo de repertório de vida para então entendermos do assunto que se trata.

O que nos faz dar crédito a essas frases? A coesão. Esse mecanismo que de alguma forma torna as frases mais estruturadas, mais coesas, mais unidas. Geralmente, a coesão e coerência estão de braços dados num texto, mas diferente da coerência, a coesão está na estrutura, no próprio texto. Ela, a coesão, é a ligação entre as orações e os períodos, um encadeamento linear das unidades linguísticas presentes no texto, garantindo legibilidade e a evidenciando as relações entre os diversos componentes.

Conclui-se que a definição de Houaiss está incompleta, porque o texto não é um amontoado de frases escritas, um texto para ter existência precisa ter sentido na cabeça de seu leitor, no entendimento que ele tem do mesmo, pois é preciso construir um texto, seguindo uma determinada “hierarquização de sentidos”. Essa hierarquização de sentidos são as etapas pelo qual o nosso pensamento passa até chegar ao “entendimento completo” do texto, processado com a aju-

da de muitos fatores tais como as informações recolhidas durante toda a nossa vida, a qual chamamos de conhecimento de mundo, unida as nossas percepções sensoriais.

E como ocorre esta construção? Em que âmbito isso acontece? No momento da comunicação, para que haja entendimento completo, precisamos nos valer não só da estrutura sintática como também semântica e nosso cérebro que é dividido em módulos, exerce diferentes faculdades mentais, interagindo o tempo todo. Quando escutamos ou lemos uma palavra, o som/grafema é associado a um significado. Mesmo para formar frases ou períodos inteiros nos valem dessa estrutura mental para construí-los. Platão ao dizer “Como sabemos tanto com tão poucas evidências?”, desconhecia todo esse mecanismo, toda essa tecnologia de ponta chamada cérebro.

Dessa forma construímos o nosso léxico e posteriormente nossas frases e períodos mentalmente, pois como dito anteriormente, somos dotados dessa competência, ou seja, que a linguagem e seu desenvolvimento dentre os homens se dá pelo fato de ser inata.

Tudo isso faz parte do texto escrito, mas para montá-lo necessitamos de símbolos e entende-se aqui como símbolos, as letras e os números, mas também precisamos de regras. As regras existentes em uma língua, e que servirão para serem usadas na escrita, marcam o texto na hora da leitura, auxiliando o entendimento e dando significado.

Um texto, diferente do que se possa pensar, não necessariamente tem que ser escrito, sua elaboração pode também ser realizada oralmente, sem símbolos ou ícones, mas com sons. Como dito anteriormente, “nos valem de uma estrutura mental” para construirmos o texto, pois toda elaboração do mesmo primeiro ocorre em nossa mente, possibilitando qualquer outra forma de expressão.

Construindo a escrita

Por volta de 4.000 a.C., surgiu a escrita, assinalou a passagem da Pré-História para a História propriamente dita. (MELLO, Leonel & COSTA, Luís. 1985, p. 20)

Agora que já conseguimos definir o que é texto e quais as suas características mais marcantes, retornemos a história da língua escrita.

Desde que o homem sentiu a necessidade de registrar sua vivência, deixou seus registros espalhados pelo mundo em forma de desenhos a princípio, escrita chamada inicialmente pictográfica (picto = desenho; gráfica = registro, escrita).

Essas imagens eram gravadas em paredes de cavernas a mais ou menos cinco mil anos atrás. Mesmo assim, esse tipo de registro não era o suficiente para dar conta de tantos significados que a intenção de quem desenhava queria expressar e com o tempo, foram criados outros tantos símbolos. Os babilônios elaboraram a primeira escrita, mas foram os fenícios que criaram a escrita fonética que deu origem ao nosso alfabeto, pois os gregos ao adotarem estes símbolos adaptando-os a sua cultura, estabeleceram a escrita da esquerda pra direita, desenvolvendo a escrita silabar, além de introduzirem o uso de vogais e modificarem seu formato, mudando assim a história do mundo. Como é do saber geral, foram eles, os gregos, que também influenciaram toda a cultura ocidental, através dos romanos. A publicação de leis por Sólon, que revolucionou o pensamento grego, foi marcante e decisiva para a eternização do que era dito, pois a partir dali, as regras estavam registradas e dificilmente poderiam ser distorcidas por aqueles que tinham mais poder e o exerciam através da política ou do dinheiro. O peso que antes tinha a palavra empenhada oralmente, passa a ter a palavra escrita.

A princípio tudo isso era registrado em *papiro*, um tipo de “papel da Antigüidade”, confeccionado a partir de uma haste da erva do mesmo nome, planta semelhante ao junco. O registro também podia ser feito em *pergaminho*, que era a pele da ovelha tratada adequadamente para que nela se fizessem registros, tal como no pergaminho ou no nosso atual papel. Esse tipo de registro acabava por se perder, pois o papiro era muito frágil e com o tempo acaba por se desfazer, por falta de resistência à membrana, assim como eram per-

didados vários registros em pergaminho, porque se deteriorava. Eram volumes, denominados *rotulus* ou *volumen* (do verbo *volvere*, “*enrolar*”) onde as obras gregas e latinas eram escritas. O rolo ou *volumen* foi utilizado até o século V da Era Cristã.

O que fazer, então, para manter os textos perpetuados? A solução encontrada foi, de acordo com a necessidade, a cópia dos textos. Esse trabalho artesanal era feito pelos copistas ou escribas, a mais de seis mil anos a.C, que eram muito conceituados em seu meio, pois eram eles que de certa forma detinham o saber, porque todo saber passava por eles. Eram eles os responsáveis pelas reproduções de textos relativos àquela cultura como também de leis. Eles estavam ligados à religião e inicialmente, entre os judeus passavam por um período de purificação. Com o tempo, essa preparação não era mais vista como algo necessário e por tudo isso as cópias também já não eram mais tão cuidadosas. Com a chegada do papel na Idade Média, as cópias ficavam mais nítidas, mesmo assim ao passarem por séculos e séculos de cópias e cópias, as reproduções chegaram a esta época já cheias de modificações, pois os *escribas ou copistas*, muitas vezes ao reproduzirem erravam as linhas pulando e copiando a seguinte, ou mesmo, sem entender aquilo que estava escrito reorganizavam a semântica do texto. Seus sucessores, diante das alterações feitas e sentindo a necessidade de obter um texto compreensível, faziam ainda mais alterações. Vários eram os tipos de deteriorizações.

O Renascimento, como veremos a seguir, foi à época da História Universal em que os homens, mais preocupados consigo mesmos, com o que pensavam e agiam, buscaram na Cultura Clássica a oposição necessária ao que denominavam Idade das Trevas. Faziam isso investindo nas artes de uma maneira geral. Esses investidores eram chamados humanistas.

Durante essa determinada época de nossa história, os textos gregos e latinos da Antigüidade, serviram de referência para outros autores. Houve então, uma necessidade urgente de se ter em mãos esses textos na sua forma original, mas como, se por séculos e séculos os textos foram alterados? Se muitos deles foram perdidos em guerras, catástrofes, ou mesmo negligência e as que restavam eram cópias espalhadas em bibliotecas de mosteiros?

Coube aos humanistas a tarefa de encontrá-los para comparar e julgar os conteúdos deles posteriormente. Eram levados em consideração os trechos dos manuscritos que apareciam “iguais” em todas as reproduções, ou que continham alguma semelhança. Após ter-se estabelecido a genealogia dos manuscritos, os trechos eram reunidos em uma edição, chamada de edição crítica.

Uma edição crítica era o julgamento de um editor, o resultado de suas conjecturas, tentando apresentá-lo a seu leitor na forma originária, o que não significa canonizá-la. Como é um julgamento e apesar da tentativa de purificação do texto, o que ocorre é que não há edições críticas perfeitas.

Essa análise diacrônica tem a intenção de trazer para toda a humanidade uma aproximação maior com seu passado, de forma a entendê-lo. Com certeza, estes textos influenciaram toda a rota literária da humanidade bem como o transformar de várias línguas, que sob esta interferência ganharam novos vocábulos ou transformaram outros tantos.

Com a chegada da imprensa, por volta do ano de 1500, todo o processo de reprodução dos textos ficou facilitada, sem alterações, pois o perigo de cometer erros é infinitamente pequeno.

Atualmente, temos em nossa sociedade, um outro meio de publicar nossos textos, muito mais rápido, muito mais preciso: a Internet.

Diferente os textos da Antigüidade ou da época em que a imprensa surgiu, os textos da Internet tratam dos assuntos de forma generalizada, são textos de leitura rápida, superficiais. Os motivos que levam a produção de textos tão fugazes são aqueles ligados a questões econômicas, pois aquele que acessa a rede paga por este serviço, ou mesmo de ordem prática, pois a leitura na tela não é muito agradável, trazendo para o leitor cansaço e desconforto nas vistas e no restante do corpo, contudo estes textos são mega bibliotecas, enciclopédias infinitas. Vejamos, ao acessar um site (ou sítio) e nos depararmos com um texto encontramos vários itens sublinhados. Quando clicamos sobre um desses itens grifados, logo podemos fazer um link com outro site que trata daquele assunto específico. Por exemplo: ao entrarmos numa revista virtual que fala sobre budismo e

neste texto está sublinhado o termo Gohonzon, e clicarmos sobre ele, imediatamente seremos transportados para outro site que fale sobre o *Gohonzon* um pouco mais profundamente. Neste outro texto há o nome de *Nitiren Daishonin* grifado e ao clicarmos ali estaremos mais uma vez, nos direcionando através do link a um outro texto, assim infinitamente através da Internet.

Esse texto sem fim, uma biblioteca infinita, essa mega enciclopédia com ponte para vários lugares do mundo, a qualquer hora, para qualquer lugar do mundo é o Hipertexto.

INTERNET, A OITAVA MARAVILHA DO MUNDO

Curiosamente, o computador nasceu de uma máquina de Turin, capaz de dar um passo de cada vez, e, de fato, nas profundezas da máquina, a linguagem ainda opera dessa maneira, por uma lógica binária, de zero-um. Porém o produto da máquina não é mais linear: é uma explosão de fogos de artifícios semiótico

(ECO.2003)

Vivemos num mundo hoje cheio de urgências, num mundo em que o relógio é quem dita as ordens. Precisamos estar em muitos lugares ao mesmo tempo e as tecnologias da modernidade, tais como o celular e o computador estão presentes para facilitar a vida deste homem já tão atarefado, quase onipresente, facilitado por essas mesmas tecnologias.

A Internet surgiu no final década de 50, após a União Soviética, hoje desfeita em vários países do leste europeu, enviar um satélite espacial para a órbita da Terra, o SPUTINIK. Paralelo a esse movimento, o presidente dos Estados Unidos, na época *Eisenhower*, fundou a ARPA¹ (Advanced Research and Projects Agency) com o objetivo de criar e desenvolver tecnologias que pudessem servir as forças armadas. Pensando na possibilidade de um ataque nuclear, a ARPA elaborou em um sistema interligado de comunicação que fosse descentralizado, em que as informações seriam socializadas, sen-

¹ www.hotlink.com.br/suporte/suporte_manual/manual2.php, em 21/04/2004, às 15h40min

do levadas de máquina para máquina. A sugestão foi aceita e esse sistema se desenvolveu em larga escala durante as décadas de 60 e 70. Em 72, ele foi apresentado como ARPANET em uma feira de comunicações chamando a atenção de todos ali presentes. Algumas Universidades passaram a fazer parte desse sistema, no qual registravam suas pesquisas. Com as freqüentes descobertas e pesquisas essa rede cresceu e tomou a forma do que hoje conhecemos por INTERNET.

A Internet é esse mega sistema que interliga diversos tipos e tamanhos de computadores. Cada um desses computadores está limitado a seu sistema e as informações gravadas em seu disco rígido, porém se conectados a Internet, essa gama de informações se multiplica incrivelmente, pois não há limites para o volume de informações que podemos encontrar neste sistema. A Internet é um sistema, que possui um protocolo compartilhado por seus usuários; uma comunidade virtual que pode trocar idéias a qualquer momento, que une diversas culturas, interage com as diferenças.²

Pode-se entrar em uma sala de bate-papo (ou chat, em inglês) e conversarmos com pessoas de diversas partes do mundo, ou mesmo visitarmos o Museu do Vaticano, uma biblioteca local, a Casa Branca ou descobrir através do sistema, onde está onde livro raro de Carlos Drummond de Andrade.

Para que funcione este sistema precisa de uma estrutura em que bancos principais de informações, chamados bankbones (em português, espinha dorsal), ministrados por empresas de telefonia, dão acesso através de provedores. Todo aquele que quer conectar-se necessita de uma linha telefônica, um computador com programas que facilitem esse acesso, além de um “drive de mouden”. Como o acesso é feito através de uma linha telefônica e por esse acesso pagá-se o impulso, todo usuário dá a procura ganhar tempo utilizando-a o mais rápido possível.

Através da sigla www, Would Wide Web³, que significa Teia de Alcance Mundial, os usuários podem ter acesso às informações

² www.hotlink.com.br/suporte/suporte-manual1.php, em 21/04/2004, às 15h e 30 min.

³ www.hotlink.com.br/suporte/suporte-manual5.php, em 21/04/2004, às 15h e 59min.

diversas. Uma empresa, uma instituição filantrópica ou mesmo uma poetiza, pode através de uma página gráfica, expor informações sobre seus produtos, seus serviços, sua estrutura organizacional, ou qualquer outra informação que julgar necessária. Como essa rede é mundial, e não “fecha pro almoço”, as informações nela inseridas são alteradas a qualquer hora, mostrando que a velocidade da informação é assustadoramente grande. Essas informações se apresentam em páginas com ícones e textos e são acessadas quando, com cursor, solicitamos com dois cliques que se abra outra página com a informação pedida.

O texto virtual: rei morto, rei posto

Vivemos num ritmo de velocidade pura, como afirma Lévy, numa pluralidade de devires imediatos (RAMAL, 2002, p. 81)”.

Quando pensamos no homem como animal comunicante, percebemos que sua situação mudou radicalmente desde os primórdios. De uma valorização da oralidade, passando pela urgência e necessidade de haver uma cultura escrita, a um movimento na cultura que valoriza os dois simultaneamente. De um momento histórico, como aquele em que as “sociedades primárias e os interlocutores partilhavam o mesmo contexto” (RAMAL, 2002: 81) a este, em que o contexto é compartilhado ao mesmo instante, por várias culturas. Não só partilhamos um mesmo contexto, o da Internet, através do hipertexto, como também podemos promover o encurtamento das distâncias. Essa nova possibilidade de interação nos permite rever conceitos antes tão sólidos, absolutos em suas verdades como o do contexto, do espaço e do tempo.

Se entendermos por contexto “situação a qual ocorre e se insere algo ou alguém” (HOUAISS, 2001: 108) ou ainda “o que constitui o texto no seu todo” (FERREIRA, 2001: 180), podemos afirmar que o usuário da Internet, tem o poder através dela simultaneamente participar do seu contexto pode se sentir inserido em outro o qual compartilha, com vários outros usuários, estes ainda em outro contexto. O que tudo isso quer dizer? Que um indivíduo morador da Gaborone, capital de Botsuana, no continente africano, com valores muito diferentes do restante do mundo, que fala uma língua ou um

dialeto, muito comum daquela região, pertencente a uma forma de divisão social peculiar aquele povo, pode falar ou apenas compartilhar um hipertexto com outro usuário que está a milhões de quilômetros dali, em São Paulo, no Brasil, por exemplo, que fala o português, com uma característica falá-lo e que participa de um sistema totalmente diferente do primeiro.

Isso nos faz pensar no espaço que é igualmente dividido por esses dois internautas que também estão em espaços diferentes. Esse espaço da Internet, no hipertexto é apesar de virtual, um espaço partilhado ao mesmo tempo por diversos usuários.

Com a urgência em que vivem os homens hoje, fez-se necessário criar um sistema que fosse igualmente rápido de modo a favorecer o homem em sua eterna busca por novas informações. Esse sistema é a Internet e é através dela que as informações podem ser passadas adiante numa velocidade nunca antes vista. Para que possamos perceber a velocidade em que as informações nos chegam através da Internet, precisamos fazer comparações com o passado.

Vejamos: na Idade Média quando um rei morria, sua morte era anunciada a outros reinos por mensageiros que cumpriam sua função em cima de um cavalo. A chegada dessa informação a outros reinos podia levar horas, dias ou sem exagero, semanas. As grandes distâncias impediam que as informações chegassem rapidamente e ao chegarem ao seu destino, elas já eram ultrapassadas. Muitas vezes a informação era repassada, porém outro dado poderia tornar velho ao anterior sem que ninguém soubesse, como a substituição do mesmo rei. Rei morto, rei posto.

Notícias são repassadas agora com diferença de segundos, sem que a distância seja um fator de impedimento para a chegada do novo informe a milhões de pessoas. Isso pode ocorrer em uma rádio, ou em canal de tv, que é de livre acesso ao grande público. Todos esses dois veículos de comunicação são capazes desse feito hoje, porque contam com uma tecnologia avançadíssima, na maioria das vezes desenvolvida, por centros de desenvolvimento de tecnologia avançada, como ocorreu com o surgimento da Internet, que foi desenvolvida pela ARPA.

O texto da Internet não poderia ser diferente. Ele tem como

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

principal característica superficialidade, objetividade e a velocidade com que muda. A própria estrutura do texto virtual não permite que eles sejam longos, porque a página gráfica é do tamanho da tela, além de ser impossível para o usuário manter a mesma postura por horas a fio, tornando desconfortável qualquer um o prolongamento de frente para o monitor.

A necessidade de sintetizar o assunto o torna objetivo e superficial.

O tempo da Internet é agora, o espaço é o da imaginação. Suas possibilidades nasceram e nascem da criatividade humana. Nada é impossível na Internet.

(Continua no número 32)

**O ESTRANGEIRISMO NO PORTUGUÊS DO BRASIL
FATOR DESCARACTERIZANTE?**

Gil Roberto Costa Negreiros
(PUC-SP, UNIVERSITAS e FSM-MG)

RESUMO

Este texto pretende discutir a validade do projeto de lei 1676/99, que objetiva defender, proteger e promover a língua portuguesa em território brasileiro. Para tanto, usaremos, como referencial teórico, artigos de Fiorin e Aubert. Nossa hipótese é mostrar que o uso de estrangeirismos, em especial o de anglicismos, não descaracteriza a língua, uma vez que atinge apenas algumas áreas pré-determinadas.

Palavras-chave: preconceito, empréstimo e renovação linguísticos.

“Os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo”. (LUDWIG WITTGENSTEIN)

O projeto de lei n.º 1676/99, de autoria do deputado Aldo Rebelo, é um dos poucos assuntos relacionados à língua que tem espaço na mídia brasileira. Em época recente, o projeto tornou-se objeto de polêmica entre o seu autor e alguns linguistas, entre eles Fiorin (2000) e Aubert (2001). Considerado por este último como preconceituoso, o referido documento objetiva defender, proteger e promover a língua portuguesa no Brasil.

Para tanto, sugere que o uso do português se torne obrigatório em determinadas situações do cotidiano, sendo que qualquer “uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados” na lei “e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei”. *Apud* AUBERT, 2001: 68)

O deputado, ao justificar o projeto de lei, argumenta que assistimos, atualmente, a uma verdadeira *descaracterização da língua portuguesa*, (Grifo nosso) tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos. Nosso objetivo, neste trabalho, é discutir a validade dessa afirmativa, sobretudo com relação aos empréstimos

lexicais da língua inglesa.

O projeto de lei, em seu artigo 3.º, define os segmentos sociais que serão alvo da possível lei: (1) todos os brasileiros; (2) todos os estrangeiros que se encontram em nosso país há mais de um ano. Define também as situações em que a língua portuguesa deve ser usada:

Art. 3.º - É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de 1 (um) ano, nos seguintes domínios socioculturais:

- I – no ensino e na aprendizagem;
- II – no trabalho;
- III – nas relações jurídicas;
- IV – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;
- V – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;
- VI – nos meios de comunicação de massa;
- VII – na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;
- VIII – na publicidade de bens, produtos e serviços.

(*Apud* AUBERT, 2001: 166-7)

Nota-se, principalmente nos incisos VI, VII e VIII, que o campo de ação do projeto de lei é o léxico da língua, já que pretende coibir o uso de certas palavras estrangeiras nos meios de comunicação, no anúncio e publicidade comerciais. Com isso, a lei se tornaria uma barreira na descaracterização do português brasileiro.

Segundo Fiorin (2000: 225-6), o que caracteriza uma língua é a sua *gramática* e o seu *fundo léxico comum*. Partindo do pressuposto de que o projeto de lei visa a planificar o uso do léxico no português brasileiro, não iremos nos preocupar, aqui, com o que tange à *gramática*. Desse modo, sobra-nos a questão do *fundo léxico comum*. E o que vem a ser esse fundo?

A base que sustenta o léxico de uma língua é denominada *fundo léxico comum*, que, por sua vez, expressa noções que não são afetadas por mudanças econômicas, sociais e políticas:

O léxico possui um fundo comum, que caracteriza uma língua e é tão resistente quanto à gramática, porque as noções que ele expressa, de um lado, não são afetadas por mudanças econômicas e sociais, e, de outro, porque são de uso geral e coloquial. Esse fundo comum é o sustentáculo da estrutura léxica de uma língua. (FIORIN, 2000: 226)

Fazem parte desse fundo comum palavras que designam, por exemplo, as partes do corpo, o mobiliário, os tipos de parentesco, os nomes de animais e de plantas, os fenômenos da natureza, os dias, os meses e as estações do ano. Em geral, grande parte das palavras do fundo em questão é de origem latina e, como podemos observar, encontram-se atualmente em franco uso, não sendo substituídas por estrangeirismos. (cf. FIORIN, 2000: 226-7)

Da mesma maneira, o léxico de uma língua é composto, também, por palavras de formação vernácula e por empréstimos de outras línguas. Esses empréstimos refletem, por sua vez, a posição de determinada nação em relação às outras, ou seja, as dependências social, política, cultural e, sobretudo, econômica, fazem com que as nações dependentes adotem produtos, serviços e modismos das nações dominantes.

Em nossa época, os estrangeirismos existentes na língua portuguesa do Brasil advêm principalmente da língua inglesa, devido à forte presença norte-americana em nossas vidas. Esses anglicismos não fazem parte de nosso fundo lexical comum, pois são empréstimos lingüísticos conseqüentes de determinada situação sócio-econômica vivida pelo Brasil, em determinada situação histórica. Foi assim no séc. XIX, quando a França era o centro cultural do mundo ocidental: a língua portuguesa, nessa época, viu-se invadida por expressões francesas, quase todas de origem léxica, como *dominó*, *paletó*, *champagne*, *bouquet*, *chance*, *comitê*, *troupe* etc. Algumas dessas palavras, ainda hoje, sobrevivem na língua portuguesa do Brasil, tendo sido absorvidas pelo nosso léxico:

Essa influência à distância não é nova. No caso brasileiro, fez-se, ao longo de quase dois séculos, pelo peso e prestígio da cultura francesa, e, com mais intensidade, a partir dos anos 40 do século XX, pelo peso e prestígio da cultura, da economia e do poderio militar anglo-americano. A difusão e a presença crescente dos meios de comunicação e da chamada “indústria do entretenimento” proporcionam ferramentas de disseminação de matrizes comportamentais (inclusive de comportamentos lingüísticos), irradiando da cultura dominante para as culturas periféricas. (AUBERT, 2001: 166)

Desse modo, o léxico é formado por um fundo comum, que é fixo, por construções vernaculares (derivação, sufixação, parassíntese, composição e prefixação) e por empréstimos de outras línguas, que variam de acordo com o momento social vivido pela nação. Se-

gundo Fiorin, o léxico de uma língua é, assim, “um conglomerado de formas providas de fontes diversas”. (2000: 227)

Entretanto, da mesma forma que os povos dominados recebem empréstimos linguísticos de nações dominantes, estas, de uma maneira mais amena, também apresentam, em seu vocabulário, estrangeirismos. Ou seja, ainda que a adoção de empréstimos seja mais relevante em um determinado lado (dos países dominados), o outro lado, isto é, os países dominantes, também têm, no conjunto lexical, sua porção de palavras importadas. Este fato pode ser incentivado, no caso do Brasil, pelas suas dimensões territoriais e demográficas. A realidade territorial brasileira exige das culturas dominantes, em determinadas circunstâncias, acomodação linguística, a fim de que essas nações possam interagir com o universo brasileiro. (cf. AUBERT, 2001: 170-1)

Exemplificando essa situação, Aubert postula:

Demonstra essa circunstância a designação oficial do Brasil como *Federative Republic of Brazil*, embora um termo mais próximo à idiomaticidade do inglês teria sido *Federal Republic of Brazil*. Do mesmo modo, para permitir à cultura anglo-saxã lidar com a realidade societária brasileira, foi necessário cunhar o termo *quotaholter*, para designar o *sócio-quotista* de uma empresa de responsabilidade limitada, posto que *shareholder* ou *stockholder* gerariam imprecisão, tendentes a ser percebidos como equivalente a *acionista* de sociedade anônima. (2001: 171)

A percepção do conteúdo do léxico nos desautoriza, dessa maneira, a falar em descaracterização, pois os empréstimos linguísticos (e, entre eles, o “tão temível” anglicismo) fazem parte da história e do uso de uma língua.

Diante dos fatos apresentados acima, podemos afirmar que, para justificar o projeto de lei 1676/99, pelo menos um dos argumentos usados pelo deputado Aldo Rebelo não tem fundamentação científica. Ao afirmar que os estrangeirismos estão descaracterizando a língua portuguesa falada no Brasil, o deputado se esquece de que os empréstimos fazem parte da dinâmica da língua, ao mesmo tempo em que refletem a situação de determinado momento histórico do povo que a usa.

Percebe-se também que o deputado não conhece a história da própria língua portuguesa no Brasil (repleta de palavras oriundas de

línguas indígenas e africanas), já que acredita que é possível coibir o fenômeno do empréstimo linguístico, simplesmente proibindo o uso de certas expressões por meio de uma lei.

Por sua vez, o fundo léxico comum, que, juntamente com a gramática formam a base de uma língua, não é afetado pelos estrangeirismos (no caso especial do Brasil, pelos anglicismos). Estes últimos só ocorrem em determinadas “partes mais flexíveis” do nosso vocabulário. Atualmente, podemos citar os meios musical e cinematográfico e, em especial, a Informática, como as fontes mais comuns de anglicismos, dado à intensa influência norte-americana nessas áreas.

Assim, torna-se muito difícil, a curto e médio prazo, evitar o empréstimo linguístico, já que a situação político-econômica mundial faz com que a língua inglesa tenha um maior prestígio em relação às outras línguas. Acrescente-se, ainda, que o empréstimo, de uma certa maneira, é um dos meios de renovação lexical e, em consequência, pode ser considerado, linguisticamente, um recurso pertencente ao fenômeno do enriquecimento de uma língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUBERT, Francis Henrik. Preconceitos linguísticos subjacentes ao projeto de lei n.º 1676/99. In: URBANO, Hudinilson et al. (org.) *Dino Preti e seus temas*. São Paulo: Cortez, 2001.

FIORIN, José Luiz. Política linguística no Brasil. *Gragoatá*, 2000, v. 9, p. 221-31.

O OBJETO DE ESTUDO DA GRAMÁTICA GERATIVA E A CARACTERIZAÇÃO DE CATEGORIA VAZIA

Dimar Silva de Deus (UNISA)

RESUMO

O presente trabalho é uma abordagem do objeto de estudo da gramática gerativa, considerado a partir de um fenômeno que acontece em várias línguas, inclusive em português, e que é denominado de categoria vazia, definido como sendo uma posição sujeito ou objeto foneticamente nula, mas sintática e semanticamente presente. A abordagem de tal fenômeno é feita exclusivamente para evidenciar o fato de que a teoria gerativa, sendo uma teoria mentalista, tem como objeto de estudo a gramática universal, aqui entendida como a gramática internalizada na mente do falante e da qual ele se serve para penetrar a própria língua.

Palavras-chave:

Gramática Gerativa, Gramática Universal, Sintaxe, Categoria Vazia.

INTRODUÇÃO

A tônica de qualquer teoria científica é seu caráter investigativo de fenômenos característicos de determinada ciência. A Ciência da Linguagem, ao longo dos anos, tem sido investigada por várias teorias. Dentre elas, destacamos a teoria linguística da Gramática Gerativa, que vem sendo estudada desde 1957 e cujo objeto de estudo será nossa tônica de investigação.

Para se chegar ao objeto de estudo da teoria gerativa, procuramos considerar um fenômeno existente na língua portuguesa - a categoria vazia -, exemplificando-o, primeiramente, a partir do verbo *entender*, e, em seguida, com exemplos retirados de Cyrino (1996). Após a caracterização do objeto de estudo da Gramática Gerativa, passamos à problemática do conhecimento e da aquisição da língua, com base na dialética existente entre empiristas e racionalistas.

Assim, esperamos que, de algum modo, este estudo possa contribuir para a constatação de que a existência de categorias vazias na posição de sujeito e de objeto é mais um motivo para se considerar a natureza mentalista da teoria linguística da Gramática Gerativa, já que o falante nativo do português é capaz de interpretar tais ausên-

cias fonéticas, acionando o órgão mental da linguagem.

O OBJETO DE ESTUDO

A sociedade tem-se organizado pela linguagem e através dela. Nesse processo, na tentativa de evidenciar o conhecimento lingüístico do homem que fala, várias teorias foram desenvolvidas. Cada uma delas, entretanto, destaca um aspecto da linguagem, elegendo-o como seu objeto de estudo. Nenhuma conseguiu abranger o fenômeno lingüístico em sua totalidade.

Dentre as várias teorias, focamos, neste estudo, a teoria lingüística da Gramática Gerativa. E, dentre os diversos pesquisadores da teoria gerativa, destacamos o trabalho que vem sendo realizado por Noam Chomsky, sem dúvida um dos expoentes das ciências da linguagem na atualidade.

Uma vez que toda teoria lingüística tem um objeto de estudo, podemos afirmar que a Gramática Gerativa ocupa-se, privilegiadamente, da sintaxe das línguas. Mas a sintaxe das línguas não é seu objeto de estudo; é apenas um meio para descrever uma entidade teórica chamada Gramática Universal (doravante GU). Esse é o objeto de estudo da Gramática Gerativa (Vital, 1995).

Raposo (1992, p. 15) assim definiu esse objeto de estudo:

O empreendimento generativo tem como objeto central, por um lado, a caracterização das gramáticas particulares dos indivíduos (correspondendo às várias línguas humanas) e, por outro lado, a caracterização da *Gramática Universal*, entendida como um conjunto de propriedades inatas, biologicamente determinadas, de natureza especificamente lingüística (isto é, não partilhada por nenhum outro sistema cognitivo particular ou geral), e cujo desenvolvimento e maturação, em interação com o meio ambiente, determina uma gramática particular na mente do adulto.

Torres-Morais (1998, p. 128) aborda a questão ao dizer que

Em *Aspects* (1965), Chomsky elaborou um programa de pesquisa que lidava, entre outras, com duas questões intimamente relacionadas, traduzidas nos seguintes termos: (i) qual é a natureza do conhecimento que temos representado em nossa mente e que nos permite produzir e entender as sentenças de nossa língua?; (ii) como esse conhecimento é adquirido?

Quando se fala em GU, alguns pensam em nivelamento geral

das várias línguas particulares, o que não é correto. Não estamos dizendo que as várias gramáticas particulares devam ser idênticas. O que há, isto sim, é a evidenciação de uma gramática que estaria subjacente a todas as línguas, trazendo em seu bojo meios que permitissem a combinação e a relação de termos das diversas línguas, até chegarmos aos níveis de representação, co-ordenados por um conjunto de princípios que torna restrita a combinação desses termos.

Se as gramáticas particulares não são idênticas, mas permeadas por aspectos sintáticos comuns a todas as línguas do mundo, é interessante trabalhar, então, com a noção de parâmetro, pois, na verdade, a GU contém princípios aos quais se associam parâmetros que serão fixados pela experiência e que determinam as possibilidades de variação gramatical das línguas (VITRAL, 1995).

Dizemos, então, que a Teoria de Princípios e Parâmetros, como ficou conhecida inicialmente da teoria gerativa, é um modelo que procura, por sua natureza modular, investigar de forma adequada os princípios que constituem o estado inicial da faculdade da linguagem, bem como sua interação na constituição da gramática particular.

Pela hipótese da GU, a linguagem é inerente aos seres humanos e todos eles estão preparados para desenvolver essa faculdade da linguagem, bastando, para isso, estar exposto a determinada língua. Assim, assume-se que nenhuma língua é ensinada ao ser humano, pois sua aquisição não se restringe a adquirir estruturas linguísticas externas.

Após a exposição primeira à língua, o falante nativo, de posse da GU, vai ampliando seus conhecimentos linguísticos. Podemos dizer, então, que a Gramática Gerativa se preocupa com a gramática subjacente, que nada mais é do que essa gramática internalizada que nós, falantes nativos, temos de nossa língua e que sabemos manejar adequada e intuitivamente, inclusive. Entretanto, o falante não precisa descrever ou explicitar essa mesma gramática implícita, que maneja, competindo tal trabalho à lingüística gerativa.

Em Chomsky (1986 e 1988), discutem-se os conceitos de Língua-I, ou seja, língua internalizada, e de Língua-E, que é a língua externa. A Língua-I seria o estágio inicial, também conhecido como

competência gramatical, sistema computacional ou gramática internalizada, constituindo-se um fenômeno individual, um sistema representado na mente-cérebro de um indivíduo particular. É, assim, um objeto mental, o próprio saber que as pessoas têm de sua língua, enquanto língua materna. Ao contrário, a Língua-E pode ser entendida como o conjunto de estruturas partilhadas por uma comunidade de fala, ou seja, é o conhecimento linguístico compreendido independentemente das propriedades da mente-cérebro do falante nativo de determinada língua. Portanto, a Língua-E pode ser definida como a totalidade de enunciados que um indivíduo é capaz de aprender numa comunidade de fala (Deus, 2003).

Portanto, a gramática de uma língua é o estado de saber linguístico dos falantes que têm essa língua como língua materna

Um dos aspectos fundamentais da teoria gerativa é que ela procura fazer a descrição do que se passa com os falantes no que diz respeito ao trabalho criativo da língua, demonstrando clara capacidade de generalização e pondo em evidência regularidades subjacentes antes ignoradas. Assim procedendo, a Gramática Gerativa permite a caracterização de noções como gramaticalidade, agramaticalidade e ainda o grau de gramaticalidade em questão.

Em se tratando da Sintaxe da língua, por exemplo, uma teoria científica de organização sintática das sentenças deve, antes de mais nada, observar todas as sentenças que efetivamente são próprias da língua, sem ignorar nenhuma delas (MIOTO *et al*, 1999).

Portanto, aqui não é bem-vinda a dicotomia frase correta / incorreta da Gramática Tradicional, mas sim a dicotomia frase bem-formada / malformada, uma vez que uma frase taxada como incorreta por alguns gramáticos pode, simplesmente, estar bem-formada, fazendo parte, inclusive, do *corpus* da língua. Considerem-se os exemplos:

1. *O a ama esposa marido*
2. *O marido ama a esposa*
3. *A esposa ama o marido*
4. *A esposa é amada pelo marido*

Pela nossa experiência de falantes nativos do português, percebemos claramente que há problemas de significação, decorrentes da sintaxe, na sentença (1), que não aparecem nas sentenças (2-4). Dizemos que, se as palavras são arrumadas como em (1), não constituem uma sentença significativa, mas sendo arrumadas como em (2), (3) e (4) formam sentenças significativas.

Ou seja, os exemplos de (1-4) mostram que a má-formação em (1), em oposição à boa-formação das demais, evidencia que o falante nativo do português sabe que, em sua língua, com um número finito de palavras, pode-se formar um número infinito de sentenças, mas que existem regras e princípios que determinam a ordenação das palavras. Seu conhecimento revela, também, um dicionário mental com informações a respeito das categorias gramaticais, o que lhe permite saber que certas formas pertencem, por exemplo, à categoria verbo, e outras, à categoria nome.

Estamos diante do princípio da recursividade da linguagem: com elementos finitos (palavras) é possível gerar frases infinitas. Tais frases poderão estar bem/malformadas. Há, então, a necessidade de filtros que provem estar bem/malformada determinada frase. Tais filtros são os princípios.

Para Torres-Morais (1998), a idéia é que um dado princípio pode ser instanciado de forma ligeiramente diversa, ou seja, através de parâmetros que diferem minimamente.

Observando o comportamento das línguas, percebe-se que há regras que fazem parte do conhecimento gramatical interno do falante. Chomsky (1981), ao tratar da concepção modular da mente humana, defendendo que esta é formada por módulos autônomos, cada um deles caracterizado por princípios e representações específicos, argumenta que, se o falante tem um conhecimento gramatical interno, tais regras não são formadas partindo do exterior, ou seja, das propriedades absolutas das expressões linguísticas, para o interior, isto é, a mente humana e suas capacidades linguísticas altamente específicas.

Assim sendo, novamente, podemos citar Raposo (1992: 18):

Insistimos em particular na natureza 'mentalista' da teoria, isto é, na concepção de que o seu objeto de estudo consiste num sistema de regras

e princípios radicados em última instância na mente humana, e não em propriedades absolutas das expressões lingüísticas consideradas em si mesmas, ou consideradas como um aspecto particular do comportamento humano, independente das propriedades mentais subjacentes à sua produção e compreensão.

Qual seria, então, o papel da mente humana no processo de aquisição da linguagem?

A resposta consiste em saber, fundamentalmente, como a gramática se desenvolve na mente do falante e em que base. E é uma das questões do debate epistemológico de maior projeção no pensamento filosófico e lingüístico ocidental.

EMPIRISTAS X RACIONALISTAS

Há grande controvérsia entre duas posições que se contra-põem acerca do papel da mente humana na aquisição do conhecimento: a posição empirista e a posição racionalista. Mais especificamente para nossa discussão, sobre o objeto de estudo da Gramática Gerativa, considerando qual é o papel da mente humana na aquisição da linguagem pela criança.

De um lado, está o que usualmente chamamos de Tradição Empirista, que se consolidou através do behaviorismo norte-americano, no que respeita à aquisição do conhecimento em geral, e mais especificamente por Skinner⁴, quanto à aquisição da linguagem.

A Tradição Empirista acredita que o desenvolvimento da linguagem tem base em causas externas à mente humana. A linguagem seria, assim, mera questão de aprendizagem a partir da interação da criança com as pessoas que com ela convivem, constituindo um sistema exterior a ela. Skinner afirma ser a observação, a memorização, a generalização indutiva, a associação e outros fatores os ingredientes necessários à aquisição de uma língua. Bastaria, então, uma aprendizagem de hábitos de comportamento verbal para sua aquisi-

⁴ B. F. Skinner, professor de psicologia da Universidade de Harvard, foi um dos eminentes e influentes defensores da psicologia behaviorista. Em seu livro *Verbal Behavior* (1957), faz a mais pormenorizada tentativa de explicar a aquisição da linguagem dentro da estrutura de uma teoria do aprendizado behaviorista (Lyons, 1974).

ção. A mente humana agiria somente no sentido de organizar os conhecimentos adquiridos, parecendo não existir princípios e estruturas especificamente dirigidos para a aprendizagem das línguas.

Do outro lado está a Tradição Racionalista, que propala ser a mente humana fundamental na aquisição da linguagem. Se Skinner afirma ser a aquisição algo externo à mente humana, temos Chomsky a afirmar que existem princípios e estruturas mentais de conteúdo especificamente lingüístico, inclusive com caráter biológico, exclusivos da espécie humana, como uma herança genética.

Eis as palavras de Chomsky (1981:52):

A abordagem ao estudo da mente e da linguagem que proponho abre diversas perspectivas de estudo sobre a natureza e a organização das estruturas mentais e o modo como se desenvolvem. Não deveríamos excluir a possibilidade de que o que normalmente consideramos conhecimento lingüístico talvez consista em sistemas cognitivos bem diferentes que interagem no desenvolvimento cognitivo normal.

Isto equivale a dizer que, para a Tradição Racionalista, adquirir uma língua pressupõe possuir um órgão mental biológico que deverá ser, antes de mais nada, maturado e desenvolvido. Processar-se-ia, a partir daí, a aquisição da linguagem.

Enquanto empiristas, como Bloomfield⁵, acentuam a diversidade das linguagens humanas, Chomsky enfatiza suas similaridades, procurando, com isso, realçar a existência da GU.

Entretanto, existe uma interação entre a mente e outros fatores externos. A concepção racionalista não nega que o ambiente no qual a criança está inserida seja partícipe na aquisição da linguagem. A exposição à experiência lingüística é também importante no processo de aprendizagem, uma vez que a criança necessita dessa experiência para dar início à construção da gramática interna da língua materna.

⁵ Leonard Bloomfield empenhou-se por tornar a lingüística uma disciplina autônoma e científica. Com isso, todos os dados que escapavam ao seu entendimento do que é científico, eram deliberadamente rejeitados como não sendo diretamente observáveis ou fisicamente mensuráveis. Em *Language* (1933), adotou explicitamente o behaviorismo como estrutura geral para a descrição lingüística (Lyons, 1974).

Essa exposição permite, ainda, que a criança adquira o vocabulário de sua língua.

AS CATEGORIAS VAZIAS

Procurando realçar a idéia de que existe, de fato, uma GU subjacente às gramáticas particulares que ela está internalizada no falante, radicada, isto sim, em sua mente, passamos a abordar a questão da existência de um fenômeno chamado categoria vazia, que nada mais é do que um ou mais constituintes foneticamente nulos, mas sintática e semanticamente presentes.

Observemos as frases:

(5) a. *José é muito estúpido para – entender a gente.*

b. *José é muito estúpido para a gente entender*

Nas frases acima, segundo a definição de categoria vazia, podemos detectar o mencionado fenômeno duas vezes: uma categoria vazia na posição de sujeito do verbo entender (5a), e outra na posição de objeto desse mesmo verbo (5b).

A interpretação das frases acima, e de outras desse tipo, não fica prejudicada, de maneira alguma, pela ausência de material fonético que constituiria o sujeito (5a) ou o objeto (5b). Na verdade, todos os falantes são capazes de interpretar perfeitamente as frases, bastando atribuir uma referência à categoria vazia, da seguinte maneira:

(5) a'. *José é muito estúpido para (José) entender a gente.*

a''. *José é muito estúpido para (ele) entender a gente.*

b'. *José é muito estúpido para a gente entender (José).*

b''. *José é muito estúpido para a gente entendê(-lo).*

b'''. *José é muito estúpido para a gente entender (ele).*

Percebemos, então, que algum parâmetro da língua possibilita ao verbo entender, e também a outros, apresentar uma categoria va-

zia ou na posição de sujeito, ou na posição de objeto. Contudo, parece-nos inconcebível que duas categorias vazias se aplicassem simultaneamente ao verbo entender, sem acarretar prejuízo quanto à interpretação. Poderíamos, do ponto de vista sintático, considerar agramatical a seguinte sentença:

(5) c. **José é muito estúpido para – entender –*.

Conclui-se que a ausência do material fonético não implica ausência de estrutura sintática ou correlato semântico em (5a) e (5b), e que o mesmo não ocorre em (5c).

Lobato (1988), ao postular sobre a categoria vazia na posição de sujeito, pondera que é o tempo que atribui o nominativo ao sujeito, porque a regra geral é nunca se ter um sujeito manifesto quando a oração não tem tempo.

Por outro lado, quando a oração tem tempo, existe uma escolha entre dois fatos possíveis: ou se ter sujeito expresso, ou lançar mão de uma categoria vazia na posição de sujeito, quando a língua admite tal escolha, pois essa categoria vazia teria seu conteúdo identificado pelos traços flexionais do verbo.

Cyrino (1996) observa que podemos considerar o fenômeno da categoria vazia nas posições de sujeito e de objeto como uma questão pragmática, ou seja, tanto sujeito quanto objeto são facilmente detectáveis a partir de uma interpretação no contexto pragmático.

Além do português, em inglês tal fato é bastante operacional, no que respeita à categoria vazia na posição objeto.

Compare os exemplos trabalhados por Cyrino:

(6) a. *Compre – !*

b. *Send – by mail. ('Envie pelo correio')*

Tanto em (6a) quanto em (6b) o que será comprado e o que será enviado pode ser inferido através do contexto pragmático da comunicação que se está processando.

A lingüista cita, ainda, o caso de a categoria vazia poder acontecer mesmo quando não existe identidade dos verbos presentes

na construção.

Assim:

(7) a. *João descascou a banana, mas Pedro não descascou* –.

b. *João descascou a banana, mas Pedro não comeu* –.

Podemos afirmar que a identidade verbal (descascou = descascou, mas descascou ≠ comeu) não é condição *sine qua non* para que se processe o fenômeno em análise.

A mesma autora, inclusive, elenca um exemplo de Camões, para mostrar que tal construção já ocorria no século XVI:

(8) *Ninguém venda a liberdade*

Pois não póde resgatar –. (Camões, séc. XVI, El-Rei Seleuco)

Por fim, citamos o exemplo (9), para mostrar que a categoria vazia, na posição objeto, pode referenciar toda uma sentença.

(9) *Eu fui ganhar a chave com 19 anos. Eu conto – pra todo mundo.* (Duarte, 1986, *apud* Cyrino, 1996)

Numa tentativa de explicação, no caso de categoria vazia na posição de objeto, podemos dizer que, não sendo possível, ou não querendo usar o clítico acusativo de 3.^a pessoa (o, a, os, as), ou a forma lexical (ele, ela, eles, elas), em certos contextos, o falante acaba por optar pela possibilidade de construção com categoria vazia, o que em nada altera o entendimento sentencial.

Sumariando, dizemos que a observação desse fenômeno linguístico somente nos faz perceber, de maneira mais clara, a abstração que ocorre na mente do falante. Isso favorece inscrever a posição da Gramática Gerativa como uma teoria linguística mentalista, cujo objeto de estudo é a GU, internalizada na mente humana e propulsora incondicional na aquisição da linguagem. A criança não necessita que lhe ensinemos a estrutura de uma língua, pois essa ela se encarrega de desenvolver, sem necessidade de instrução, e por ela mesma, de uma maneira muito mais rica e natural do que aquilo que propõe

qualquer teoria lingüística em voga. Basta que lhe ofereçamos os meios propícios que permitam desenvolver, ao máximo, suas potencialidades lingüísticas, a saber, leitura, conversação, prática da escrita, entre outros (Deus, 2003).

CONCLUSÃO

Tendo em vista a controvérsia entre a Tradição Empirista e a Tradição Racionalista acerca da aquisição da linguagem, pudemos, através da constatação da existência de categorias vazias na posição de sujeito e de objeto, perceber a natureza mentalista da teoria lingüística da Gramática Gerativa. Seu objeto de estudo - a caracterização da GU - foi aqui privilegiado, constatando-se que há razões que fazem parte do conhecimento gramatical interno do falante. Isto nos leva a crer que a aquisição da linguagem é algo que se processa, *a priori*, na mente do falante, considerando que o ser humano tem capacidades lingüísticas altamente específicas. Não desconsideramos, entretanto, que o meio ambiente é coadjuvante neste grande processo de aquisição da linguagem pelo ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOMSKY, N. *Regras e representações*. Tradução Marilda W. Averborg, Paulo Britto e Regina Bustamante. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

———. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.

———. *Language and problems of knowledge*. The Managua Lectures. Cambridge: The MIT Press, 1988.

CYRINO, Sônia M. Lazzarini. O objeto nulo do português brasileiro. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 221-238, jul./dez. 1996.

DEUS, Dimar S. de. *O gênero do nome em português: interface entre a morfologia e a sintaxe*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Dissertação de Mestrado)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

LOBATO, Lucia M. P. O princípio das categorias vazias: evolução e tendências. *D.E.L.T.A.*, v. 4, n. 2, p. 225-263, jul./dez. 1988.

LYONS, J. *As idéias de Chomsky*. Tradução Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1974.

MIOTO, C., FIGUEIREDO SILVA, M. C. & LOPES, R. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999.

RAPOSO, E. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

MORAIS, Maria Aparecida C. R. Torres de. Para uma abordagem diacrônica do português brasileiro. In Ataliba T. de Castilho (org.) *Para uma história do português brasileiro*. V. 1: Primeiras Idéias, p. 121-140, 1998.

VITRAL, L. *Princípios e parâmetros: pressupostos filosóficos da gramática gerativa*. Belo Horizonte: UFMG, 1995, (mimeo).

**O TEXTO LITERÁRIO
SOB UMA PERSPECTIVA LINGÜÍSTICO-EXPRESSIVA:
A LEITURA E A LÍNGUA PORTUGUESA EM QUESTÃO**

Maria Teresa Gonçalves Pereira (UERJ)

RESUMO

O texto literário apresenta-se como *corpus* ideal para que se vivencie a língua materna em todas as suas possibilidades, estabelecendo uma relação de empatia que redunde em conhecimento e prazer. Os recursos expressivos da Língua Portuguesa em seus vários planos: fonológico, morfossintático e léxico-semântico dão forma à linguagem literária, resgatando o jogo verbal no que tange, não só à correção e à adequação, mas à inventiva lingüística.

Palavras-chave: texto literário; fatos da língua; expressividade

Os ortodoxos ainda acreditam que a linguagem de se escrever para crianças, jovens e adultos deve ser calcada em modelos tradicionais, com registro culto, com concordâncias, colocações e regências respeitadas e vocabulário erudito. O objetivo desse perfil lingüístico proporcionaria aos leitores condições de aprimoramento da Língua Portuguesa.

Não nos incluímos nessa categoria, razão pela qual temos algumas idéias diferentes sobre como pode(m) ser verdadeiramente instigante(s) a(s) linguagem(ns) utilizada(s) nos livros de literatura.

Quando se pensa em Literatura, se pensa fundamentalmente na história do livro, no seu conteúdo. Quase sempre se deixa em segundo plano a linguagem.

Não nos esqueçamos, porém, da relação intrínseca em que vivem história e linguagem num texto destinado a qualquer tipo de público, motivo suficiente para que estejam no mesmo nível.

São duas faces da mesma moeda, como já dizia Saussure em relação ao signo lingüístico: o significante e o significado.

Pensando no livro, podemos fazer um paralelo: o conteúdo/significado tem como expressão/significante, a linguagem, a forma de que o autor se utiliza para tornar pública, entendida e aprecia-

da (ou não) a sua história. Assim, é lícito supor que a linguagem torna-se fundamental na análise crítica de qualquer livro.

Recuando no tempo, observamos que inicialmente havia as traduções, baseadas numa língua convencional, para que as crianças se mirassem em modelos lingüísticos tradicionalmente aceitos, passando, então, a copiá-los na modalidade escrita e, sempre que possível, na oral. Até os próprios autores nacionais da época demonstravam a mesma preocupação em seus textos.

Monteiro Lobato provocou uma verdadeira revolução na literatura infantil não só em termos de conteúdo — pela sua intensa brasilidade — como pela linguagem original e criativa, eminentemente coloquial, repleta de gírias, brasileirismos, construções inusitadas, com particular ênfase nos neologismos, muitos dos quais antológicos. Isto, é bom lembrar, em 1921, por ocasião do lançamento de *A Menina do Narizinho Arrebitado*, depois *Reinações de Narizinho*.

Para combinar com todas as tendências em se tratando de conteúdos na Literatura Infanto-Juvenil contemporânea, só vemos um caminho em nossos dias: que a linguagem seja inovadora, reflexo do seu tempo, totalmente divorciada dos *inhos* que menosprezam a inteligência da criança e do purismo exacerbado que revela uma realidade distorcida.

O autor de talento, ou porque conhece a fundo o sistema lingüístico ou porque se apóia em sua sensibilidade e intuição ou ainda pela soma de ambos, deve expressar-se através de todos os meios que a língua oferece: fônicos, como onomatopéias, aliterações, estruturas sonoras motivadas; morfo-lexicais, como formação de palavras; léxico-semânticos, como polissemia, decodificações, caracterizações; sintáticos, como ordem das palavras, estruturas frasais, numa harmonia bem trabalhada para gerar expressividade, nada parecendo artificial ou gratuito.

Somos adeptos de uma mistura saudável de recursos, trazendo “oxigenação” à Língua Portuguesa. Longe de empobrecê-la ou descharacterizá-la, a manipulação lingüística exercida com genialidade e conhecimento lhe dará feição nova, ressaltando seu potencial expressivo. São bem-vindos os neologismos (morfológicos e semânticos), as gírias (e conseqüentemente o palavrão bem aplicado), os brasilei-

rismos, as construções abreviadas e frases curtas ao lado de construções elaboradas, vocábulos até eruditos, períodos bem formados, numa conjugação equilibrada artesanalmente cujo objetivo será encaixar, como num quebra-cabeça, fenômenos lingüísticos aparentemente tão diversos.

A linguagem é, na verdade, a chave que abrirá as portas para o leitor de um mundo novo, desconhecido, mas repleto de perspectivas fantásticas. Caso tal código não seja adequadamente escolhido, as intenções se perderão pelos caminhos.

Não nos julgamos capazes de falar de expressão ignorando o conteúdo. Como tratar de linguagem, omitindo o que lhe serviu de motivação? Destacar a Língua Portuguesa na Literatura Brasileira é, antes de mais nada, ratificar que, para uma tal Literatura, se torna necessário um código eficiente, mas estimulante.

Por meio da linguagem, a literatura se concretiza. A palavra é o instrumento de que se utiliza o escritor para transmitir seu pensamento; por isso, manipulá-la criativamente, mas com clareza e eficiência é o desafio proposto. A língua somente cumpre sua função se atinge um grande número de indivíduos que apreendem sem ambigüidades as mensagens por ela concatenadas, revelando-se perfeito instrumento de comunicação. Entendemos que hermetismo não traduz qualidade nem consistência. Além desse objetivo prioritário – funcional – também poderá tornar-se expressiva, com finalidade estética, proporcionando as mais agradáveis e genuínas sensações aos que a escutam, escrevem ou lêem.

Tratando-se da criança, o leitor do futuro, cremos que a boa literatura tem de acompanhar seu crescimento. Ao dominar a palavra escrita, irá acostumando-se com ela, explorando-lhe as possibilidades, desvendando os seus mistérios, tendo prazer no seu convívio.

A manipulação lingüística adequada dos que instrumentam o *corpus* da Literatura como criadores do material utilizado determina toda a incorporação do texto ao *modus vivendi* do leitor.

Qualquer erro de avaliação pode transformar-se em desastre, o que acontece com grande parte da produção destinada ao público infante-juvenil: ou há subestimação do destinatário (o leitor), dando-lhe material envolto numa linguagem pueril ou há superestimação

através de um falso aparato retórico. Ambas têm resultados negativos, afastando o público ao invés de cativá-lo.

A linguagem se produz de modo integral quando intervêm as estruturas fonológica, morfossintática e semântica, ocorrendo, tanto na criança quanto no adulto. A diferença prende-se aos modelos que se geram, um não sendo inferior ao outro, mas diferentes.

Crianças, jovens e adultos devem ser atraídos pela linguagem no que possa apresentar de lúdico ou poético através do trocadilho inteligente, das imagens sutis, da paródia, do *nonsense*, dos fenômenos da polissemia e da homonímia, (re)discutindo o provisório da significação e conhecendo alternativas de usar a Língua Portuguesa de forma plena, sem peias nem limitações a normas que reduzem e simplificam o fazer lingüístico.

A criatividade buscada na linguagem encontra-se na maneira de trabalhar, combinar e (re)aproveitar a imensa gama de recursos lingüísticos da língua materna, sendo criado, pelo escritor, um sistema eficiente, mas, sobretudo, instigante e original. As combinações lingüísticas engendradas resultam em marcas próprias que alcançam efeitos surpreendentes com fatos da língua simples e comuns, mas operacionalizados com mestria.

A palavra, considerada em diferentes níveis, numa abordagem lingüística plena, será apreciada, mesmo inconscientemente, porque possibilitará divertimento, aliado à sensibilidade. O texto, com tal tratamento, sem dúvida, "pegará pelo pé" o leitor mais resistente, envolvendo-o e conquistando-o definitivamente para manter viva a Língua Portuguesa nos seus variados desdobramentos e alternativas, sem teorias ou conceitos, apenas pela leitura atraente, passando, de maneira subliminar, um conhecimento, às vezes, não internalizado na escola.

Deve ter reconhecida qualidade (literária) o discurso apresentado nos textos assentado sobre as bases tradicionais da língua, revitalizado por enfoque lingüístico inovador, antenado a um mundo em permanente mudança.

Os autores que se encaixam nesse perfil são verdadeiros artífices da palavra, trabalhando-a artesanalmente, garimpando, na infinita gama de possibilidades lingüísticas, aquelas que vão instaurar o

toque mágico que abrirá corações e mentes. Erra quem assevera que os leitores de todas as idades não se interessam pela boa “escritura”, acostumados ao discurso fácil, vazio e redundante. Não gostam é da retórica empolada e hermética.

Esses autores apresentam domínio das estruturas de seu idioma, revelando escolhas expressivas o bastante para encantar e "aliciar" com elegância e sutileza, sem perder de vista jamais a simplicidade, a clareza e a objetividade. Buscam uma renovação constante, dinamizando a língua, explorando-lhe ao máximo as potencialidades, as suas diversas realizações, no nível gramatical e das idéias, não se prendendo ao convencional, apenas reavaliando-o, reaproveitando-o ou, a partir dele, apresentando novas propostas.

A crítica parece inevitável: ou as pessoas se posicionam a favor de uma língua culta que sirva de modelo ao “falar e escrever bem” ou acompanham os novos tempos, com as crianças e os jovens, livres, principalmente, para escolherem o melhor caminho em relação à língua materna.

O registro dos textos em questão deve ser do tipo “coloquial elaborado”, o tom da conversa natural e relaxada, mas capaz de altos vôos de inventiva idiomática. O autor/escritor com lastro optará pelo tratamento adequado nesta ou naquela situação, articulando harmoniosamente os fenômenos lingüísticos fornecidos pela língua. Sua intuição lingüística e natural pendor artístico dirigirão o texto para a (re)criação lingüística, para um maior rigor gramatical, ambas as tendências ou ainda qualquer outra solução. A dose certa, o "know how" é da competência de quem escreve.

Tal elaboração mencionada não se concretiza por meio de idéias mirabolantes, vocabulário erudito ou construções preciosas; consegue-se quando o texto é produzido com gênio peculiar, embasado numa postura lingüística que lhe permita buscar expressões próprias com a noção exata dos seus limites.

Torna-se irrelevante a intencionalidade. O fato inquestionável é que pertence à consciência lingüística do escritor. Através de um prisma particular, utiliza-se das regras, das normas nas quais a língua repousa, criando, não no sentido de inovar por inovar, sacrificando, às vezes, uma estrutura equilibrada e eficiente. Regem-no o bom

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

senso para revitalizar quando for possível — e necessário — posturas lingüísticas desgastadas, apoiando-se na qualidade literária do texto.

A gramática de uma língua concretiza-se funcional e esteticamente através de textos com tendências e tipos os mais diversos em se tratando de linguagem. A qualidade e a excelência do material lingüístico não passa pelo critério só do popular, do erudito, do fácil, do difícil, do inovador ou do tradicional. Podemos — e devemos — ser vários em um.

No momento em que se lê com deleite, num exercício de pura fruição, conjugando-se a história ao modo de contá-la, consegue-se algo que talvez parecesse impossível: transformar a Língua Portuguesa – na percepção de tantos enfadonha, difícil e pouco digerível nas suas regras e limites – em instrumento de imenso prazer e enriquecimento interior.

Na Literatura Brasileira contemporânea existem várias obras que resgatam essa língua materna ainda tão estigmatizada, mostrando-a em toda sua pujança e beleza.

OVÍDIO E A PÔNTICA II, 5

Mariza Mencalha de Souza

RESUMO

A elegia floresceu em Roma no século de Augusto e teve em Ovídio, célebre pelas suas *Metamorfoses*, um de seus mais ilustres representantes, cuja produção poética se divide em versos de amor, composições eruditas e poemas do exílio. A tradução e análise da *Pôntica II, 5* servem de modelo para ilustrar uma dessas facetas da obra de arte ovidiana.

Palavras-chave: Ovídio, elegia, amor, eruditismo, exílio, Pônticas.

INTRODUÇÃO

A literatura latina, rica e variada sob diversos aspectos, legou à posteridade, como símbolo de sua riqueza e versatilidade, dentre seus muitos escritores, nomes célebres como o de Virgílio, o de Horácio, aos quais não podemos ainda deixar de acrescentar o de Ovídio, que soube, ao lado de tantos outros poetas romanos, imprimir aos seus versos o tom, a cor, numa palavra, os matizes da jovialidade, da alegria, mas também os da dor que experimentou, a partir do exílio. É, sobretudo, essa dupla alma, a jovial e a dilacerada, acrescida de sua variada produção poética, que confere esse aspecto versátil à arte ovidiana, como veremos, com base no esboço de sua vida e obra e, particularmente, na análise de uma de suas *Pônticas*.

A ELEGIA

A elegia, na Grécia, estava associada a uma forma métrica, o dístico elegíaco, composto de um hexâmetro e de um pentâmetro. Servia este metro para expressar os mais diversos estados d'alma e era usado nos cantos fúnebres, exaltação da pátria, epigramas, epítáfios, sátiras e em outras formas de expressão poética. Em Roma, a elegia adquiriu estatuto de gênero literário, com Tibulo, Propércio e Ovídio, que empregaram o metro grego para cantar, sobretudo, o amor. Para maiores detalhes sobre o assunto, consultar o nosso artigo "A arte de amar na *Elegia I, 4* de Tibulo", publicado na revista *Principia*, nº 10, do Instituto de Letras-UERJ, 2003.

VIDA E OBRA

Ovídio (Publius Ovidius Nasus) nasceu em Sulmona, na Itália, em 43 a.C., e morreu em Tomos em 18 d.C., no exílio, quatro anos após a morte de Augusto. Pertencia a uma família de classe eqüestre e desfrutava uma vida despreocupada, pois herdara de seus pais uma casa de residência em Roma. Além disso, possuía algumas terras e propriedades em Sulmona, cujas rendas lhe asseguravam tranqüilidade financeira.

Ainda muito jovem, foi para Roma, onde começou seus estudos de eloqüência, gramática e direito. Com os mestres de retórica Arélio Fusco e M. Pórcio Latrão, iniciou-se nos exercícios da oratória. Após concluir os estudos, fez algumas viagens. Foi à Grécia e Ásia Menor, onde se aperfeiçoou nas Letras e na Filosofia. Ao retornar da Ásia, permaneceu um ano na Sicília.

Na capital do Império, exerceu alguns cargos públicos. Iniciou-se na advocacia com êxito e, como magistrado, revelou-se correto e imparcial no julgamento das ações públicas. Teve também oportunidade de exercer a função de senador, mas não se interessou pela carreira política. Na verdade, não tinha vocação para o exercício dessas atividades públicas. Sua inclinação estava voltada para o culto da poesia. Numa de suas elegias, ele mesmo afirma: “Inque suum furtim Musa trahebat opus:/Et quod temptabam dicere, versus erat”.

Para Ovídio, a poesia era tudo. O poeta sentia-se feliz com os seus versos, compostos na tranqüilidade do lar e não precisava, em troca do *status* social e de mais algumas rendas, abandonar o seu talento poético. Era bastante afortunado. Sua situação financeira garantia-lhe uma vida plena de prazeres junto aos amigos do círculo literário, como Tibulo, Propércio e Horácio e, além disso, gozava de um convívio harmonioso na galante sociedade romana, que receberia bem seus primeiros versos da obra *Amores*.

Casou-se três vezes, porém só encontrou a felicidade conjugal no amor com Fábía, sua terceira mulher, que se revelou uma esposa muito terna, partilhando da dor e da angústia do marido desde sua partida para o exílio, em 8 d.C., por ordem do imperador Augusto Otaviano. O poeta foi banido para as margens do Mar Negro, em Tomos, tendo sido afastado de tudo e de todos e, principalmente, de

sua pátria querida.

A *Ars amatoria* é apontada como uma das razões do exílio de Ovídio, mas outras hipóteses também foram levantadas para justificar o desterro do poeta, daí o caráter enigmático desse ato tão cruel de Augusto. Marmorale (s/d: 251) assim se expressa: “O exílio de Ovídio (visto que a expatriação não fora senão um exílio dissimulado) é um dos mistérios da Antigüidade”.

Mais do que um mistério, o exílio de Ovídio foi uma ruptura e um marco que imprimiram à sua poesia um novo rumo e um novo tom, determinando sua divisão em três grupos: poemas de amor (*Amores*, *Heróides*, *Ars amatoria* e *Remedia amoris*), eruditos (*Metamorfoses* e *Fastos*) e do exílio (*Tristia*, *Epistulae ex Ponto*, *Íbis* e *Haliêutica*).

Os *Amores*, escritos entre 23 e 14 a.C., compreendiam originalmente cinco volumes, convertidos, mais tarde, em três. Neles, constituídos de elegias erótico-amorosas, o poeta canta seu amor por Corina, personagem de cuja existência se duvida, sendo talvez uma criação artística de Ovídio. A obra, livro de estréia do autor, teve boa acolhida pelo público e, após sua publicação, o poeta tornou-se célebre nos círculos mundanos de Roma.

As *Heróides* foram compostas na mesma época dos *Amores* e encerram uma coletânea de vinte e uma cartas, em versos elegíacos, algumas escritas por heroínas da mitologia grega aos seus amantes, maridos e pretendentes e, outras, ao contrário, pelos heróis do mito grego às suas amadas. Embora nas *Heróides*, Ovídio tenha se inspirado em fontes gregas e latinas, o tratamento variado e o tom diferente contidos nessa obra conferem-lhe um caráter original, resultante inclusive da mistura dos elementos da tradição literária e retórica.

A *Ars amatoria*, três volumes escritos em dísticos elegíacos, constitui um verdadeiro manual de sedução. Nessa obra de cunho didático, Ovídio ensina aos homens e às mulheres os métodos de sedução e os artifícios inerentes ao jogo do amor, tratando-os de maneira fina e espirituosa, sem resvalar para o obsceno.

Os *Remedia amoris* constituem uma resposta às críticas dirigidas à *Ars amatoria* e neles, Ovídio ensina aos jovens desencantados modos de reagir a uma frustração amorosa. São escritos no

mesmo estilo e na mesma linguagem da *Ars amatoria* e apresentam igualmente aspecto didático.

Todos esses poemas de amor foram elaborados durante a juventude de Ovídio, fase em que sua vida era cheia de encanto, e seu espírito, radiante de alegria. Pertencem ainda a esse período *Medea* e *De medicamine faciei feminae*. A primeira, tragédia provavelmente inspirada em Eurípidés, se perdeu. Da segunda, só possuímos alguns fragmentos.

Já as *Metamorfoses* e os *Fastos* são criações da fase de maturidade de Ovídio, momento em que sua veia poética encontrava-se no auge.

As *Metamorfoses* inspiram-se nos poetas alexandrinos, como Calímaco, Nicandro de Colofão, Partênio de Nicéia e também em Virgílio. Abrangem quinze livros escritos em versos hexâmetros, nos quais o poeta narra, com profusão de detalhes, os acontecimentos míticos e históricos, desde o caos e a origem do universo até a apoteose de Augusto. Caracterizam-se, principalmente, pela variedade de elementos e pela linguagem rebuscada, comprovando assim a erudição e o talento de Ovídio. A esse respeito, Marmorale (s/d: 255) tece o seguinte comentário: "... a sua fantasia (...) era mais que nunca adequada à variedade, que lhe permitia passar do riso ao pranto, da tragédia à farsa, e de pôr em evidência a sua paleta rica de cores e dos mais raros matizes".

Os *Fastos*, inspirados, sobretudo, nos *Aitia* de Calímaco e em Propércio, são um poema didático no qual Ovídio pretendia descrever, em doze livros, as festividades cívicas e religiosas do calendário romano. Devido ao seu exílio, contudo, a obra foi interrompida com apenas seis livros.

As *Metamorfoses* anunciavam a própria metamorfose da vida do poeta. Aqueles dias felizes e descontraídos dos *Amores* e da *Ars amatoria* cederam lugar à tristeza, e o poeta passa definitivamente do riso ao pranto, com a composição dos *Tristia* e das *Epistulae ex Ponto*, elaborados no exílio, onde escreveu também *Íbis* e *Haliêutica*.

Os *Tristia*, compostos entre os anos 9 e 12 da nossa era, compreendem cinco livros de elegias, nos quais Ovídio narra, em tom dolente e amargurado, a viagem para o exílio, desde sua partida até a

chegada à região inóspita de Tomos, da qual o poeta descreve muitos detalhes.

As *Epistulae ex Ponto*, em quatro livros, reúnem as cartas de Ovídio endereçadas aos seus familiares, amigos e personalidades influentes, aos quais o poeta se dirige em tom lamentoso e suplicante, para pedir-lhes ajuda e queixar-se das terríveis condições da região em que se encontrava exilado.

Ripert (s/d: I) define os *Tristia* e as *Epistulae ex Ponto* como “le journal d’un exilé au début de notre ère”. E nisso concordamos com o autor. Essas duas obras constituem, de fato, um livro aberto em que o poeta relata todos os momentos amargos do seu exílio.

Íbis é uma obra panfletária, na qual Ovídio se insurge contra um advogado, ex-amigo seu, que o difamara. Contém 642 versos inspirados em Calímaco. *Haliêutica*, de natureza didática, constitui um poema sobre a pesca, do qual nos restam apenas alguns fragmentos.

EPISTULAE EX PONTO

As *Epistulae ex Ponto*, escritas em versos elegíacos, tal como os *Tristia*, foram compostas durante o exílio de Ovídio, em Tomos. Encontram-se reunidas em quatro livros e constituem um total de 46 cartas enviadas pelo poeta, entre 13 e 16 d. C., para diversas pessoas: sua esposa, seus amigos e personalidades importantes. Alguns desses destinatários figuram nos *Tristia*. É o caso, por exemplo, de M. Arelíus Cotta Maximus, melhor amigo de Ovídio, segundo o pesquisador francês J. André, tradutor de sua obra.

Outras cartas não apresentam o nome do destinatário. Isso ocorre, por exemplo, nas epístolas III, 6 e III, 7. A primeira é endereçada *ad amicum celato nomine*, na qual Ovídio roga a clemência de Augusto. A segunda constitui uma epístola coletiva, em que o poeta se revela decepcionado com os amigos.

O livro IV parece ser o mais importante, pois a maior parte das cartas que contém gravita em torno de Germânico, mencionado também em outras correspondências. Como Germânico era sobrinho e filho adotivo de Tibério, além de segundo sobrinho de Augusto, portanto, o mais próximo do imperador, Ovídio tinha a esperança de

obter, por meio dele, algum tipo de ajuda ou proteção.

As *Pônticas* caracterizam-se pela dor, pelo tom suplicante, pela saudade da pátria, dos amigos e familiares. Nelas ecoa o grito de desespero do poeta, que se vê de repente afastado de todos os seus entes queridos, de seus objetos mais caros, dos livros e, principalmente, de sua Roma querida, onde viveu dias de glória.

Nessas cartas, Ovídio se queixa constantemente de sua saúde, da região, do clima e da insegurança do exílio, implorando a todos os seus destinatários ajuda e proteção.

Alguns críticos literários acusam as *Pônticas* e os *Tristia* de obras monótonas. O alvo dessas críticas são as constantes lamentações e súplicas que brotam em cascata das páginas desses dois livros. Na opinião desses críticos, nada há de inovador nessas composições do exílio, atribuindo eles o seu tom cansativo às contínuas repetições das lamúrias e à limitação do tema. A esse respeito, Marmorale (s/d: 257) afirma: “Ovídio, (...) cantando a dor dos outros, pôde ocultar a deficiência da profundidade expressiva num mar de imagens, ao passo que, cantando a sua, cai numa monotonia irritante”.

Uma voz, no entanto, se levanta em defesa do autor, ou pelo menos, das *Pônticas*. Trata-se do pesquisador francês J. André (1977:XXXIX), tradutor de Ovídio. Eis suas palavras: “... la lecture des *Pontiques*, loin d’apporter *satieta*s ou *taedium*, renouvelle l’intérêt en reliant les vers d’exil à la réalité et à la vie romaines”.

A nós não nos interessam as querelas em torno dessas questões. Preferimos ver nas obras de exílio de Ovídio o seu caráter inovador, enquanto criação poética autobiográfica e merecedora da leitura daqueles que sabem não poder exigir de um exilado mais do que um poema de lamentos.

TEXTO: PÔNTICA II, 5

Salano

Condita disparibus numeris ego Naso Salano praeposita misi uerba salute meo. Quae rata sit cupio rebusque ut comprobet omen, te precor a saluo possit, amice, legi. Candor, in hoc aevo res intermortua paene, exigit ut faciam talia uota tuus.	5
Nam fuerim quamuis modico tibi iunctus ab usu, diceris exiliis indoluisset meis, missaque ab Euxino legeres cum carmina Ponto, Illa tuus iuuat qualiacumque fauor optastique breuem salui mihi Caesaris iram, quod tamen optari, si sciat, ipse sinat. Moribus ista tuis tam mitia uota dedisti nec minus idcirco sunt ea grata mihi, quoque magis moueare malis, doctissime, nostris, credibile est fieri condicione loci: uix hac inuenies totum, mihi crede, per orbem quae minus Augusta pace fruatur humus. Tu tamen hic structos inter fera proelia uersus et legis et lectos ore fauente probas ingenioque meo, uena quod paupere manat, plaudis et e riuo flumina magna facis. Grata quidem sunt haec animo suffragia nostro, uix sibi cum miseris posse placere putes. Dum tamen in rebus temptamus carmina paruus, materiae gracili sufficit ingenium.	10
Nuper, ut huc magni peruenit fama triumpho, ausus sum tantae sumere molis opus. Obruit audentem rerum grauitasque nitorque nec potui coepti pondera ferre mei. Illic quam laudes erit officiosa uoluntas, cetera materia debilitata iacent. Qui si forte liber uestras peruenit ad aures, tutelam, mando, sentiat ille tuam. Hoc tibi facturo, uel si non ipse rogarem, accedat cumulus gratia nostra leuis. Non ego laudandus, sed sunt tua pectora lacte et non calcata candidiora niue, mirarisque alios, cum sis mirabilis ipse, nec lateant artes eloquiumque tuum.	15
Te iuuenum princeps, cui dat Germania nomen, participem studii Caesar habere solet. Tu comes antiquus, tu primis iunctus ab annis ingenio mores acquiperante places. Te dicente prius studii fuit impetus illi	20
	25
	30
	35
	40
	45

teque habet elicias qui sua uerba tuis. Cum tu desisti mortaliaque ora quierunt tectaque non longa conticuere mora, surgit Iuleo iuuenis cognomine dignus, qualis ab Eois Lucifer ortus aquis,	50
dumque silens adstat, status est uultusque deserti spemque decens doctae uocis amictus habet. Mox, ubi pulsa mora est atque os caeleste solutum, hoc superos iures more solere loqui atque “Haec est” dicas “facundia principe digna”:	55
eloquio tantum nobilitatis inest. Huic tu cum placeas et uertice sidera tangas, scripta tamen profugi uatis habenda putas. Scilicet ingeniis aliqua est concordia iunctis, et seruat studii foedera quisque sui:	60
rusticus agricolam, miles fera bella gerentem, rectorem dubiae nauita puppis amat. Tu quoque Pieridum studio, studiose, teneris ingenioque faues, ingeniose, meo.	65
Distat opus nostrum, sed fontibus exit ab isdem artis et ingenuae cultor uterque sumus. Thyrsus abest a te gustata et laurea nobis, sed tamen ambobus debet inesse calor, utque meis numeris tua dat facundia neruos,	70
sic uenit a nobis in tua uerba nitor. Iure igitur studio confinia carmina uestro et commilitii sacra tuenda putas. Pro quibus ut maneat de quo censeris amicus comprecor ad uitae tempora summa tuae succedatque suis orbis moderator habenis:	75
quod mecum populi uota precantur idem.	

TRADUÇÃO*

Eu, Nasão, envio ao meu (caro) Salano (estas) palavras dispostas em versos desiguais, precedidas de (minha) saudação. Desejo que elas sejam apreciadas e, visto que confirmam, com os fatos, (meus) presságios, suplico, (meu) amigo, que possam ser lidas por ti em bom estado. A tua sinceridade, virtude quase extinta nesta época, exige que (eu) faça tais súplicas.

Porque ainda que (eu) tenha sido ligado a ti por uma relação de intimidade pequena, conta-se que (tu) te afligiste com meu exílio e quando lias (meus) poemas enviados do Ponto Euxino, quaisquer que (fossem), me ajudaste com teu favor, e desejaste que a ira do venturoso César (fosse) breve para mim, porque (tu sabias que) se ele próprio soubesse (disso), permitiria, entretanto, que se pedisse algo. Por causa de teu caráter, fizeste esses pedidos tão benévolos, nem por isto estes são menos agra-

dáveis para mim, também é provável que (te) aconteça (isso): que mais te comovas com a minha desventura, (amigo) muito sábio, devido à condição do país: dificilmente, encontrarás, pelo mundo inteiro, acredita em mim, um lugar que goze menos desta paz de Augusto.

Tu, contudo, não só lês os (meus) versos compostos aqui entre os ferros combates, como também, depois de lidos, (os) aprecias, com um ar favorável, e aplaudes meu talento que brota da (minha) pobre veia poética, e de um regato fazes um imenso rio. Estes sufrágios certamente me agradam, ainda que (tu) acredites que dificilmente os infelizes podem se sentir contentes consigo mesmo.

Quando, todavia, experimento (meus) poemas nos assuntos modestos, (meu) talento basta para um tema simples. Há pouco tempo, quando chegou aqui a notícia de um grande triunfo, ousei empreender uma obra de tão grande importância. A grandeza, o brilho do assunto venceu (a mim) audacioso, nem pude suportar o peso de minha empresa. A (minha) boa vontade estará aí (nos poemas enviados) para que (a) elogies; os restantes permanecem de lado por causa do assunto.

Se por acaso algum livro (meu) chegou ao teu conhecimento, peça (a ti) que cuides dele. Além disso, ainda que eu próprio não (te) pedisse, tu haverias de fazer isto. Que esse monte de modestos (versos) chegue (a ti) com minha gratidão. Não devo eu ser elogiado, mas (sim) teu coração (que) é mais puro do que o leite e do que a neve não pisada, e admiras os outros, quando tu próprio és digno de admiração, nem passem despercebidos teu talento e tua eloquência.

O César, príncipe da juventude, ao qual a Germânia dá (seu) nome, costuma te considerar participante em (seu) estudo. Tu (és) um antigo companheiro (de Germânico), tu (estás) unido (a ele) desde os primeiros anos, agradas (a ele) com o (teu) talento que se iguala a (teu) caráter. Ele entusiasmou-se primeiramente pelo estudo e conheceu a ti, (que) influencias os discursos dele por meio dos teus, quando tu discursavas.

Quando tu paraste (de discursar), e as vozes dos homens cessaram e, dissimuladas, silenciaram por um breve tempo, surge o jovem digno do nome de Iulo, tal como Lúcifer surgiu dos mares do Oriente, e quando (ele) se ergue silencioso, (sua) postura, (sua) aparência é a de um orador, e a maneira decente de se vestir transmite a esperança de uma voz sábia. Em breve, logo que se passou a pausa e emitiu-se uma voz divina, jurar-se-ia que os deuses costumam falar deste modo e dir-se-ia que “esta é uma eloquência digna de um príncipe”: tanta nobreza existe no discurso (dele). Ainda que tu agrades a este e toques os astros com a cabeça, julgas, entretanto, que deves possuir as obras de um poeta exilado.

Existe evidentemente alguma simpatia (entre) os espíritos unidos, e cada um preserva as alianças de seu gosto: o camponês ama o agricultor, o soldado, aquele que promove guerras cruéis, o marinheiro, o piloto da embarcação incerta. Tu também (te) deixas seduzir prazerosamente pelo culto das Piérides e (te) favoreces engenhosamente com meu talento.

A minha obra difere (da tua), mas provém das mesmas fontes, e ambos somos cultores da arte liberal. O tirso e o loureiro de que eu gostei te são estranhos, mas em todo caso, nós dois devemos ter entusiasmo, e, assim como a tua eloquência inspira força aos meus versos, também o brilho (que) vem da minha (poesia) repercute em teus discursos. Tens razão, portanto, de pensar que a poesia está relacionada ao teu estudo e que deve ser contemplada como algo sagrado dos que compartilham dos (mesmos) ideais.

Por esses motivos, rogo que (aquele) do qual és considerado amigo permaneça (teu amigo) até os últimos instantes de tua vida, e que, com os seus poderes, se torne um líder do mundo: porque também o povo suplica comigo (estes) pedidos.⁶

ANÁLISE

O título e a referência final no primeiro verso denunciam que esta epístola é endereçada a Salano, nome que aparece ao lado de *Naso*, sobrenome de Ovídio e apostro ligado ao pronome *ego*, que aparecerá depois no verso 37, ambos para identificar e realçar o sujeito do enunciado, já marcado pela forma verbal *misi*, na 1ª pess. sing. pret. perf. ind. ativo. Essa dupla marcação do sujeito ocorre também com a segunda pessoa do discurso, como, por exemplo, nos versos 19-20 (*tu legis et probas*).

No terceiro e quarto versos, Ovídio externa, com o uso dos verbos *cupio* e *precor*, a manifestação explícita de um desejo, formulado ao amigo (*amice doctissime*, no vocativo), num tom suplicante. Contudo, o emprego hipotético dos verbos *sit*, *comprobet* e *possit*, em oposição a um fato real (*cupio* e *precor*), sugere que o desejo do poeta, reforçado ainda com o substantivo *uota* (v. 6), poderá ou não ser realizado.

Passando ao quinto e sexto versos, verificamos que Ovídio destaca uma das virtudes de Salano (*candor tuus*), conferindo-lhe um caráter sublime e vendo-a como uma raridade, realçada pelo apostro *res intermotua*, motivo que o leva a suplicar a ajuda do amigo.

No sétimo verso, o poeta alude à sua relação com Salano,

⁶ Em nossa tradução levamos em conta não só a sintaxe latina, mas também o espírito do texto, procurando sempre o melhor sentido para as palavras e construções latinas.

mostrando uma certa distância entre eles, o que é sugerido pelo sintagma nominal *modico usu*, preso ao dativo de aproximação *tibi*, complemento de *iunctus*. Apesar dessa relação pouco estreita entre os dois, as idéias contidas, respectivamente, em *exiliis indoluisset meis* (v. 8), em *legeres carmina* (v. 9), na sentença *illa tuus iuuuit fauor* (v. 10) e, por último, em *optastique breuem mihi Caesaris iram* (v. 11), demonstram a solidariedade de Salano diante da dor de Ovídio, transmitindo também a expressão de um sentimento fraterno. No último desses versos, Ovídio refere-se à ira de César, procedimento constante nas obras de exílio, ocorrendo também em passagens dos *Tristia*, como, por exemplo, nestas duas: *Te iubet e patria discedere Caesaris ira* (*Tristia*, I, 3, 85) e *Eripuit cum me principis ira tibi* (*Tristia*, V, 11, 8).

A partir do verso 13 até o 22, Ovídio evocará mais plenamente os aspectos positivos da atitude de Salano, a começar pela expressão *Moribus tuis*, em ablativo plural. As observações do poeta serão, desde então, marcadas por uma nota de intensidade, ao se referir ao amigo. Abre a série utilizando o adjetivo *mitia*, intensificado pelo advérbio *tam* e, logo após, o adjetivo *grata* (v. 14), seguido de *mihi*, para, por meio deles, externar sua gratidão a Salano e, ao mesmo tempo, acentuar a solidariedade do amigo e seu bom caráter, já enfatizado na alusão feita à sua sinceridade (v.5-6).

À medida que o poeta se dirige a Salano, o tom de sua voz se eleva, criando uma atmosfera de envolvimento maior entre a primeira e a segunda pessoas do discurso: *ego/tu*, que dominará uma grande parte dessa epístola. Desse modo, do primeiro verso até o 14, temos *ego, misi, meo, cupio, precor, fuerim, meis* e *mihi*, em contraposição a *te, amice, tuus, tibi, legeres, optasti, tuis* e *dedisti*, dicotomias que servirão de fio condutor para o discurso laudatório do poeta. O elo entre os dois amigos é ratificado posteriormente nos versos 19 a 22, por meio da enumeração e gradação ascendente dos verbos *legis, probas, plaudis* (todos na 2ª pess. sing. pres. ind. ativo), provando o interesse de Salano pelos versos de Ovídio, exaltados e lidos com *ore fauente*.

Como indício desse envolvimento entre o sujeito do enunciado e o sujeito destinatário, salta aos olhos o uso freqüente do plural de modéstia, como ocorre, dentre muitos outros exemplos, em *malis*

nostris (se interpretarmos que *nostris* pode envolver também o *tu*), e no uso do verbo *mouere* (na 2ª pess. sing. pres. subj. passivo), revestido de uma carga sentimental muito intensa.

No verso 15, encontramos o superlativo *doctissime* atribuído a Salano, com um tom de reverência, revelando, como diria o nosso Camões (*Lus.*, IV, 94), um “saber de experiências feito”, daí o poeta pedir-lhe um voto de confiança em *mihi crede* (v. 17), ao referir-se à região onde se encontra exilado. E não o faz, sem que imprima à sua voz uma nota de revolta, anunciada pelo advérbio *uix* (v. 17), pelo teor hiperbólico do sintagma nominal *totum orbem* (v. 17) e pela ironia contida em *Augusta pace* (v. 18), se concluirmos que, para Ovídio, esta paz não existe, uma vez que declara compor seus versos entre os freqüentes e ferozes combates travados pelo povo Geta, *inter fera proelia* (v. 19). É esse tipo de vida, amargurada e sem perspectiva, que leva o poeta a implorar insistentemente aos amigos, para os quais escreve, ajuda para retirá-lo do exílio.

No verso 21, o poeta afirma que seu talento brota de uma *uena paupere* e, no 24, refere-se a si mesmo como um infeliz, empregando o adjetivo *miseros*. Esse aspecto negativo de seu espírito, marcado fortemente pelos adjetivos *paupere* e *miseros*, contaminará também sua própria obra de arte, conferindo-lhe um tom depreciativo, sugerido pela metáfora *riuo* (v. 22) e pelo emprego de *rebus paruis* (v. 25) e *materiae gracili* (v. 26). E, depois, o poeta prossegue, por meio de uma antítese, opondo *rebus paruis* e *materiae gracili* ao par *magni triumphi* (v. 27) e *tantae molis opus* (v. 28), para comparar sua “modesta obra” com um assunto grandioso: o triunfo de Tibério, mas julgando-se incapaz de celebrá-lo com seu talento. É modéstia demais para um gênio que compôs uma obra da envergadura das *Metamorfoses*. Semelhante comportamento só pode ser interpretado como ironia ou autodepreciação de uma alma amargurada pela angústia.

A partir do verso 33 até o 36, o poeta centraliza seu foco de atenção no livro que enviara ao amigo Salano e, aí, o tom suplicante dos verbos *cupio* (v. 3) e *precor* (v. 4) retorna, com o emprego dos verbos *mando* (v. 34), *rogarem* (v. 35) e *accedat* (v. 36), com matiz desiderativo, para solicitar a Salano a *tutelam* do livro, como num gesto de mãe que afaga o filho desprotegido.

Nos versos 37 a 40, o poeta volta a tecer elogios à figura de Salano. Dessa vez, é a força do substantivo *pectora*, qualificado pelo adjetivo *candidiora* (no comparativo de superioridade, indicando pureza), ligado aos ablativos de comparação *lacte* e *non calcata niue* (uma litote), juntamente com o sintagma verbal *cum sis mirabilis ipse*, que servirá para enaltecer Salano, cuja eloquência e talento artístico não escaparão também aos louvores do poeta.

Com o verso 41, e nos parece que mais veladamente com os possessivos *uestras* e *uestro* substituindo, respectivamente, *tuas* e *tuo* (v. 33 e 71), Ovídio introduz uma terceira pessoa do discurso, marcada pelo epíteto *iuuenum princeps* e pela metonímia *Germania*, empregados para designar Germânico, ligando este a Salano através do sintagma *participem studii*. Mais adiante são fornecidas duas outras referências a respeito da ligação entre Salano e Germânico, que vêm indicadas na estrutura anafórica do verso 43, por *comes antiquus* e *iunctus*, ambos sem o complemento nominal, talvez intencionalmente, para não identificar a pessoa de Germânico.

Ovídio dirige-se também ao seu destinatário, para destacar o fascínio que Germânico sentira pela eloquência de Salano. No verso 44, essa idéia é sugerida por *ingenio places* (sem o complemento), *te dicente prius studii fuit impetus illi* e *elicias sua uerba tuis*, passagens nas quais os verbos *places* e *elicias* e o substantivo *impetus* revelam a sedução, o encantamento e o gosto de Germânico pela oratória de Salano.

Podemos ver nessas alusões implícitas, veladas muitas vezes pela linguagem, como na elipse de *esse* (v. 43), uma tentativa de Ovídio persuadir Salano a influenciar Germânico, ligado à *gens Iulia* (*Iuleo cognomine dignus*, v.49), tal como o influenciou por meio de seus discursos. E aí nos defrontamos com o poder da palavra: a palavra do artista e a do homem, com a influência política, extremamente importante para Ovídio, exilado em Tomos e ansioso para retornar à pátria.

A seguir, Ovídio retoma num ímpeto, com a introdução da conjunção *cum* (v. 47), dos verbos *surgit* (v. 49) e *adstat* (v.51), a apresentação de Germânico, feita de forma solene numa comparação belíssima com o surgimento de Lúcifer (v. 50). Observe-se que o poeta se reporta a um fato passado, entretanto, narra a entrada do prin-

cipe em cena, com o uso do presente histórico, para atualizar a narrativa e nos transmitir a impressão de estar presenciando o fato no momento de sua fala.

Lúcifer, com quem é comparado Germânico, significa segundo Spalding (1965:159), “aquele que carrega a luz, filho de Júpiter e de Aurora. Chefe e condutor dos astros, cuidava ainda dos cavalos do sol. É a estrela da manhã, estrela do Pastor ou Vésper”. Ao comparar o surgimento de Germânico com o de Lúcifer, Ovídio nos apresenta aquele como uma figura divina e iluminada, transportando-o para o plano dos deuses.

A apresentação de Germânico, iniciada no verso 47 e finalizada no 56, insere-se numa atmosfera dominada pelo silêncio, criada a partir da gradação ascendente dos verbos *desisti* (v. 47), *quierunt* (v. 47) e *conticuere* (v. 48), da marcação temporal na litote *non longa mora* (v. 48), do substantivo *mora* e, por último, pelo adjetivo *silens* atribuído a Germânico.

Após o símile com Lúcifer, Ovídio passa, a partir do verso 52 até o 56, a enaltecer Germânico, por meio de sua voz e de sua eloquência, ressaltando nelas o aspecto sábio, divino e nobre. Tais imagens estão representadas pelos sintagmas: *doctae uocis* (v. 52), *os caeleste* (v. 53), *facundia principe digna* (v. 55), *eloquio tantum nobilitatis inest* (v. 56), nos quais os adjetivos *doctae*, *caeleste*, e os substantivos *principe* e *nobilitatis*, este último intensificado pelo advérbio *tantum*, transmitem respectivamente essas noções.

A seguir, o poeta reúne, em apenas dois versos, as três pessoas do discurso: a si mesmo, tratado como *profugi uatis* (v. 58), Germânico (*huic*, v. 57) e Salano (*tu*, v. 57), que é elevado às alturas e posto numa posição inatingível, imagem essa transmitida, sobretudo, pelo sintagma verbal *uertice sidera tangas*. Um dado curioso nesse trecho é o fato de o poeta empregar lado a lado os pronomes *tu* e *huic*, o que nos parece haver sido feito com a intenção de ressaltar, mais uma vez, a relação entre Salano e Germânico, e importante do ponto de vista político, já que Salano tinha ligações com uma pessoa da *gens Iulia*.

Concluída a alusão a Germânico, com o pronome *huic* (v. 57), Ovídio, antes de retomar a 2ª pessoa do discurso, estabelece, numa

enumeração e num paralelismo sintático, as afinidades entre os *pares* que *cum paribus congregantur* (Cíc., *De senectute*, 3, 7), deixando impressa nos versos 59 a 62 uma máxima, com o uso do presente acrônico *est, seruat e amat*, este último oculto no verso 61. A partir do verso 63 ao 70, volta a se dirigir a Salano, mostrando, além das divergências, as afinidades entre o seu talento e o dele.

Como prova das divergências, sobressai o uso do verbo *distat* (v. 65), sem complemento, e do verbo *abest* (v. 67), ligado ao ablativo *a te*, encerrando um e outro a noção de afastamento. Aqui, convém lembrar que o tirso e o loureiro, símbolos da inspiração poética, constituem uma imagem recorrente na poesia lírica.

As afinidades são marcadas pelo conteúdo semântico do advérbio *quoque* (v. 63) e pelo pronome *isdem*, ligado ao ablativo de ponto de partida *fontibus* (v. 65), em que o pronome traz a noção de identidade, e o advérbio, a de inclusão; pelas assertivas *artis et ingenuae cultor uterque sumus* (v. 66), *ambobus debet inesse calor* (v. 68), em que *sumus* e *ambobus* envolvem Salano e Ovídio em torno de um único interesse, e por último, pela correlação *ut ... sic* (v. 69-70), mostrando a influência simultânea da arte de um na arte do outro.

Ao enumerar suas afinidades com Salano, Ovídio faz alusão ao culto das Piérides (v. 63). Vamos então, agora, antes de encerrarmos nossa análise, tentar explicá-lo à luz da mitologia. As Piérides eram, informa Spalding (1965:210),

filhas de Píero, [rei da Emátia], na Macedônia. Eram nove e tinham o mesmo nome das Musas, [deusas da literatura e das artes]. Habilíssimas na música e na poesia, e orgulhosas dos seus talentos, ousaram desafiar as Musas para uma competição sobre o Parnaso. As nove Musas aceitaram o desafio e as Ninfas da região, escolhidas para árbitros, decidiriam quem venceria o certame. No final, as Ninfas pronunciaram-se a favor das Musas; as Piérides, picadas com a decisão, que diziam ser parcial, entraram a invectivar furiosamente não só os árbitros mas as mesmas Musas; quiseram, até, bater nas rivais. Apolo, encolerizado, transformou-as em pegas.

Vimos que, na descrição do mito, destacam-se a habilidade e o talento das Piérides, no âmbito da música e da poesia. Ovídio, também, quando alude a esse mito, o faz para mostrar o fascínio de Salano pelo seu talento poético. Esta idéia se encontra sintetizada nos versos 63-64, mas sua força provém, principalmente, dos polip-

totos *studio studiose* e *ingenio ingeniose*, nos quais os advérbios *studiose* e *ingeniose* indicam o modo prazeroso e engenhoso com que Salano se dedica à leitura dos versos de Ovídio, ou seja, à sua poesia.

Os versos 71-72 apresentam um conteúdo lógico de todo o raciocínio desenvolvido por Ovídio nos versos 59 a 62, a respeito da relação entre os espíritos semelhantes. Neles, Ovídio, num tom conclusivo encerrado pela conjunção *igitur*, se irmana a Salano por intermédio do vínculo poesia-eloquência.

Nos últimos versos, Ovídio emprega os subjuntivos desiderativos *maneant* e *succedat* para, num tom suplicante, por meio do uso de *comprecor* (v. 74) e *precantur* (v. 76), expressar um desejo não mais exclusivamente seu, e sim de todo o povo: a aliança de amizade eterna entre Salano e Germânico e o triunfo de Germânico.

CONCLUSÃO

O conteúdo temático da epístola de Ovídio aponta para o conceito moderno de elegia, sobressaindo nela o tom melancólico, marcado pela angústia e pela tristeza do poeta.

O emprego de certos verbos e substantivos confere à carta um tom suplicante. O poeta procura por todos os meios chamar a atenção sobre si, ou melhor, destacar sua condição de exilado, sempre buscando inspirar a compaixão de Salano. Tenta, por meio do emprego de vários recursos retóricos, de certas figuras de linguagem e do ritmo oratório de sua missiva, captar a benevolência de Salano, com o intuito de levá-lo a influenciar Germânico.

Ovídio emprega constantemente o discurso epidíctico com a finalidade de elogiar Salano e, por intermédio deste, Germânico. Utiliza-se do poder da palavra como instrumento de persuasão. É através de seu discurso laudatório que tenta convencer Salano a interceder junto a Germânico, para amenizar os rigores de seu exílio.

Pelos dados biográficos disponíveis, sabemos que infelizmente Ovídio não logrou atingir seu objetivo em nenhuma das cartas enviadas a seus destinatários, havendo falecido no exílio, que tanto abominava, no ano 18 d. C.

BIBLIOGRAFIA

BIGNONE, Ettore. *Historia de la literatura latina*. Trad. de Gregorio Halperín. Buenos Aires: Losada, 1952.

GRIMAL, Pierre. *Le lyrisme à Rome*. Paris: PUF, 1978.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Trad. de Mário G. Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

MARMORALE, Enzo V. *História da literatura latina*. Trad. de João Bartolomeu Jr. Lisboa: Studios Cor, s/d.

OVIDE, *Pontiques*. Texto estabel. e trad. por J. André. Paris: Les Belles Lettres, 1977.

———. *Les Tristes et alia*. Texto estabel. e trad. por E. Ripert. Paris: Garnier, s/d.

OVÍDIO. Sel., trad., introd. e notas de José Paulo Paes. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

———. *Tristium*. Trad. de Augusto Velloso. 2ª ed. Rio de Janeiro: Simões, 1952.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 10ª ed. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Garnier, 1993.

SPALDING, Tassilo O. *Dicionário de mitologia greco-latina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

**PRELIMINARES DE UM ESTUDO LINGÜÍSTICO
E HISTÓRICO DA TOPONÍMIA BAIANA
O CASO DA REGIÃO ECONÔMICA OESTE (II)**

(Continuação do número anterior)

Ricardo Tupiniquim Ramos (UNEB)

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA TOPONÍMIA MUNICIPAL
DA REGIÃO OESTE DA BAHIA**

Neste tópico, trataremos caso a caso da evolução histórica da toponímia municipal do Oeste da Bahia, partindo da justificativa do atual nome de cada município para o seu histórico. Em alguns casos, notas de rodapé trarão pequenos resumos da história do município, para situá-lo no contexto da formação territorial da região.

Angical – O município tem esse nome devido à existência de extensas matas de angico, circundadas de brejos e alagadiços. Inicialmente, em 1707, época de fundação de uma missão de franciscanos que catequizou os primeiros habitantes da região, os índios Arikobé, foi chamado Missão do Aricobé. Em 1821, com a elevação da capela da localidade à condição de freguesia dedicada à Santana, passou a chamar-se Santana do Sacramento do Angical, nome reduzido para o atual, em 1890.

Baianópolis: O atual nome desse município parece ser uma homenagem do legislador à própria população baiana, situação justificável numa região que historicamente já pertenceu a outros dois Estados e cuja posse pela Bahia sempre foi contestada por um deles (Pernambuco). No século XIX, a localidade era conhecida por Poço e quando passou a distrito de Barreiras, em 1954, teve o nome alterado para Tapiracanga (do Tupi *tapira*, “anta”, + *akanga*, “cabeça”; donde: “cabeça de anta”), assumindo o atual em 1961, quando de sua emancipação Baianópolis.

Quadro 4: Topônimos da Região Oeste da Bahia: categorização, procedência e processos de formação

categorias	FORMAS DE ORIGEM PORTUGUESA					TUPI-NISMOS		HIBRIDISMOS		
	formas simples	sufixação	justaposição	aglutinação	nome + adj	nome + SP	formas simples	aglutinação + SP	híbrido-tupis: nome justaposição	híbrido-europeus: justaposição
animotopônimos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
antropotopônimos	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1
corotopônimos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
etnotopônimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
fitotopônimos	-	2	-	-	-	-	1	-	1	1
geomorfotopônimos	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
hagiotopônimos	-	-	1	1	-	2	-	-	1	1
hidrotopônimos	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-
zootopônimos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-

Barreiras: Segundo IBGE (1958:69), “o topônimo adveio dos grandes barrancos da margem direita do rio Grande, no porto de acesso ao lugar das primeiras penetrações”. Almeida (1999) completa a informação, dizendo: “aqui fica o porto, porque logo acima o rio Grande deixa de ser navegável, por atravessar lugares pedregosos, em que seu leito é tomado por corredeiras, com as pedras à flor d’água, a que os goianos chamavam ‘Porto das Barreiras’”. Quando de seu surgimento em 1870, o povoado que hoje é sedia o município chamava-se São João, por causa da capela dedicada ao santo. Em 1891, com a emancipação, teve o nome trocado para Barreiras, que permaneceu até 1961, quando uma Lei Estadual o substituiu por Governador Antônio Balbino; mas a insatisfação popular fez cair essa disposição legal, de forma que o município teve restaurado o nome anterior.

Canápolis: Seu atual nome (hibridismo: pt. cana + gr. *polis*, “cidade”) se deve ao fato de ser a cana-de-açúcar a maior fonte de riqueza do município. De seu surgimento no início do século XX até a emancipação, em 1962, chamou-se Ibiaguí (do Tupi *ibyá*, “escarpada” + *guy*, “sopé”; donde: “sopé da escarpada”, cf. Sampaio 1955). Com a emancipação, passou a chamar Canápolis.

Catolândia: O topônimo é uma homenagem a um pioneiro

do povoamento da localidade, o Sr. Agostinho José de Lima, apelidado Catão. Essa homenagem já constava no primeiro nome da localidade, Santana de Catão, atribuído em 1895 e reduzido para Catão, na década de 1940. Assumiu a nomenclatura atual em 1962, ano da emancipação.

Cocos⁷: Nome devido às abundantes plantações de coco da localidade que, desde o seu surgimento, já tinha esse nome.

Coribe⁸: De origem Tupi, (*kuri*, “barro vermelho” + *y*, “rio”, + *pe*, “em”; donde: “no rio do barro vermelho”), o topônimo é uma referência à característica do solo do leito do rio que corta a cidade. Na época de seu surgimento, no final século XIX, a localidade chamava-se Rio Alegre, mas teve o nome alterado para o atual por força do Decreto Estadual n.º. 141, de 31 de dezembro de 1946.

Correntina⁹: Recebe o nome de um dos rios que corta seu

⁷ Cocos surgiu devido a uma disputa política e territorial entre o Major Leônidas de Araújo Castro, de Santa Maria da Vitória, e o Coronel João Duque, de Carinhanha. Após um combate travado em Samambaia, os dois contendores fizeram um acordo dividindo entre si a área em lide: Rio Alegre (atual Coribe) ficou com Santa Maria da Vitória e Cocos permaneceu em Cariranha, do qual se emancipou em 14 de agosto de 1958.

⁸ A princípio chamava-se Rio Alegre e foi objeto de ferrenhas disputas entre Santa Maria da Vitória e Carinhanha (v. nota anterior), ao qual foi incorporado em 8 de agosto de 1931 pelo Decreto Estadual n.º. 7479, como Sub-Prefeitura, estatuto modificado pelo Decreto Estadual n.º. 8060, de 14 de maio de 1932, que o transformou em Distrito de Santa Maria da Vitória. Sua emancipação ocorreu em 14 de agosto de 1958.

⁹ A descoberta de minas de ouro nas margens do rio das Éguas (antigo rio Rico, atual Correntina) deu-se no início de 1700. Sabe-se que em 1791 o padre Anacleto Pereira dos Santos já minerava em território do atual município. Além dele, outros aventureiros percorriam os rios da região, na tentativa de penetrar nos atuais Estados de Goiás e Mato Grosso. Entre esses, deve-se destacar Francisco José Teixeira que, a partir de 1792, iniciou uma verdadeira corrida do ouro em direção ao rio das Éguas, criando o núcleo habitacional de que se originou a cidade. O crescente povoado recebeu o nome de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas, sendo elevado a freguesia ou paróquia em 1806. Em 15 de maio de 1866 a Lei Provincial n.º. 973 criou o município, desmembrado do território de Cariranha. A instalação de sua sede e a posse de seu primeiro intendente (Sr. Severiano Antônio de Magalhães) se deram em 13 de maio de 1867. Em 8 de junho de 1880, a Resolução Provincial n.º. 1960 extinguiu o município, transferindo sua sede e território para o arraial de Porto de Santa Maria da Vitória. Devido à inconfidência dos habitantes, a Resolução Provincial n.º. 2558, de 14 de maio de 1886, revogou a anterior, restaurando o município. Porém, disputas políticas favoreceram novamente Santa Maria da Vitória, que o reincorporou a seu território por força da Resolução Provincial n.º. 2579, de 4 de maio de 1888. Finalmente, em 5 de maio de 1891, o Governador baiano José

território. Em 1866, chamava-se Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas, nomenclatura que permaneceu até 1891, quando foi trocada para a atual.

Cotegipe¹⁰: É uma homenagem a João Maurício Wanderley, o célebre Barão de Cotegipe, latifundiário da região e Primeiro-ministro de D. Pedro II. Em meados do século XVII, chamava-se Arraial Velho, nome alterado para Campo Largo em 1698; em 1820, passou a Nossa Senhora de Santana do Campo Largo; em 1925, a Barão de Cotegipe, reduzido à condição atual em 1933.

Cristópolis¹¹: A religiosidade da população, devota do Meni-

Gonçalves da Silva assinou o Ato Estadual n°. 319, restaurando novamente o município e trocando-lhe o nome para Correntina, cuja sede recebeu os foros de cidade do Decreto-Lei n°. 10.724, de 30 de março de 1938. O município assumiu sua feição atual em função de Lei Estadual de 11 de fevereiro de 1954.

¹⁰ O núcleo original de Cotegipe foi o Arraial Velho, pertencente à fazenda de gado Sussuarana, adquirida como sesmária pelo Coronel José Lopes Coutinho do Bonfim ainda no século XVII. Em 2 de dezembro de 1698, D. João de Lencastre, 32° Governador-Geral do Brasil, reconhece a existência desse núcleo populacional, dando-lhe o nome de arraial do Campo Largo. Contudo, o sítio original teve de ser abandonado em decorrência de uma enchente, de forma que o povoado foi transferido para o Alto do Umbuzeiro, onde ergueram uma nova capela dedicada a Nossa Senhora de Santana do Campo Largo, onde se reinstalou a freguesia ou paróquia. O Alvará Régio de 3 de junho de 1820 criou o município de Campo Largo, desmembrando-o da Barra e elevando sua sede à categoria de Vila. Em 30 de junho de 1925, a Lei Estadual n°. 1772 elevou o distrito de Avaí do Brejo Grande à condição de sede do novo município de Barão de Cotegipe, a que Campo Largo passou a integrar, como segundo distrito, passando a chamar-se Taguá. Em 26 de junho de 1931, o Decreto Estadual n°. 7455 extinguiu o município de Barão de Cotegipe e em 8 de julho do mesmo ano o Decreto Estadual 7479 aneou o seu território a Angical. Em 31 de maio de 1933, o Decreto Estadual n°. 8452 restaurou o município, instalando sua sede no distrito de Jupaguá e simplificando-lhe o nome para Cotegipe. Sua reinstalação ocorreu em 1° de julho do mesmo ano e em 30 de março de 1938, o Decreto Estadual n°. 10.724, transferiu-lhe a sede novamente para o distrito de Cotegipe, dando-lhe foros de cidade. O município assumiu suas feições atuais por força de Lei Estadual de 11 de fevereiro de 1954.

¹¹ Antigamente, onde hoje se localiza a sede do município, estava a grande fazenda do Sr. Antônio José Antunes Aurora, propriedade abundante em burutizais, de forma que a povoação ali formada chamou-se inicialmente Buritizinho. Em 1920, por iniciativa do fazendeiro, foi construída uma capela dedicada ao Menino Deus. Próximo dali, surgiu um outro povoado, denominada Cantinho. No fim da década de 1950, o desenvolvimento dessas duas localidades e também da de Mata do Cedro gerou nos moradores o desejo de emancipação, prontamente apoiado por autoridades da região. Assim, em 19 de julho de 1962, uma Lei Estadual instituiu no povoado de Buritizinho o distrito de Cristópolis, sede do município do mesmo nome, que foi instalado em 25 de julho do mesmo ano.

no Deus desde o surgimento da localidade, levou o padre Francisco Valdemar Antunes, filho da terra, a sugerir a denominação Cristópolis ao município, quando de sua emancipação em 1962. Quando de seu surgimento no início do século XX, chamava-se Buritizinho.

Formosa do Rio Preto¹²: O topônimo faz uma referências ao nome da fazenda que originou a localidade (Várzea Formosa) e outra, ao rio que a cruza. Inicialmente, seu nome era Itajuí (do Tupi *itayu*, “ouro” + *y*, “rio”; donde: “rio do ouro”); foi alterado para Várzea Formosa em 1804 e para o atual em 1954.

Jaborandi: O nome do município é uma referência a diversas plantas das famílias das piperáceas e das ritáceas, próprias da região. Desde seu surgimento, a localidade tem o mesmo nome.

Luís Eduardo Magalhães¹³: Seu nome é uma homenagem ao

¹² Entre 1706 e 1707, uma missão de jesuítas chegou à localidade de Itajuí com o intuito de evangelizar os índios da região e ali criaram uma capela dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, posteriormente transformada em freguesia de Nossa Senhora de Santana do Campo Largo. Ainda no século XVIII, o fidalgo degredado português João Amado Viana fixou-se no local, fundando a fazenda Canabrava, que posteriormente passou a pertencer ao Coronel Francisco Ângelo, genro de D. Maria Ana de Almeida Rocha, proprietária da fazenda Várzea Formosa. Em 1804, a capela de Santa Rita tornou-se freguesia e a Fazenda Várzea Formosa passou a integrar sua jurisdição. Em 1840, Formosa passou a integrar o novo município de Santa Rita, na condição de distrito. Em 1900, o senador piauiense Joaquim Nogueira Paranaguá apresentou e aprovou um pedido de direito à navegabilidade do rio Preto. Em 1905, o governador baiano José Marcelino, um entusiasta da navegação fluvial, tomou parte da viagem inaugural do vapor Presidente Dantas, que subiu o rio Preto, passando por Santa Rita e Formosa, atingindo São Marcelo, já em território piauiense. A partir daí, a navegação a vapor passou a favorecer o desenvolvimento dessa região. Nos anos 50, sob a liderança do vereador Jorge Fidelis e do advogado Djalma Bessa teve início a luta pela emancipação do município, ocorrida com a publicação da Lei Estadual 1590, de 21 de dezembro de 1961. Sua instalação, já com o nome atual, ocorreu apenas 5 dias depois.

¹³ No final da década de 1950, o então Presidente Juscelino Kubitschek ordenou a construção da Rodovia BR 020, a Brasília-Fortaleza, asfaltada a partir de 1972 pelo 4º Batalhão de Engenharia e Construção. No final desse decênio, às margens dessa estrada, a 90 Km da sede de Barreiras, foi inaugurado um posto de gasolina chamado Mimoso, em redor do qual surgiu um loteamento urbano, o Mimoso do Oeste. A partir de 1980, atraídos pela disponibilidade de terras com excelente topografia e condições excepcionalmente favoráveis à agricultura mecanizada e irrigada, inúmeras famílias de agricultores sulistas migraram para a região, o que favoreceu o crescimento da localidade, logo transformada em um florescente povoado da cidade de Barreiras. Em 3 de dezembro de 1997, a Lei Municipal nº 395 criou o Distrito de Mimoso do Oeste, cujo nome foi alterado pela Lei municipal nº 422, de 9 de dezembro de 1998 para Luís Eduardo Magalhães, que, por força da Lei Estadual nº. 7620, de 30 de março de 2000, se

falecido Deputado baiano e ao seu pai, o líder político Antônio Carlos Magalhães. De seu surgimento no final da década de 1970 até 1998, chamou-se Mimoso do Oeste; a partir dessa data, teve o nome alterado para o atual.

Mansidão¹⁴: Segundo Almeida (1999), Mansidão era “um boi de carro, muito manso”, homenageado quando da aposição de nome ao município. Desde seu surgimento, a localidade tem o mesmo nome.

Riachão das Neves: O nome é uma referência a um curso d'água que corta a cidade. Antes de sua emancipação, chamava-se Riacho das Neves.

Santa Maria da Vitória¹⁵: O nome é uma homenagem à padroeira da capela que originou a cidade. Surgiu em 1880 com o nome de Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente, reduzido para Santa Maria em 1909, levado à condição atual em 1944.

Santana¹⁶: O nome homenageia a padroeira da capela que

emancipou.

¹⁴ Segundo a tradição oral corrente, o primeiro núcleo humano do município teria surgido com a chegada de negros sobreviventes do massacre de Palmares, que se refugiaram em território então pertencente a Santa Rita de Cássia fronteiro com o Piauí. Sabe-se ao certo que foi criado por Lei Estadual de 25 de fevereiro de 1985. Sua curtíssima história está sempre associada à agricultura de subsistência e à pecuária bovina.

¹⁵ No início do século XIX, a procura de ouro nas terras do rio Corrente fez surgir um arraial à margem esquerda, num ponto que se tornou movimentado porto. Em 1850, a chegada de um construtor de barcos vindo da Barra atraiu muita gente interessada em navegação fluvial para a localidade, que cresceu a ponto de inaugurar uma capela dedicada a Nossa Senhora da Vitória, elevada à condição de freguesia em 8 de junho de 1880 pela Lei n.º. 1960, que também extinguiu o município de Rio das Éguas, transferindo sua sede para a nova freguesia, transformada em município com o nome de Santa Maria da Vitória. Devido a uma longa disputa política já relatada no histórico do município de Correntina, Santa Maria da Vitória presenciou uma sucessão de extinções e restaurações, a última das quais ocorreu em 4 de maio de 1888, por força da Lei Provincial n.º. 2579. Em 26 de junho de 1909, a Lei Estadual n.º. 737 a sede do município ganhou foros de cidade. Em 14 de maio de 1932, o Decreto Estadual n.º. 8060 anexou-lhe ao território a sub-prefeitura de Rio Alegre (até então pertencente a Carinhanha), como distrito. Finalmente, em 31 de dezembro de 1943, por força do Decreto Estadual n.º. 141, o município perdeu parte do distrito de Inhaúmas, anexada a Correntina.

¹⁶ No início do século XVII, fugindo dos colonizadores de Angical, os índios Tupinikim fixaram-se em território pertencente ao Conde da Torre onde atualmente se localiza o município de

originou a cidade. Surgiu em 1890 com o nome de Santana dos Brejos, reduzido para o atual em 1940.

Santa Rita de Cássia¹⁷: O nome é uma homenagem à padroeira da capela que originou a cidade. Surgiu em 1840 com o nome de Santa Rita, alterado para Santa Rita do Rio Preto em 1911; daí para Rio Preto em 1931; deste para Ibipetuba (do Tupi *iby*, “banco de areia”, + *pe*, “em”, + *tyba*, “sufixo coletivo”; donde: “no banco de areia abundante”), em 1943; e, finalmente, num retorno às origens, assumiu a nomenclatura atual em 1954.

São Desidério: O topônimo homenageia Desidério José de Souza, pioneiro da região. Desde seu surgimento em 1858, a localidade tem o mesmo nome.

Santana. Em 1760, o Sargento-mor Antônio da Costa Xavier foi enviado para região para fiscalizar os reideiros que trabalhavam nas terras do nobre, terminando por implantar também uma produtiva fazenda de cana-de-açúcar e pecuária bovina, em cuja administração foi sucedido pelo primogênito, Raimundo da Costa Xavier. Em torno da fazenda, desenvolveu-se um arraial pertencente ao distrito de São Gonçalo, município de Rio das Éguas (atual Correntina). Em homenagem à padroeira da capela erguida pelos fundadores, a povoação ganhou o nome de Santana dos Brejos. Em 2 de maio de 1868, a Lei Provincial n.º 1018 elevou a capela a freguesia. A rivalidade entre Santa Maria da Vitória e Rio das Éguas fez a jurisdição do povoado oscilar ao longo do século XIX, até que em 26 de agosto de 1890, um ato estadual criou o município de Santana dos Brejos, desmembrando-o de Santa Maria da Vitória e dando a sua sede os foros de vila. Em 16 de dezembro do mesmo ano, deu-se a sua instalação; em 25 de abril de 1901, a Lei Estadual n.º 410 deu foros de cidade à sua sede. Lei Estadual de 17 de fevereiro de 1954 mudou seu nome para o atual.

¹⁷ Em 1640, um casal de portugueses chegou ao local onde hoje está a sede do município e ergueram uma cabana com uma pequena capela em honra a Santa Rita de Cássia. O casal desapareceu, talvez atacados pelos índios Gueren, antigos habitantes da região, mas a imagem foi preservada e descoberta por José Pereira de Matos, pioneiro que estabeleceu a fazenda Ribeira do Rio Preto, depois Santa Rita. Em 1647, o índio Francisco Rodelas foi nomeado Capitão e se estabeleceu na localidade, para o qual começaram a convergir outros fazendeiros e povoadores, como os Capitães Ângelo Custódio da Rocha Medrado e João de Araújo Costa e o Visconde Garcia d'Ávila. O povoado foi oficialmente reconhecido por Carta Régia assinada em 2 de dezembro de 1698 e dirigida ao 32º Governador Geral da Bahia, D. João de Lancastre. Em 1804, a capela de Santa Rita de Cássia foi elevada a freguesia. Em 26 de março do mesmo ano, a Lei Provincial n.º 119 criou desmembrou do território de Barra do Rio Grande o município de Santa Rita, elevando sua sede à condição de vila. Conforme já relatado no histórico de Formosa do Rio Preto (v.), no início do século XX, a introdução da navegação a vapor ao longo do rio Preto favoreceu o desenvolvimento dos municípios banhados por esse curso d'água, inclusive Santa Rita.

São Félix do Coribe: É estranha a nomenclatura desse município, que não tem por padroeiro São Félix (mas São Francisco de Assis), nem teve, ao longo de sua constituição histórica, nenhuma figura relevante de mesmo nome. Chamou-se Coribe até 1989, quando, com sua emancipação, assumiu o nome atual.

Serra Dourada: Desde seu surgimento, a localidade tem o mesmo nome, que repete o da fazenda que a originou.

Tabocas do Brejo Velho: Esse curioso topônimo faz referência à existência de uma graminácea nativa conhecida por taboca (do Tupi *ta'ûoka*) nas margens de terrenos alagadiços próprios da região. Inicialmente chamado Mariquita, teve o nome alterado para o atual em 1962.

Wanderley: É uma outra homenagem a João Maurício Wanderley, o célebre Barão de Cotegipe, latifundiário da região e Primeiro-ministro de D. Pedro II. Quando de seu surgimento no século XVIII, chamava-se Canabrava, mas teve seu nome alterado para Vanderlei no final do século XIX e permanece até hoje, só que com a grafia ligeiramente alterada.

Como se pôde observar nas páginas anteriores, dos atuais municípios do Oeste baiano, apenas cinco conservam sua nomenclatura original: Cocos, Jaborandi, Mansidão, São Desidério e Serra Dourada. Nos demais, houve sempre modificações. Entre os principais processos de mudança na toponímia da região, pode-se citar:

- a) redução do nome original: Santana dos Brejos > Santana;
- b) redução do nome original seguida de ampliação: Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente > Santa Maria > Santa Maria da Vitória;
- c) a) redução do nome original seguida de recategorização: Santana do Catão > Catão > Catolândia;
- d) ampliação do nome original e recategorização: Coribe > São Félix do Coribe;
- e) ampliação do nome original seguida de recategorização, seguida de redução, seguida de recategorização, seguida de retorno à categoria original: Santa Rita > Santa Rita do Rio Preto > Rio Preto

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

> Ibipectuba > Santa Rita de Cássia;

f) recategorização seguida de redução: Missão do Aricobé > Santana do Sacramento do Angical > Angical;

g) recategorização (uma ou sucessivas): Poço > Tapiracanga > Baianópolis; Ibiaguí > Canápolis; Buritizinho > Cristópolis; Mimoso do Oeste > Luís Eduardo Magalhães; Canabrava > [v]landerley; Mariquita > Tabocas do Brejo Velho; Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas > Correntina;

h) recategorização (uma ou sucessivas), com retorno a uma nomenclatura anterior: São João > Barreiras > Governador Antônio Balbino > Barreiras;

i) recategorização (uma ou sucessivas), seguida de redução: Arraial Velho > Campo Largo > Nossa Senhora de Santana do Campo Largo > Barão de Cotegipe > Cotegipe;

j) mudança dentro de uma mesma categoria: Rio Alegre > Coribe; Itajuí > Várzea Formosa > Formosa do Rio Preto; Riacho das Neves > Riachão das Neves.

Numa tomada panorâmica, observa-se que, ao longo da história da região, a tendência para a nomeação dos atuais municípios com nomes de origem portuguesa (37 dos 52 topônimos = 71,15%), seguidos de nomes de origem Tupi (7 = 13,47%), de hibridismos luso-tupínicos (4 = 7,69) e luso-europeus (4 = 7,69).

Os processos de formação mais recorrentes dessa toponímia histórica estão indicados no quadro 5:

**Quadro 5: Toponímia Histórica da Região Oeste da Bahia:
processos de formação**

processo	quantidade	%
nome + SP	17	32,7
justaposição	13	25
sufixação	6	11,53
nome + adj	5	9,60
hibridismo	4	7,7
formas simples	4	7,7
aglutinação	3	5,77

Quanto às categorias toponímicas, foram registradas as seguintes, em ordem decrescente de ocorrência:

Quadro 6: Categorização da Toponímia Histórica da Região Oeste da Bahia

categoria	referências: nomes de	quantidade	%
hagiotopônimos	santos (do hagiológico romano ou não)	15	28,84
hidrotopônimos	rios e cursos d'água	10	19,23
antropotopônimos	peessoas (com títulos ou não)	8	15,38
fitotopônimos	plantas	7	13,46
animotopônimos	estados de alma	2	3,84
geomorfotopônimos	acidentes de relevo	2	3,84
lítotopônimos	elementos do reino mineral	2	3,84
zootopônimos	animais	2	3,84
dimensiotopônimos	dimensão dos acidentes geográficos	1	1,2
ergotopônimos	(locais de) trabalho	1	1,2
etnotopônimos	nomes étnicos e adjetivos pátrios	1	1,2
sociotopônimos	sociedades e civilizações	1	1,2

Cruzando todas essas informações com as relativas às categorias toponímicas, chega-se ao quadro-resumo da próxima página.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo-piloto, podemos verificar que:

1) na toponímia como um todo, histórica ou atual:

a) há uma frequência de determinados itens lexicais e de determinadas lexias;

b) há uma preferência generalizada por nomes de origem portuguesa, seguido de nomes de origem Tupi;

c) não há registro de topônimos municipais de procedência africana;

d) a existência de antropotopônimos revela um caráter laudatório do denominador da região, que rende homenagens a personalidades, sobretudo do meio político, numa tentativa de eternizá-las.

2) no plano sincrônico:

a) a maioria dos atuais topônimos municipais do Oeste da Bahia têm conteúdo descritivo e está originalmente associada à fauna e à flora nativas, à religiosidade e a nomes de brasileiros ilustres;

b) em sua maioria, esses nomes são de origem portuguesa e pertencem a duas classes fundamentais: os fitotopônimos, formados por sufixação; e os hagiotopônimos, constituídos por nome seguido de sintagma posposicional;

c) como uma zona de colonização antiga, o Oeste da Bahia apresenta uma relativa concentração de topônimos de origem Tupi, puros ou híbridos, com ocorrência de morfemas lexicais;

d) de fato, há uma concentração de arcaísmos linguísticos na nomenclatura de em municípios mais antigos;

3) na década de 1960, foi comum o surgimento de topônimos formados a partir de hibridismos em que constam um formante português e um outro, de língua européia, normalmente o lexema grego *polis* e o inglês *land*;

Quadro 7: Topônimos da Região Oeste da Bahia: categorização, procedência e processos de formação

categorias	FORMAS DE ORIGEM PORTUGUESA					TUPI-NISMOS		HIBRIDISMOS		
	formas simples	sufixação	justaposição	aglutinação	nome + adj	nome + SP	formas simples	aglutinação	uso-tupis: nome + SP	uso-europeus: justaposição
hagiotopônimos	-	-	4	1	-	9	-	-	-	1
hidrotopônimos	1	-	-	3	2	3	-	3	-	1
antropotopônimos	2	1	2	-	-	-	-	1	1	1
fitotopônimos	-	3	1	-	-	-	1	-	1	1
animotopônimos	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
geomorfotopônimos	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
litotopônimos	-	-	-	-	1	-	-	(1) ¹⁸	-	-
zootopônimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dimensiotopônimos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
ergotopônimos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
etnotopônimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
sociotopônimos	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-

¹⁸ Na verdade, uma justaposição (Ibipetuba), que aqui incluímos por questão de economia.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

4) no plano diacrônico:

a) as mudanças não podem ser padronizadas, visto que ocorreram em épocas muito diversas, mas algumas tendências gerais podem ser observadas;

b) há o registro de categorias toponímicas não encontradas na atual sincronia;

c) a presença de muitos hagiopônimos é um indicativo da antigüidade do sentimento de religiosidade entre a população do Oeste baiano;

d) o registro de hidrotopônimos e fitotopônimos mostra o caráter descritivo da antiga toponímia da região, que hoje não é tão presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, José Capistrano de. *Capítulos da história colonial: 1500-1800*. Rio de Janeiro: Briguet, 1969.

ABREU, José Capistrano de. *Os caminhos antigos do povoamento do Brasil*. Brasília: EdUnB, 1993.

ADAS, Melhem. *Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais*. 3a. ed. reform. São Paulo: Moderna, 1998.

AGUILERA, Vanderci de Andrade & BERGANTINI, Vivian. “Nome e lugar: o lugar da mulher na toponímia paranaense”. *Boletim 42: revista da Área de Humanas*. Londrina: EDUEL, jan/jun. 2002.

ALBINO, Lúcia. “O resgate do nacional na denominação dos municípios paranaenses”. *Atas do III SELISIGNO*. Londrina: EDUEL, 2002.

ALMEIDA, Ignez Pita de. *Oeste baiano: agenda/livro*. Barreiras: Edição da Autora, 1999.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. *Animotopônimos e litotopônimos do Paraná*. XXX Encontro do GEL, [s.n.e.].

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. *Novos topônimos paranaenses*, [s.d.b.].

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. *A estrutura dos topônimos paranaenses*. Londrina: Celsul, 2000.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de & ALBINO, Lúcia. “Os rios do Paraná e sua influência na toponímia do Estado”. *XLVIII Seminário do GEL*. Assis: UNESP, 2000.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. “Topônimos paranaenses menos frequentes”. *V CELSUL*: Curitiba: UFPR, 2002.

BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico*. Salvador: SEI. CD-Room, 2003.

BARREIRAS. *Resumo histórico de nossas origens*. Barreiras: Prefeitura Municipal, 2001.

BOSI, Alfredo. *Dialética na colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: 1988; texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994. 17ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (ed.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. (2ª ed.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, v.1 (389 p.). v.2 (518 p.).

CALDAS AULETE, J. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa, 1881.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

CARDOSO, Armando Levy. *Amerigenismos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras de origem Tupi*. (2ª ed.) São Paulo: Melhoramentos, 1998.

DAUZAT, Albert. *La toponymie française*. Paris: Payot, 1971.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. “Atlas toponímico: um estudo de caso”. *Acta Semiótica et Linguística*, v.6. Londrina: SBPL/Plêiada, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário básico da língua portuguesa*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

GARCEZ, Aroldo. *A saga da lei: o julgador, o crime, o castigo*. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.

GARVIN, Paul & LASTRA DE SUÁREZ, Yolanda. *Antologia de estudios de etnolingüística y sociolingüística*. México: Universidade Nacional Autónoma de México/Instituto de Investigaciones Antropológicas, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, 2v.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1978, 2v.

HOUAISS, Antônio. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, vol 20-21.

JACQUES, Paulino. *Curso de direito constitucional*. 10ª ed. ref./at. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. São Paulo: Confluência, [s/d.], 2351 p. (3v).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1957.

MELO, Gladstone Chaves de. "A influência Tupi". In: Id. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1946, p. 33-58.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955, 2v.

NEIVA, Arthur. *Estudos da língua nacional*. São Paulo: Nacional, 1940.

PAMPLONA, Luiz G. *Barreiras: bê-a, ... da Barra prá cá!*. Barreiras: [s/ ed.], 2002.

PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Nomes próprios de origem Tupi no Brasil do século XIX*. Salvador: UFBA – Dissertação de Mestrado [digitado], 1999.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na geografia nacional*. 5ª ed. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde. [Edição revista por Frederico Edelweiss], 1957.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª ed. Salvador: EDUFBA/EDUSP, 2003.

**PROPAGANDA E PUBLICIDADE NO INTERDISCURSO
OS SUJEITOS DOS DISCURSOS CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO
EM BUSCA DE SEUS OBJETOS DE VALOR**

Cidmar Teodoro Pais (USP e UBC)

RESUMO

Este trabalho propôs-se a examinar aspectos da propaganda e/ou da publicidade presentes em discursos institucionais de Universidades públicas ou privadas, tais como são difundidos pela mídia, a imprensa e a televisão. Consideraram-se, sobretudo, os microssistemas de valores subjacentes, em relação aos sujeitos do processo educacional, seus valores histórica e consensualmente aceitos, os impactos e confrontos daí decorrentes. Utilizaram-se modelos da sociossemiótica, da semiótica das culturas e da semântica cognitiva. Examinaram-se estruturas narrativas, a semântica profunda e a semântica conceptual.

PALAVRAS-CHAVE:

Discurso; Educação; Ensino superior; Instituições, Propaganda e publicidade.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propôs-se a examinar certas facetas da propaganda e/ou da publicidade nos discursos institucionais de Universidades públicas e privadas, tais como vem sendo disseminados na mídia impressa e televisiva, particularmente no que tange a microssistemas de valores subjacentes. O *corpus* da pesquisa foi constituído de ‘folders’, catálogos e filmes publicitários, divulgados em 2002. A análise fundamentou-se em modelos da sociossemiótica, da semiótica das culturas e da semântica cognitiva.

Preliminarmente, é preciso lembrar que o *poder-fazer-saber* do *sujeito cognitivo* só se realiza através de um *poder-saber-fazer* do *sujeito enunciatador-enunciatário* do discurso, que, manifestando-se, conduz à realimentação e à regulação do metassistema conceptual e dos processos semióticos dele dependentes (Pais, 1998). *O sujeito cognitivo e o sujeito semiótico produzem um saber sobre o ‘mundo’ e sobre si mesmos e são simultaneamente produzidos num processo, em que são determinantes a racionalidade, a sensibilidade, a intuição, a afetividade e a historicidade.*

Assim, os discursos só significam na *interdiscursividade*, os textos só significam na *intertextualidade*. Distinguem-se esses dois tipos de relações, a primeira concernente à enunciação, ao processo de produção discursiva, a segunda, relativa aos enunciados-textos resultantes (Courtés, 1999). Relações *intertextuais* definem um *arquitrato*; relações *interdiscursivas*, um *arquidiscorso* (Rastier, 2000; Pais, 2002).

Verificamos, também, que a *instância de competência* de uma *semiótica-objeto* converte em *grandezas-signos, funções semióticas e metasemióticas* (Hjelmslev, 1968) os *conceptus*, ‘modelos mentais’ (Rastier, 1991; Dubois, 1991) dialeticamente articulados aos *designata*, os recortes culturais (Pais, 1999, 2000).

Dessa maneira, a partir de determinada *experiência*, o *metasistema conceptual*, constituído pelos *conceptus lato sensu* (Rastier, 1991; Barbosa, 1999), sua rede de relações e pelos complexos conceptuais, preside o percurso gerativo de enunciação de codificação e de decodificação (Greimas, 1979, p. 157-162; Pais, 2003). Do *fazer interpretativo* do enunciatário resulta a *realimentação* e *autoregulagem* do metassistema conceptual e, conseqüentemente, a instância de competência de todas as semióticas-objeto dele dependentes, no âmbito de uma cultura. Desse complexo processo decorre a permanente (re)elaboração da ‘visão do mundo’, a incessante (re)construção do *mundo semioticamente construído* (Pais, 1998). Nas línguas naturais, determina o enriquecimento do léxico.

OS SUJEITOS DO PROCESSO EDUCACIONAL E SEUS OBJETOS DE VALOR

Sabemos que os diferentes *universos de discurso* se caracterizam, dentre outros aspectos, por suas *estruturas de poder*, por suas *modalidades, modalizações, sobremodalizações e sobredeterminações* (Pais, 1984; 1993, p. 454-520).

Assim, por exemplo, o discurso científico (ou da produção do conhecimento) se define pela modalidade complexa *poder-fazer-saber*; o discurso tecnológico (ou da competência) se define, por sua vez, por um *poder-saber-fazer*; o discurso político, por um *poder-fazer-querer*; o discurso jurídico, por um *poder-fazer-dever*; o dis-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

curso burocrático, por um *poder-fazer-fazer*; o discurso que produz e sustenta um sistema de crenças, pela combinatória modal *poder-fazer-crer*.

O *discurso pedagógico* revela uma estrutura de poder muito complexa, na medida em que compreende vários micro-universos de discurso, sustentados em ricas relações intertextuais e interdiscursivas. Pode ser assim formalizado:

poder-fazer-saber ⇒ *poder-saber-fazer* ⇒ *poder-fazer-querer* ⇒
poder-fazer-dever ⇒ *poder-fazer-crer*

Noutros termos, trata-se de um discurso voltado para a *formação* e a *informação*, ou seja, que se propõe a criar e transmitir *conhecimento*, gerar uma *competência*, despertar uma *vocação*, instaurar uma *ética* geral e profissional e estabelecer, desse modo, um *sistema de crenças* a propósito dos elementos precedentes.

Além disso, são conhecidas as relações que se estabelecem entre o *discurso pedagógico*, de um lado, e o *discurso político* (das políticas públicas, da política educacional, sobretudo), do *discurso jurídico* (da legislação pertinente), do *discurso burocrático-administrativo* (da gestão das instituições), etc., de outro.

Desse modo, o *conceptus lato sensu* <<instituição de ensino superior>> semiotiza-se e lexemiza-se em micro-universos de discurso de diferentes Sujeitos de discurso, como o estudante, o professor, o funcionário, a instituição, a mantenedora, o legislador, o administrador, os órgãos governamentais competentes, a família do estudante, a sociedade como um todo. A unidade léxica que o manifesta, *instituição de ensino superior*, só pode ser *polissêmica* e, mesmo, *polissemêmica*.

Seria impossível resumir, aqui, uma análise semântico-conceptual e semêmica de todos os Sujeitos de discurso envolvidos. Limitamo-nos, pois, a três Sujeitos: <<estudante>>, <<professor>>, <<instituição/mantenedora>>.

Reconhecem-se no discurso da publicidade e/ou da propaganda institucionais concepções e valores que são julgados amplamente *consensuais*. No tocante às estruturas narrativas, observa-se uma constante, a proposta que faz cada Instituição – Destinador-

Manipulador – aos Destinatários-Sujeitos, estudantes matriculados ou potenciais, seu público-alvo. A proposta estabelece um programa narrativo (PN) em que o Sujeito, se aceita o contrato de confiança, pode vir a entrar em conjunção com Objetos de valor, cognitivo, “formação”, e pragmático, “capacitação profissional”. Contudo, exame mais cuidadoso mostra que esse PN é, na verdade, um PN auxiliar, como se verá adiante.

Assim, observa-se que esses Sujeitos de discurso têm seus programas narrativos e os seus Objetos de valor específicos. O <<estudante>> busca, em princípio, [+conhecimento], [+capacitação profissional]. [+ascensão social], [+socialização]; o <<professor>> persegue [+salário], [+reconhecimento profissional], [+gratificação psicológica], [+ascensão social]; a <<instituição/mantenedora>> pretende realizar [+prestação de serviços] e alcançar [+reconhecimento público], [+recursos financeiros].

Do ângulo, pois, das estruturas narrativas, tem-se três discursos em que S_1 = estudante e S_2 = professor acham-se numa relação de *destinação recíproca*; assim também, S_2 = professor e S_3 = instituição/mantenedora, S_1 = estudante e S_3 = instituição/mantenedora, dois a dois. Vale a penas conferir Kaplanas (1997, p. 185).

Considere-se, em seguida, o nível da semântica cognitiva ou o nível semântico-conceptual. Depreende-se dos programas narrativos, dos objetos de valor e da análise semântico-conceptual e semêmica, que os três Sujeitos em tela – como os demais Sujeitos envolvidos no processo - fazem, cada um deles, um *recorte* distinto do *conceptus lato sensu* <<instituição de ensino superior>>, privilegiando certas zonas de traços semântico-conceptuais e deixando latentes outras zonas, de modo a definir *metaconceptus* e *metametaconceptus* (Barbosa, 1999, 2000) distintos, conquanto se mantenha a intersecção absoluta do *arquiconceptus* (Béjoint e Thoiron, 1996). Tem-se:

Conceptus lato sensu <<instituição de ensino superior>>
 Subconjunto do <<estudante>>

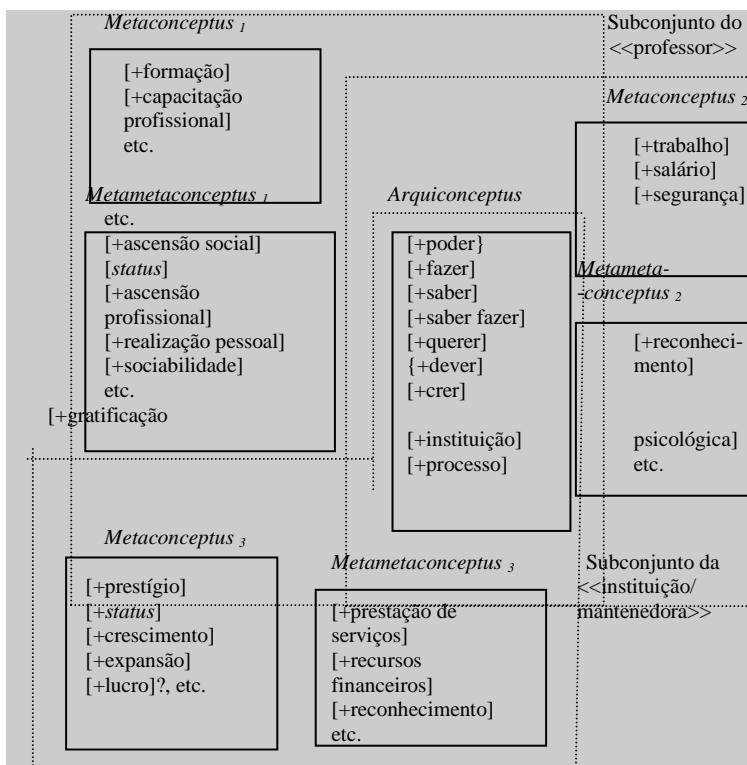


Figura 1: Estrutura do *conceptus lato sensu*, em nível da semântica cognitiva

Como se pode observar, configura-se um *arquiconceptus*, enquanto subconjunto de traços semântico-conceptuais constitutivos da intersecção absoluta dos três *conceptus* resultantes do *processo de conceptualização* dos três Sujeitos de discurso, estudante, professor e instituição/mantenedora, em função dos interesses, necessidades, em suma, dos microsistemas de valores sustentados pelos Sujeitos em seus discursos. Os três *metaconceptus* que lhes correspondem compreendem traços semântico-conceptuais culturais, configuram *con-*

sensos dos segmentos sociais representados e, até certo ponto, da sociedade como um todo. Entretanto, os *metametaconceptus* compreendem traços semântico-conceptuais modalizadores, eminentemente manipulatórios, que dizem respeito ao caráter político dos discursos em que se manifestam e, que, por conseguinte, conduzem a uma visão global do ‘sistema’. Evidentemente, a análise é ilustrativa e não exaustiva, constitui, apenas, uma *leitura*. Outras leituras são perfeitamente exequíveis.

DOS DISCURSOS DA PROPAGANDA E DA PUBLICIDADE INSTITUCIONAIS

Ora, o discurso da publicidade e/ou da propaganda institucionais, das instituições de ensino superior, públicas e privadas, obedece a uma regra de qualquer discurso publicitário ou de propaganda. Com efeito, esse discurso jamais entra em confronto, *no modo do parecer*, com a axiologia, a ideologia, o sistema de valores e o sistema de crenças do público-alvo, do consumidor efetivo ou potencial. Discurso conservador e conciliador, busca seduzir o Destinatário-Sujeito, oferecer-lhe um mundo de prazer, de satisfação pessoal, de alegria, de felicidade, de conforto, de paz. Busca atender às expectativas e aspirações do público-alvo, detectadas em pesquisas prévias de opinião.

Universidades públicas e Universidades privadas fazem divulgar por meio de diferentes canais da mídia – ‘folders’, jornais, televisão, internet, outdoors, etc. - discursos de propaganda e/ou publicidade institucional. Verifica-se que a distinção clássica entre propaganda e publicidade, segundo a qual a propaganda seria política e a publicidade, de consumo, dificilmente se sustenta. Uma vez que cursos são oferecidos como serviços, um mesmo discurso manifestado proclama o nível de excelência da instituição em causa – dirigido, sobretudo, às entidades governamentais e à sociedade como um todo - e oferece seus cursos e serviços como caminhos melhores, mais eficientes, pelos quais o Sujeito-Estudante conquistará determinados objetos de valor.

Assim, como se viu acima, a proposta que faz cada Instituição - Destinatador-Manipulador – aos Destinatários-Sujeitos, estudantes

matriculados ou estudantes potenciais, seu público-alvo, estabelece um programa narrativo (PN) em que o Sujeito, na medida em que aceita o *contrato de confiança*, matricula-se num curso da instituição, pode vir a entrar em conjunção com Objetos de valor, cognitivo, “formação”, e pragmático, “capacitação profissional”. Entretanto, exame mais cuidadoso dos textos mostra que esse PN é, na verdade, um PN auxiliar. Embora a “formação” e a “capacitação profissional” sejam Objetos de valor comuns a esses discursos, *consensualmente aceitos*, geralmente revelam-se papéis actanciais de um programa narrativo auxiliar. O PN principal, por vezes explicitado, por vezes insinuado ou subentendido, tem como Objetos de valor “ascensão social”, “status”, “prestígio”. A sociedade pós-moderna, globalizada, parece ter outras prioridades.

De fato, “saber” e “competência” são apresentados como instrumentos de “empregabilidade” ou de “perspectivas de carreira” e, estas, como as que conduzem ao “sucesso”, ao “status”, “poder” e “prestígio”, tomados como Objeto de valor, no PN principal do Sujeito-Estudante. Veja-se um anúncio veiculado na televisão:

Um rapaz e uma moça encontram-se em aconchegante bar da moda. Ela parece alegre, elegante, bem-sucedida, segura de si. O rapaz mostra-se tímido. A moça assume papel maternal de encantadora ajuda ao rapaz, assumindo o discurso do Destinador-Manipulador. É proposto um programa narrativo, uma parte explícita no diálogo, outra em um ‘clip’ projetado concomitantemente. A pergunta-chave é: “Quer tirar o atraso?”

Textos desse tipo afirmam que os Sujeitos têm pressa e querem conquistar vantagens, sem perder muito tempo. Neles, o Sujeito-Estudante é situado como Sujeito-Consumidor dos cursos e serviços.

O “caminho do sucesso”

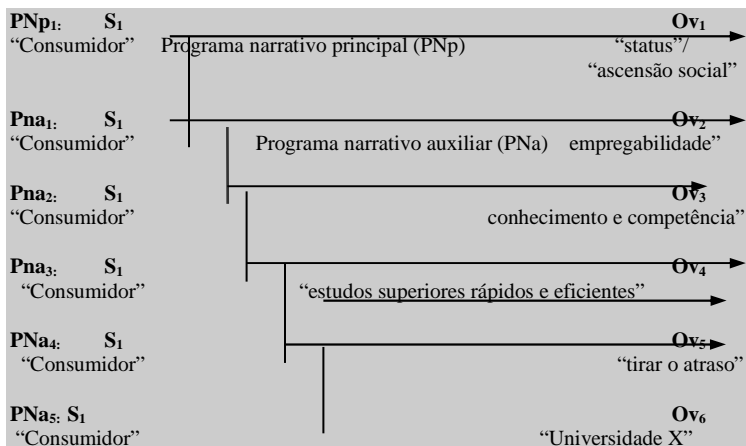


Figura 2: Um programa narrativo para o Sujeito-estudante-consumidor

OS MICROSSISTEMAS DE VALORES SUBJACENTES

Foi possível elaborar um modelo, em semântica profunda, do modo como esses discursos refletem microsistemas de valores e ‘visão do mundo’ da sociedade contemporânea, altamente competitiva, em seu todo. Assim, configura-se uma *axiologia*. Como epicentro de equilíbrio e conflito sociais, uma *tensão dialética* entre duas tendências contrárias, *cooperação x competição*. No quadrado semiótico, são seus contraditórios os metatermos *não-cooperação* e *não-competição*. A combinação modal *cooperação x não-competição* determina a dêixis positiva, definida como *formação solidária*. A dêixis negativa resulta da combinação *competição x não-cooperação*, caracterizadora da *formação individualista*. *Não-competição x não-cooperação*, combinados, constituem o termo neutro, *marginalização do sistema*. Tem-se:



t.d.

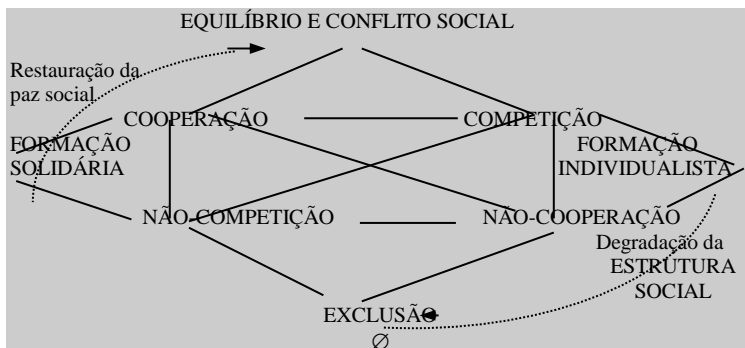


Figura 3: Formação solidária x formação individualista

Os percursos dialéticos mostram os processos de *inclusão* e *exclusão* do ensino superior e permitem melhor compreensão das ideologias de *confronto* e *cooperação*, os mecanismos da *inclusão excludente*, a que inclui alguns, para excluir a maioria.

No que concerne ao microsistema de valores acima examinado, cabe observar que os discursos da propaganda e/ou da publicidade institucionais não propõe um equilíbrio na tensão dialética entre os dois contrários, *cooperação x competição*. Frequentemente, há uma opção em cada anúncio, por um termo ou pelo outro. Essa *escolha* parece relacionada ao público-alvo e obedece a critérios de *eficácia discursiva*.

Assim, por exemplo, a propaganda política governamental, da União, dos Estados e dos Municípios, de maneira crescente na última década, parece enfatizar em seus anúncios, algo que lembra a *formação solidária*, como caminho de acesso à *cidadania*.

Da mesma forma, há muitos exemplos de Universidades privadas que divulgam anúncios em que se ressaltam serviços gratuitos à comunidade; destacam-se atendimento a crianças carentes, assessoria a classes de alunos especiais da rede pública, cursos para a terceira idade, apoio à formação de funcionários, preservação do meio-ambiente, gestão de sítios arqueológicos, as contribuições da instituição para o desenvolvimento regional, na *isotopia* da *solidariedade* e

da *responsabilidade social*.

Entretanto, a tônica se modifica, quando se trata de atrair estudantes (clientela), para o concurso vestibular ou para os cursos de pós-graduação. Tanto as Universidades públicas quanto as Universidades privadas destacam as possibilidades de *cada* estudante, individualmente, de “empregabilidade”, “ascensão social”, “prestígio”.

Assim, há Universidades públicas, consideradas “de excelência”, que manipulam a ideia de “marca”, no sentido publicitário, convertida, para fins de operações de prestígio, em “griffe”. Essa “griffe” é transferida, acredita-se, ao alunado. Universidades privadas também exploram as perspectivas oferecidas aos estudantes, quanto ao “sucesso”, como no anúncio: “A Universidade X tem tudo para você se dar bem”. Reafirma-se o ‘esquema’:

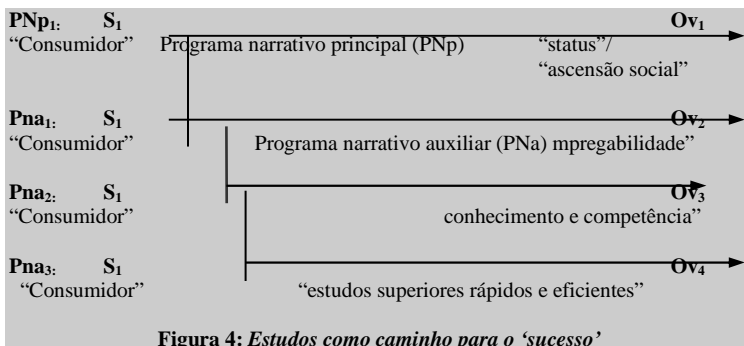


Figura 4: Estudos como caminho para o ‘sucesso’

Desse modo, estabelece-se uma concorrência entre Universidades, quanto à qualidade do produto oferecido, que tem por alvo o imaginário da classe média e da classe média alta, os estudantes e as suas famílias. A ênfase é dada à *competividade*, à *formação individualista*. O discurso publicitário institucional busca atender aos desejos, às aspirações difundidas nas classes sociais que têm melhores condições de acesso aos estudos superiores e jamais entra em confronto com essa concepção amplamente compartilhada. Para ser eficaz, precisa dizer sempre o que o público quer ouvir.

IMPACTOS DA CONCEPÇÃO PUBLICITÁRIA
NA COMUNIDADE ACADÊMICA

Estabelecem-se processos de *manipulação/sedução*, *inserção/exclusão*, *inclusão/proscrição*.

Na Idade Média ocidental, a estrutura social era bem mais simples. A ‘elite’ era constituída pela nobreza, cujos títulos eram hereditários – com raras exceções, recompensa por serviços prestados – e pelo alto clero, que, juntos, configuravam a *aristocracia* e compartilhavam o poder. Desse ângulo, as sociedades industriais e pós-industriais revelam um quadro muito mais complexo. Ocorreram profundas transformações, ao longo do processo histórico, que não conduziram a uma verdadeira *democratização* mas a uma *retórica da democratização*. Resultaram, de fato, no engendramento de uma ‘elite’ multifacetada, ou, se preferirmos, numa multiplicação de ‘elites’, sem que se alterasse o princípio do modo de ordenamento político e social, segundo o princípio aristocrático *no modo do ser*. Permanece, imutável, a relação **privilégio x restrição*. Houve, certamente, imensa diversificação dos *privilégios*, acompanhada necessariamente pelo correspondente número de *restrições*.

Seria impossível estabelecer a relação exaustiva de *privilégios* e *restrições*, no seio da sociedade moderna e ‘pós-moderna’. Entretanto, coexistem legítimas aspirações de *inclusão*, em confronto com uma *retórica da inclusão*, eficiente em sua tarefa de *fazer que ‘algumas coisas mudem’, para que ‘nada mude’*.

Exemplo lamentável desse ordenamento social *perverso* é o que concerne ao *acesso aos bens culturais*. Verificou-se, indubitavelmente, certo crescimento de vagas no ensino fundamental e médio públicos e gratuitos, na verdade muito aquém da demanda social eternamente reprimida. Contudo, isso ocorreu paralelamente a um sensível declínio da qualidade do ensino. Por mais que a retórica oficial insista, por meio de ‘reformas’ apresentadas como ‘salvadoras’, é inegável que a política salarial tem levado os docentes a uma situação de penúria inominável; os edifícios e os equipamentos estão deteriorados ao extremo. Não pode haver qualidade sem investimento equivalente. Enquanto isso, os filhos dos *privilegiados* estudam em escolas particulares, caras, e que ostentam a famosa *griffe*, garantindo-se aos egressos grandes facilidades de *ascensão*. Multiplicam-se

privilégios e privilegiados.

Aparentemente, a situação do ensino superior é distinta. As Universidades públicas sustentam a excelência do ensino e da pesquisa. Entretanto, é preciso indagar o que há por trás disso. As oportunidades de *acesso* ao ensino superior público estão determinadas pelo processo ‘democrático’ do concurso vestibular. As possibilidades dos egressos do curso secundário público são fortemente reduzidas, sobretudo nas carreiras mais procuradas, as que oferecem maior *status*. Aplica-se em ‘boa consciência’ a regra de “tratar igualmente os desiguais”.

Igualmente trágica é a situação dos docentes do ensino superior. Defrontamo-nos novamente com o intolerável conceito da *griffe*. Estabelece-se a distinção clara entre os ‘bem nascidos’ e a ‘plebe ignara’. Reproduz-se, uma vez mais, o processo perverso de *constituição de uma ‘elite’, a aristocracia universitária*, que pensa e age como *corpo aristocrático*, distinguindo-se de docentes ‘menos qualificados’, estigmatizados, que garantem *alguma* formação aos *excluídos do paraíso*. Causou penosa impressão ouvir de uma ‘autoridade universitária’ que se envaidecia da *griffe* (usou exatamente essa palavra!) da prestigiosa Universidade a que pertencia. Reafirma-se o *privilégio*.

A *retórica* das políticas ‘públicas’ do processo educacional brasileiro *insiste* na ‘justificativa moral’ da *avaliação*. Avalia-se tudo, os docentes, os estudantes, o equipamento, as instalações, do supercomputador ao cestinho de lixo. Afirma-se que é necessário assegurar *o alto nível e os padrões de excelência*. Jamais ocorreu às ‘lideranças’ a idéia de oferecer tais padrões ao conjunto da população.

Está mais que comprovado que os sucessivos processos de *avaliação*, no Império e na República, sempre constituíram mecanismos para *inserir* alguns e, sobretudo, *excluir* os demais, *reduzir a demanda*, conferindo a essa ‘política’ uma ‘justificativa’ ‘ética’. Com efeito, os ‘critérios’ da dita *inclusão* exigem dos postulantes *adesão incondicional ao sistema*. Àqueles que se recusam ou simplesmente não podem *aderir a um sistema* qualquer, resta a *exclusão*. Num país caracterizado por grande diversidade cultural – um patrimônio inegável -, estabelecem-se ‘critérios’ centralizadores e ‘universais’. Temos:

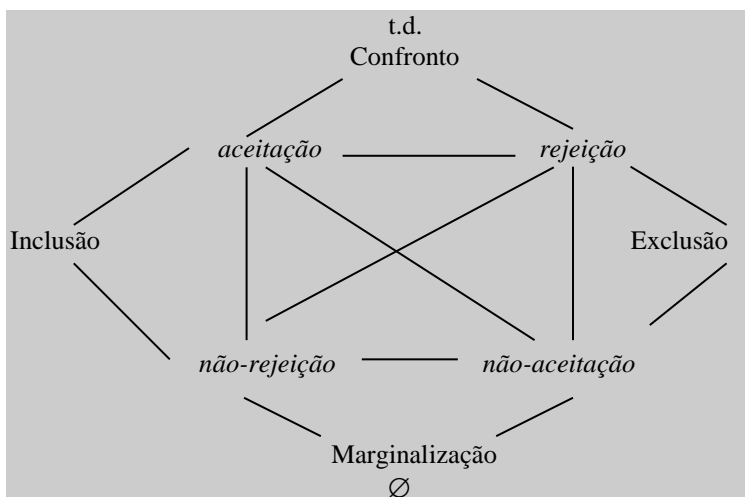


Figura 5: *Inclusão x exclusão*

Configuram-se *arquitextos* e *arquidiscursos* que resultam, no período da globalização, desse tipo de produção discursiva. Observam-se certos mecanismos de dominação, processos de conquista e preservação do poder burocrático, formação e consolidação de grupos hegemônicos na comunidade científica e acadêmica. A (antiga) ética científica, a isenção, a dúvida sistemática, a reflexão crítica vêm sendo progressivamente descartadas, por incômodas, e valores fundamentais, como busca da verdade, construção do saber, para a melhoria das condições de vida do homem reduzem-se a programas narrativos auxiliares, retóricos, suplantados pela demanda de objetos de valor (agora) principais, como *status*, poder e prestígio. Assinalam-se os fortes impactos dos discursos da propaganda e da publicidade na gestão institucional do ensino público e privado, na condução dos discursos do processo educacional. Nesse cenário, suscitam-se tensões, conflitos de interesses, embates entre sistemas de valores.

Nessas condições, ainda, propõe-se o problema de *credibilidade x eficácia*, ou seja, da credibilidade, quanto à qualidade do ensino e da pesquisa, e da eficácia, quanto à realização pessoal e ao caminho para o sucesso. Temos:

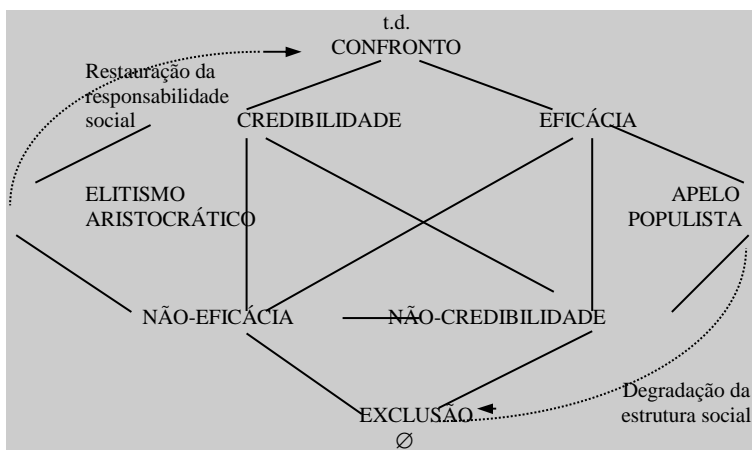


Figura 6: credibilidade x eficácia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso da propaganda e/ou da publicidade institucionais de Órgãos governamentais, Universidade públicas e privadas tem características comuns e constantes. Os discursos manifestados desse tipo buscam conquistar a *aceitação* e a *legitimidade* de sua presença na sociedade, por parte de um Destinatário-Sujeito individual e coletivo, o Sujeito-Consumidor-Contribuinte.

A concorrência entre Universidades públicas e privadas, pela conquista do Sujeito-estudante-consumidor, tem muito do *modo do parecer*. A grande operação destina-se a assegurar a cada instituição participante *uma fatia de mercado*. Obedece, portanto, à lógica do *mercado*.

Na axiologia profunda, o discurso da propaganda e/ou da publicidade institucionais, geralmente, sustenta uma concepção de mundo fundada na *competição* e no *sucesso* pessoal a qualquer preço, exacerbada na globalização neo-liberal. Certamente, esse não é o caminho para a construção de uma sociedade mais livre, justa e democrática. A proposta de transformar a sociedade, por meio da educação, exige profundas mudanças políticas nas concepções, no ideário da população e lideranças, quanto à sociedade que se pretende

construir e ao modelo de educação que pode ser um dos seus instrumentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Aparecida. Estruturas e tipologia dos campos conceituais, campos semânticos e campos lexicais. *Acta semiotica et linguística*. São Paulo, v. 7, p. 95-120, 1998.

———. Campo conceitual e campo lexical dos termos globalização e mundialização: relações. *Revista brasileira de lingüística*. São Paulo, v. 10, p. 29-52, 1999.

BÉJOINT, Henri, THOIRON, Phillipe et al. Notion d' "archi-concept" et dénomination. Meta. *Journal des Traducteurs*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, p. 512-523, 1996.

COURTÉS, Joseph. Analyse sémiotique du discours. De l'énoncé à l'énonciation. Paris: Hachette, 1991.

DUBOIS, Danielle et al. *Sémantique et cognition. Catégories, prototypes, typicalité* Paris: CNRS, 1991.

GREIMAS, Algirdas Julien et COURTÉS, Joseph. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.

HJELMSLEV, Louis. *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris: Minuit, 1968.

KAPLANAS, Ida. *Interação e acordos num discurso sindical de Professores *do 3.º Grau do Ensino Particular de São Paulo (SIN-PRO/SP): uma análise sociosemiótica*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1997.

PAIS, Cidmar Teodoro. Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso. *Revista Brasileira de Lingüística*. São Paulo, v. 7, n.º 1, p. 43-65, 1984.

———. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. Directeur de Recherche: Bernard Pottier. Paris: Université de Paris-Sorbonne (Paris-IV)/ Lille: Atelier National de Reproduction des Thèses, 761 p, 1993.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

———. Conceptualisation, dénomination, désignation, référence. Réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde. *Hommage à Simone Saillard. Textures. Cahiers du Centre d'Études Méditerranéennes et Ibéro-Américaines*. Lyon: Université Lumière Lyon 2, p. 371-384, 1998.

———. Étude comparée de micro-systèmes de valeurs des cultures française et brésilienne: essai en sémiotique des cultures. *INFO-CREA - Revue du Centre de Recherches et d'Études Anthropologiques*. Lyon, v. 6. p. 13-21, 1999.

———. Aspectos de las visiones del mundo y de los sistemas de valores en culturas de la América Latina y del Caribe. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v.8, p. 395-421, 2000.

———. Conceptualização, interdiscursividade, arquiteyto, arquidiscursivo. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro, CEFIL, ano 8, n.º 23, p. 101-111, 2002.

———. Campos conceptuais, campos lexicais, campos semânticos: da cognição à semiose. *Léxico, semântica e lexicologia. Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro, CEFIL, ano VI, n.º 7, p. 72-85, 2003.

RASTIER, François. *Sémantique et recherches cognitives*. Paris: PUF, 1991.

———. Para uma poética generalizada. Tradução de Cidmar Teodoro Pais. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v. 8, p. 445-470, 2000.

ENTREVISTA COM EVANILDO BECHARA

Vito Manzolillo (UNESA)

O entrevistado deste volume é o Professor Evanildo Bechara, bem conhecido da comunidade científica luso-brasileira, que dispensa maiores apresentações. Professor Titular e Emérito da UERJ e da UFF, membro da ABF e da ABL, sócio-correspondente da Academia de Ciências de Lisboa e Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra, o professor Bechara é autor da *Moderna Gramática Portuguesa* e da *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*, além de várias outras obras. Na tarde do dia 23.02.2005, fui gentilmente recebido por ele em sua sala da Academia Brasileira de Letras, instituição na qual exerce o cargo de Secretário-Geral. A conversa que tivemos na ocasião aparece reproduzida abaixo.

Vito Manzolillo – Para começar, o senhor poderia nos falar um pouco a respeito do trabalho que desenvolve atualmente na ABL?

Evanildo Bechara – Na ABL, desenvolvemos algumas atividades. A primeira delas é enfatizar, no seio da instituição, o compromisso do cultivo da língua como preceitua o artigo primeiro do nosso estatuto. Neste sentido, com o apoio do plenário, inauguramos uma coleção intitulada *Antônio de Morais Silva*, onde serão publicados estudos sobre língua portuguesa. A coleção foi inaugurada com os *Estudos Filológicos*, de Antenor Nascentes, e agora está prestes a sair a obra *Fatos da Linguagem*, de Heráclito Graça, e um levantamento de todos os artigos sobre língua portuguesa que saíram nas revistas da Academia. Outra atividade é enfatizar o trabalho e a atividade da primitiva comissão de Lexicografia que agora, por nossa sugestão, passa a ampliar os seus objetivos com o título de *Comissão de Lexicologia e Lexicografia*. Neste caso, a comissão abre os horizontes não só para a atividade lexicográfica mas também para os estudos do léxico português. Neste sentido, serão publicados, originais ou traduzidos, trabalhos dos mais conceituados pesquisadores no domínio da história do léxico português e brasileiro, etimologia, história de palavras etc. Atualmente, estamos elaborando um dicionário

escolar com cerca de 30.000 verbetes e levantando o *corpus* literário e não literário que integrará o dicionário normativo da língua portuguesa no Brasil.

VM – Ainda falando da Academia, que trâmites devem ser seguidos por aqueles que desejam se tornar acadêmicos?

EB – Na realidade, não há um ritual preestabelecido. A Academia tem procurado ser, seguindo as intenções dos seus fundadores, uma casa de notáveis e não apenas de notáveis na literatura. Ela procura reunir os nomes representativos das artes, das ciências, do direito, da medicina etc. e isso às vezes o público não entende quando sai vitorioso das eleições um notável que não é ligado às letras. Primeiro, a existência da vaga. Depois, a inscrição para a vaga. Antes de procurar a vaga, fazer uma sindicância discreta no sentido de ver se a presença dele será bem recebida na Academia, isto é, se conta com votantes dentro da Academia. Depois, ele manda para os acadêmicos um currículo acompanhado de alguns dos seus livros e começa a frequentar as reuniões públicas da Academia até o dia da eleição.

VM – Na sua opinião, no Brasil de hoje, vale a pena ser professor?

EB – Ser professor vale a pena em todos os momentos de uma sociedade. Só lamentamos é que a sociedade e os seus representantes nas posições de comando não tenham tentado executar uma política de educação que estimule a colaboração de mais jovens, preparados e estimulados ao exercício do magistério. Todavia, a sociedade caminha por uma trilha tão perigosa hoje em dia que a pouco e pouco se vai convencendo de que só pela educação, no sentido amplo da palavra, encontrará uma saída honrosa e um futuro promissor.

VM – Como o senhor se sente ao saber que, em nosso País, seu nome representa referência inquestionável no âmbito dos estudos lingüísticos?

EB – A consciência permanente da responsabilidade que colegas e alunos me atribuem e, por isso, não paro de estudar. Conviver com colegas competentes e, na medida do possível, tentar pôr em letra de forma toda essa convivência, alicerçada por uma constante leitura.

VM – **Gramático, lingüista ou filólogo, como o senhor se definiria?**

EB – Na realidade, a preocupação com saber mais e melhor orientar a si mesmo e aos seus alunos fica difícil ao estudioso encerrar-se na condição de gramático, de filólogo e de lingüista. Sem procurar comparar-me com os seguintes modelos, seria difícil a um Said Ali, a um João Ribeiro, a um Sousa da Silveira, a um Ismael de Lima Coutinho, a um Serafim da Silva Neto, a um Mattoso Câmara Jr., a um Sílvio Elia, a um Celso Cunha, a um Gladstone Chaves de Melo classificar-se apenas como gramático ou filólogo ou lingüista. Na realidade, segundo as circunstâncias, procuramos ser tudo isso. Como disse bem Ferdinand de Saussure, o ponto de vista é o que cria o objeto.

VM – **Como o senhor sabe, o CiFEFiL, responsável pela publicação da revista *Philologus*, é uma das poucas instituições nacionais dedicadas à divulgação e à promoção da Filologia. No seu ponto de vista, o que significa ser filólogo hoje em dia?**

EB – Ser filólogo hoje, no Brasil, é procurar repetir a lição desses autores citados atrás, de portugueses como Leite de Vasconcellos e Epifânio Dias e responder como Gaston Paris. Quando lhe perguntaram que é Filologia, respondeu: Filologia é o que eu faço. Infelizmente, devemos perder o medo de não acertar o passo com as últimas novidades no mundo da ciência. Para a ciência e para a satisfação pessoal do pesquisador, deve-se fazer aquilo de que gosta e aquilo em que confia. O fato de uma disciplina ser nova não significa que detenha a verdade e que vem para desbancar o que a ciência já conhece. O problema é fazer bem o que se faz.

VM – Em algumas instituições superiores da área de Letras, a Filologia não constitui disciplina obrigatória do curso. Na sua opinião, tal fato prejudica a formação do profissional?

EB – Toda ausência de disciplina contribui para diminuir a visão panorâmica que deve ter o professor e o aluno de Letras. Hoje, se retira Filologia; amanhã, a Estilística e assim dentro de pouco sofrerá quase nada para a formação integral do aluno de Letras.

VM – Ultimamente, assunto bastante comentado, na esfera dos estudos linguísticos, é a questão dos estrangeirismos. O que o senhor tem a nos dizer a respeito?

EB – O problema do estrangeirismo tem sido muito mal focalizado. O estrangeirismo não é um problema linguístico; é um problema de política do idioma e de educação linguística. Assim sendo, estão mal formuladas questões do tipo: o estrangeirismo é um inimigo da língua, o estrangeirismo macula a pureza do idioma. O que devemos evitar é o estrangeirismo desnecessário por ter sucedâneo à altura.

VM – Para finalizar, o que achou da iniciativa do CiFE-FiL de passar a incluir entrevistas na revista *Philologus*?

EB – É louvável a seção de entrevistas numa revista do gênero por dois motivos: primeiro, revela o pesquisador como pessoa e, em segundo lugar, quando há oportunidade, como conselheiro direto ou indireto porque fala da sua experiência, dos seus mestres, do seu trabalho, enfim. E é sempre bom ver o que os mais velhos fizeram de bom e de ruim para seguir o bom modelo e evitar as deficiências. Na revista *Confluência*, temos apresentado opinião de antigos alunos, hoje professores eminentes, falando dos seus professores de ginásio quando eles se chamam Antenor Nascentes, Quintino do Vale, Aurélio Buarque de Holanda, José Oiticica.

**A DESCRIÇÃO DO GÊNERO GRAMATICAL
DO SUBSTANTIVO NA LÍNGUA PORTUGUESA**

José Pereira da Silva (UERJ)

BOTELHO, José Mário. *O gênero imanente do substantivo no português*. Rio de Janeiro: JMBotelho, 2004, 90 p.

Com um pequeno atraso, saiu, enfim um importante trabalho para aprimorar os argumentos relativos à polêmica questão da expressão do gênero nos substantivos, não somente do português, mas de grande número de línguas ocidentais de cultura.

Trata-se de nova versão da dissertação de mestrado apresentada pelo autor na PUC-Rio, em 1996, com a proposta de negar a “flexão” de gênero dos substantivos, aceita e consagrada pela tradição gramatical sem qualquer contestação fundamentada, até então.

É natural que o fato, já percebido por alguns gramáticos e linguistas, apareça nas entrelinhas de trabalhos como alguns publicados por Antônio J. Sandmann, José Gonçalo Herculano de Carvalho e Joaquim Mattoso Câmara Jr., entre outros.

José Mário defende a idéia de que a expressão do gênero nos substantivos da língua portuguesa não deve nem pode ser descrita como flexão, apresentando com sucesso argumentos suficientes para fazer refletir os linguistas, gramáticos e demais estudiosos.

Hoje, lembra-nos Botelho:

Muitos outros estudiosos de defendem a idéia de que a formação do gênero feminino dos substantivos não se dá por meio de flexão, como é o caso do eminente gramático e linguista Evanildo Bechara, o qual na trigésima sétima edição de sua *Moderna gramática portuguesa*, privilegiou o tema e reformulando a descrição das edições anteriores, apresenta uma descrição convincente, acerca do assunto. (1ª orelha).

Apesar de ser um trabalho pioneiro neste particular, como dissertação de mestrado e como livro, o professor José Mário só tem a aparência de inovador nesta sua proposta agora apresentada ao público para aplicação ao ensino gramatical do português no que se refere à descrição do gênero nos substantivos. E é ele mesmo que assim apresenta sua proposta:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Aparentemente inovadora, por razões óbvias: qualquer estudioso, e até mesmo uma pessoa [não especializada] interessada nos assuntos acerca de gramática, vem percebendo desde muito tempo que o tratamento dado à questão do gênero é, no mínimo, insatisfatória.

Em verdade, a incoerência da descrição encontrada em nossos compêndios gramaticais é do conhecimento de muitos pesquisadores e há muito. A prova disso pode ser encontrada na última edição da *Moderna gramática portuguesa*, de E. Bechara, que, aliás, até então, é o único gramático a se posicionar sobre o assunto, e nos *Fundamentos de gramática do português*, de J. C. de Azeredo.

Logo, inovador é o registro de tal descrição, a partir do qual a formação do feminino dos nomes substantivos é vista como um processo de formação de palavras (derivacional), na maioria dos casos, uma estruturação sintática, em muitos, [e] em relacionamentos de natureza sexual através de pares heterônimos, em outros. (4ª capa)

No seu livro de poesias, *Sem resposta* (o prelo), encontramos os seguintes versos, que bem retratam sua preocupação ao se lançar em polêmica tão desatinada, que já o incluiu na lista dos conferencistas convidados pelas comunidades acadêmicas mais questionadoras (no dia 16 de abril debate o tema na UERJ/FFP, no dia 2 de maio debate o assunto na UNIVERSO etc.):

Pior do que julgar certo
O que se diz infundado
É considerar errado
O que alguém diz com ciência,
Embora soe estranho.
E depois, a insensatez,
Causa menos mal que a estupidez.

(BOTELHO, 2005b: 23)

O autor lembra, na apresentação de seu livro, que se tem a impressão de que o assunto “variação de gênero dos substantivos” é de consenso geral, apresentado com uma uniformidade admirável em todos os manuais de ensino de língua portuguesa, nas gramáticas pedagógicas e nas gramáticas tradicionais e normativas, sem exceção.

Bastará que se reflita sobre os conceitos de flexão e derivação, assim como sufixo flexional e sufixo derivacional, para se perceber que não seria lógico tratar-se de flexão o fato gramatical que atinge apenas um em cada trinta substantivos da língua (verificado no dicionário “Aurélio” e no “Houaiss”), por maior que seja a boa vontade do pesquisador honesto.

Levando-se em conta o fato de que é a derivação (e não a flexão) que constitui processo de formação de palavras, fica bastante contestável entender-se que “menina” seja uma flexão de “menino”, que “barraca” seja uma flexão de “barraco”, visto que qualquer pessoa em perfeito estado de consciência sabe que “menina” não é a mesma coisa que “menino”, assim como “barraca” não é a mesma coisa que “barraco”.

Assim como a mudança de gênero em substantivos como “capital”, “cabeça”, “língua”, “rádio” etc. é um processo de formação de palavras (e, portanto, derivação) e assim como os pares de machos e fêmeas como bode/cabra, boi/vaca, homem/mulher etc. não têm qualquer relação gramatical entre si, sendo elementos lexicais independentes, fica claro também (para quem pensa com a própria mente e não só com as informações colhidas nos livros) que vale a pena refletir melhor sobre a questão da expressão do gênero para todos os demais substantivos.

E conclui assim, o Autor, a sua apresentação (p. 9):

Os dados da língua mostram que a formação de uma palavra para o gênero feminino a partir de uma forma-base e uma marca de gênero não constitui um processo sistemático e obrigatório para todos os substantivos portugueses.

Acreditando na IMANÊNCIA do gênero desta classe de palavras e buscando respaldo nos trabalhos de Câmara Jr., Basílio, Herculano de Carvalho, Matthews e outros, e principalmente na afirmação feita por Sandmann de que “O morfema que indica gênero nos substantivos (...) é um traço lexical, é um sufixo. Já nos adjetivos o morfema de gênero é uma flexão (...)” (SANDMANN, 1991: 41), desenvolvemos este trabalho (...) com a intenção de negar o caráter flexional do gênero dos substantivos e oferecer subsídios para reflexões e formulação de novas hipóteses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANDMANN, Antônio J. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

BOTELHO, José Mário. *Sem resposta* (Poesias). Rio de Janeiro: Botelho, 2005.

**A SEMÂNTICA DOS CONECTIVOS
NA GRAMÁTICA FILOSÓFICA
E NA GRAMÁTICA TRADICIONAL**

José Pereira da Silva (UERJ)

RANAURO, Hilma. *Significação e relação: A carga semântica dos elementos conectivos*. Rio de Janeiro: Gráfica Universal, 2004, 196 p.

A Professora Hilma Ranauro nos apresenta o livro nos seguintes termos, de grande felicidade, como o estudo de um aspecto da *Gramática filosófica* de Jerônimo Soares Barbosa, comparada com a gramática tradicional de hoje:

Várias são as teorias, diferentes são os enfoques sobre o estudo do caráter relacional e/ou descritivo das classes de palavra. Caberá abrir espaço para a discussão sobre significação lexical e significação gramatical, aspecto conceitual e aspecto relacional, e outros conceitos. Particularmente, a filóloga e lingüista Hilma Ranauro vem estudando a preposição e a conjunção em seus aspectos sintático, semântico e formal, e vem pontuando alguns dos equívocos existentes em nossa teoria gramatical sobre essas partículas quanto a esses aspectos. Nesta obra, a partir de estudos sobre os chamados verbos de ligação, levanta questões que apontam para os verbos como elementos não somente descritivos, significativos, mas igualmente relacionais, no que tem apoio em estudiosos como Viggo BrOndal, Didericksen, Ljunggren e, mais recentemente, Maria Luisa López.

Sem a pretensão de preencher todas as possibilidades de análise, Hilma Ranauro levanta questões que estão a merecer revisão e propôs que se atente para os elementos conectivos, que têm acentuado conteúdo descritivo, ou significativo, e os que o têm esmaecido. Propõe também que se atente para os diferentes níveis ou graus de esvaziamento semântico no processo de gramaticalização. (p. 22)

No prefácio intitulado “O legado de Jerônimo Soares Barbosa”, Hilma Ranauro nos dá uma idéia bastante precisa da contribuição do iniciador da gramática descritiva com fundamentos científicos, desatrelada (o quanto pôde) da tradição milenar da gramaticologia “de decalque”, apesar da inconveniência de ser absolutamente revolucionário e não conseguir ser lido sequer pelos que desejassem encontrar argumentos para condenar o seu trabalho.

Neste particular, considerando o registro da Autora de que o qualificativo “filosóficos” atribuído a certos gramáticos teve um sentido pejorativo, talvez seja conveniente um lampejo de explicação do próprio título “Gramática Filosófica”, que poderia ser traduzido atualmente como “Gramática Científica”, como se pode ver, entre outras, na expressão “Viagem Filosófica”, significando “expedição científica”, como a que chefiou Alexandre Rodrigues Ferreira de 1783 a 1792.

E ali afirma a Professora Hilma:

Não se pode ignorar a contribuição da gramática filosófica aos estudos linguísticos. Dela é tributária a própria gramática tradicional, não só na sua divisão e estruturação enquanto compêndio, como na apresentação e descrição de fatos gramaticais, principalmente na classificação e descrição dos *sons fundamentais*, na distribuição e classificação das *partes da oração*, na divisão e classificação das *orações*, nas sintaxes de *regência, concordância e construção*, etc. (19)

Considerando-se a qualidade excelente da *Gramática filosófica da língua portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa, era pouco compreensível que tenha se tornado uma obra tão rara, até o momento em que o Professor Amadeu Torres, da Universidade Católica de Lisboa o explica, apontando o trabalho da Professora Hilma como uma compensação por este tão longo hiato.

O Brasil, cujos filólogos oitocentistas, por uma espécie de complexo pós-independencial, reagiram a esta gramática por lhes parecer universalizadora, em demasia, de uma língua que pretendiam mais particularizada e autônoma, antecipou-se e um tanto e em muito maior escala do que entre nós [portugueses], neste retorno, que classificaria de compensação, com um trabalho monográfico de Hilma Ranauro, hoje da Universidade Federal Fluminense, orientado por Silvio Elia em 1977 – *Breve estudo crítico da “Gramática Filosófica” de Jerônimo Soares Barbosa* (PUC-RJ, 80 p. datilografadas), implementado com a Dissertação de Mestrado em 1980 – *Os elementos conjuntivos na “Gramática Filosófica” de Jerônimo Soares Barbosa* (*Ib.*, 104 p. datilografadas) e ainda com o de Doutoramento em 1990. (2ª orelha)

Com isto, o novo editor de Jerônimo Soares Barbosa traça o perfil acadêmico da autora em relação ao assunto em questão, indiscutivelmente uma de suas mais profundas conhecedoras.

HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

José Pereira da Silva (UERJ)

FERREIRA, José de Azevedo. *Estudos de história da língua portuguesa: Obra dispersa. Organizada por Brian F. Head, Maria Aldina Marques e Aida Sampaio.* [Minho]: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanísticos, 2001, XXXI + 496 p. (Coleção Poliedro, nº 7)

Estudos de história da língua portuguesa é a reunião de trabalhos dispersos de José de Azevedo Ferreira, reunidos por seus colegas de trabalho.

Ferreira nasceu em Braga, a 21 de abril de 1942 e faleceu no Porto a 13 de abril de 1995.

Concluído o curso secundário em 1960, frequentou a Universidade de Coimbra de 1961 a 1966, concluindo o mestrado em Filologia Românica na mesma universidade em 1968, com a dissertação *Exortação da guerra de Gil Vicente – Edição e estudo métrico e rítmico*.

Apesar de ter iniciado sua atividade docente em 1963, é na Universidade do Minho que fez sua carreira, a partir de 1975, onde chegou a catedrático em 1991.

Como se vê pelos textos publicados nesse volume, sua atenção se voltou prioritariamente para a história da língua portuguesa e para a edição e estudos de textos medievais.

Trata-se de um avultado volume com vinte e cinco trabalhos de Ferreira, precedidos das “Memórias para José de Azevedo Ferreira”, de Vítor Aguiar e Silva; uma “Nota prévia” dos organizadores e “José de Azevedo Ferreira: Biobibliografia”.

Como não se trata de autor muito conhecido no Brasil (falecido ha dez anos, com apenas cinquenta e três anos de vida), relacionam-se abaixo os artigos publicados nesse volume, com a indicação do número de páginas, na ordem em que foram publicados, forman-

do dois conjuntos: 1) Estudos sobre a história da língua portuguesa (com dezenove artigos) e 2) Edição de textos medievais (com seis trabalhos).

Como é uma edição com tiragem muito reduzida (apenas 500 exemplares) já deve ser uma obra rara, apesar de ter sido publicada há apenas quatro anos, como têm sido algumas edições recentes de grande importância acadêmica, feitas em Portugal.

1) ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

1. Les verbes *Haber-tener* et l'anaphorique "y" dans le *Libro de los Gatos* (24 pág.)
2. As relações culturais luso-francesas durante a Idade Média (12 pág.)
3. Uma edição do *Fuero Real* de Afonso X (10 pág.)
4. La ponctuation dans la version portugaise du *fuero Real* d'Alphose X (12 pág.)
5. Raízes do Galaico-Português (14 pág.)
6. A obra legislativa de Afonso X em Portugal (15 pág.)
7. Subsídios para uma edição da *Terceira Partida* de Afonso X (16 pág.)
8. A versão portuguesa do *Fuero Real* de Afonso X estudada ao computador (10 páginas)
9. A língua portuguesa no mundo: passado, presente e futuro (20 pág.)
10. La version portugaise des *Flores de Direito* de Jacob de las Leyes (14 pág.)
11. A transmissão do texto medieval (12 pág.)
12. O papel da História da Língua na aula de Português (18 pág.)
13. Traduction et paraphrase dans les premiers textes juridiques portugais (14 pág.)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

14. A *Primeira Partida* de Afonso X: versões portuguesas (12 pág.)
15. A língua da época dos Descobrimentos (17 pág.)
16. Subsídios para o estudo da formação da prosa em Portugal (8 pág.)
17. *Terceira Partida* de Afonso X: subsídios para a sua edição e estudo lingüístico (18 pág.)
18. A interpretação em Portugal: aspectos históricos (6 pág.)
19. La ponctuation dans les textes médiévaux (inédito)(32 pág.)

2) EDIÇÃO DE TEXTOS MEDIEVAIS

1. Dois fragmentos da *Segunda Partida* de Afonso X (28 pág.)
2. Un nouveau fragment de la *Terceira Partida* de Alfonse X (20 pág.)
3. Edição e estudo lingüístico dos *Tempos dos Preitos* (38 pág.)
4. Dois fragmentos da *Terceira Partida* de Afonso X (40 pág.)
5. Edição das *Flores de Dereyto* de Jacob de Junta (48 pág.)
6. Fragmentos das *Partidas* de Afonso X reencontradas em Braga (32 pág.)

Como se trata de volume tão denso de informações novas para nós, vão aqui apenas estas dicas para que os interessados possam usufruir desta oportunidade que pode ser muito rara, dada a especificidade dos assuntos pelos quais o autor se interessou e o número reduzido de exemplares publicados nessa edição.

Os interessados poderão adquirir o trabalho através do Professor Brian Franklin Head, da Universidade do Minho.

**PROCESSOS DE GRAMATIZAÇÃO DE PREPOSIÇÕES
DO LATIM AO PORTUGUÊS
UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA**

Amós Coêlho da Silva (UERJ e UGF)

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes.
*Processo de Gramaticalização de Preposições do
Latim ao Português – Uma abordagem funcio-
nalista.* Salvador: EDUFBA, 2002.

Rua Augusto Vikana, 17 – Canela –40110-060 –
Salvador – BA – Tel.: (71) 331-9799 e 245-9564
E-mail: edufba@ufba.br

Trata-se de uma publicação a partir de uma tese de Doutorado em Língua Latina, à luz de uma teorização fundamentada nas mais recentes abordagens da Lingüística Geral e da Lingüística Histórica. Os dados empíricos, tomados em estudos, são da língua latina de obras literárias e do português arcaico, em muitos confrontos com a latinidade do século VI e a versão portuguesa contemporânea do século XIV (*Diálogos do Papa Gregório Magno*). O objeto de estudo é a análise dos processos de gramaticalização das preposições do latim ao português.

Nos nossos dias, os processos de gramaticalização têm sido estudados à luz da perspectiva sincrônica, tratando sempre dos usos no discurso para a gramática, mas, neste livro, o enfoque é diacrônico e partir do latim ao português, quase não estudado na modernidade, salvo os trabalhos encetados por Mattoso Câmara.

Primeiramente, a Autora forma um quadro sinótico, comentando trabalhos lingüísticos desde a Escola Lingüística de Praga, com suas bases estruturalistas, explicitando, até as mais recentes investigações lingüísticas: contribuições desde Aristóteles a F. de Saussure, M.A.K. Halliday, A. Martinet, J. Lyons, J.W. Du Bois, G. Lakoff, C.S. Dik, B. Pottier, M.H.de M. Neves e outros, todos com contribuições consagradas, como os comparativistas Franz Bopp, A. Meillet, E. Benveniste; assim também, são citados outros importantes gramáticos da língua portuguesa como Evanildo Bechara, Celso Cunha, bem como de latim: Ernesto Faria, Mariano Bassola de Climent, Alfred Ernout, formando uma bibliografia excelente.

Do exame da preposição, concluem-se dois universos: plano da dimensão e da noção. Daí, levando em conta um paralelismo metafórico entre o tempo e o espaço, destaca-se de uma dêixis espacial

(aqui / ali) uma outra dêixis temporal (aqui : agora:: ali : então); por isso, temos três semas genéricos: *espaço, tempo e noção*. O elemento nocional é também (também, porque a metáfora é orientadora de abstração) a partir da orientação espacial: ex.: *frons, frontis*: frente, frente – em inglês, passa a compor a locução prepositiva *in front of* – até o século XVII tal expressão ainda não estava gramaticalizada, para isso, ela percorreu todo um processo, a partir de um ponto metafórico (também a metonímia concorre no processo de gramaticalização).

De um modo geral, as preposições, afixos, flexões casuais e advérbios espaciais compõem um quadro dentro da gramática das línguas naturais *na expressão de relações espaciais* (p. 49). Observa a Autora que A. Meillet, em 1912 (p.66), foi o primeiro a empregar o termo gramaticalização. E afirmou que a decorrência de novas formulações gramaticais se dá através da *analogia e gramaticalização*.

Num momento mais antigo, as línguas indo-européias realizavam plenamente a sua comunicação com os casos sufixais. Parece que houve um enfraquecimento da eficácia das desinências e elas passaram a ser subsidiadas com campo semântico de expressões de valor adverbial. Estes elementos de valor adverbial, compondo sintaticamente com verbos, ganharam novas feições ao definirem mais precisão para alguns casos sufixais de nomes e, por suas novas características, formaram uma novo quadro gramatical com o nome de preposição. Nessa trajetória histórica, algumas palavras continuam ora como preposição ora como advérbio (como *erga* que em Plauto aparece pospositiva ao termo regido; *contra* pode ser advérbio ou preposição) – isso mesmo persistirá em português, que é a situação gramatical de *segundo*. Em latim, *secundus* é antigo particípio de *sequor*, passa primeiramente a numeral ordinal, significando “o próximo”, depois, a advérbio, como em Plauto com o significado de “no seguinte” e, em outra fase, torna-se preposição de acusativo: ***Secundum te nihil amicus solitudine*** (Cic. At. 12,15), Depois de ti nada me é mais amigo do que a solidão. Dado o cuidado com a precisão de sentido, as preposições se tornaram prefixos ou prevérbios, ou seja, antepôs-se a raiz do verbo: *circumeo, ir em volta de*.

Na sua pesquisa, notamos a continuidade da importância da diacronia, mas, ao lado de cadeias diacrônicas, há paralelismos sin-

crônicos. Assim, estuda-se o desflexionismo latino em relação ao locucionismo das línguas românicas, sobretudo o português, apontando dentro do próprio latim coexistência de possibilidades de expressão gramatical: 1) dada a possibilidade de o latim poder se expressar também pelo ablativo, cedo este caso flexional absorveu o instrumental e, praticamente, o locativo; também havia outras imprecisões como o genitivo de qualidade: *Ceruum uasti corporis* (Fedro I,5,5), Veado de grande corpulência; *Viro forti et magnae auctoritatis* (Ces. B.G. 5,35,6), homem valente e de grande prestígio ao lado de ablativo de qualidade: *Mulierem eximia pulchitudine* (Cíc. Verr. 1,64), Mulher de extraordinária beleza; *Agasilau et statura fuit humili et corpore exiguo* (C.Nep. 17,8,1), *Agasilau foi de baixa estatura e corpo franzino*; etc. Outro fator foi a polissemia de uma forma, ex.: desinência *-i*, para indicar genitivo singular; nominativo e vocativo plural. Outro fato colaborou: o de a marca de acusativo singular “*m*”, para todas as declinações e na métrica não pronunciado, sofrer apócope, formando o morfema zero do singular em português; a perda da distinção de quantidade prejudicou a clareza entre o nominativo e ablativo no singular da primeira declinação; em suma, generalizou-se em latim o emprego da preposição já existente no sistema; ora, com o desaparecimento dos casos morfológicos, o uso da preposição tornou-se obrigatório.

A fixação da posição dos termos oracionais, conforme A. Ernout e F. Thomas (1953: 8), já se observa no latim tardio *ou chamado latim vulgar*. As preposições do latim clássico só usadas diante de acusativo e ablativo, caracterizando o adjunto adverbial, passam a ser empregadas diante do genitivo e dativo – o que enfraqueceu semanticamente as desinências número-casuais.

Enfim, o acusativo se generalizou e passou a ser empregado em lugar dos outros casos, conforme se lê em seu trabalho em múltiplos exemplos. *Assim, o acusativo converteu-se em caso universal.* (p. 86)

As preposições são partículas relacionais fundamentais na comunicação, embora se observe com J. Vendryes *as chamadas “preposições vazias” com sentido de ‘morfema gramatical dependente do contexto’*. Ou seja, a realização semântica da preposição depende do contexto. Assim, em *casa de pedra* (*de* igual à qualidade,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

matéria), *casa de Pedro* (de igual à posse) e *tenho de partir* (de é vazio de sentido)...

Na passagem do latim ao português, perderam-se algumas preposições, mas o português compensou, conforme a Autora, buscando novas formas compensação: as locuções prepositivas.

Sem dúvida, o trabalho da Autora enriquece o acervo brasileiro e é de grande utilidade até para os que são contra ou contribuem para minizar a existência dos estudos latinos no mundo da educação.